

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA
Volume I – Fundamentação e Propostas

GUARAQUEÇABA - PR
SETEMBRO DE 2006

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUECABA

Riad Said Zahoui
Prefeito Municipal

Gercê Cunha
Vice Prefeito Municipal

Anna Carolina Silvestri
Coordenação do Plano Diretor

Antonio Dimas Costa
Secretaria de Administração

Benício Correa
Secretaria de Planejamento

Cristiane Ribeiro de Deus
Secretaria de Educação

Douglas Colombes Costa
Secretaria de Planejamento

Ênio Januário do Nascimento
Secretaria de Planejamento

Eraldo Nabor Chagas da Silva
Secretaria de Planejamento

Ezequiel Ribeiro da Silva
Secretaria de Saúde

Glaci de Almeida Martins
Conselho Tutelar

Ivair Barbosa Colombes
Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Agropecuária e Pesca

João Manoel Santos
Secretaria de Administração

Lourival Emilio Silva
Vereador

Luciane Teixeira Pereira
Secretaria de Ação Social

Marcelo Alves de Aquino
Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes, Recreação e Lazer

Márcio Mauro Rodrigues Palumbo
Secretaria de Planejamento

Marcio Pontes Ângelo
Secretaria de Planejamento

Thomas Victor Lorenzo
Secretaria de Educação

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DIRETOR***Representantes da Área Rural***

Arlindo Pedro de Araújo
Ipanema

Elizeu da Silva Santos
Serra Negra

Cristian
Puruquara

Francelino Cogrossi
Potinga

Ilton Gonçalves da Silva
Batuva

Mauro Fernandes
Ilha Rasa

Nagib França
Ilha de Superagüi

Orlando
Medeiros

Paulo/Antonio Fraga
Itaqui

Paulo Afonso
Ilha das Peças

Representantes da Área Urbana

Cid Gil dos Santos
Sede/Centro

Evelise Ribeiro Moraes
Sede/Costão

Fabio Kispergue
Sede/Vila Esperança

Joceni Roecker
Sede/Cerquinho

Joel Reded
Tagaçaba

Vanilda Dias
Sede/Centro

Destaques

Carlos Alberto Campos
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

Dorival Plines
Colônia de Pescadores

Felipe da Silva
Representante dos Índios

Humberto Soares
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Luis Antonio Portes
Conselho do Litoral

Luiz Carlos Oliveira Lima
Polícia Militar

Reginato Bueno
Instituto Ambiental do Paraná

Silvio Calado de Miranda
Conselho Municipal de Saúde

Terezinha Prigol Lopes
Pontifícia Universidade Católica – PUC

EQUIPE TÉCNICA VERTRAG PLANEJAMENTO LTDA

Luis Henrique Cavalcanti Fragomeni
Arquiteto e Urbanista
Supervisão Geral

Renata Satiko Akiyama
Arquiteta e Urbanista

Madianita Nunes da Silva
Arquiteta e Urbanista

Rodolpho José Angulo
Geólogo

Maria Cristina de Souza
Geóloga

Paulo Tosin
Geólogo

Sacha Reck
Advogado

Jacson Bittencout
Economista

Sandra Ramalho
Socióloga

Fernanda Driessen
Estagiária de Arquitetura

APRESENTAÇÃO

O presente documento resulta do trabalho de elaboração do **Plano Diretor de Guaraqueçaba - 2006/2016**, objeto do contrato nº 017/2005, firmado entre a SEDU/PARANACIDADE e a empresa consultora Vertrag Planejamento Ltda, em 30 de novembro de 2005.

O Plano Diretor de Guaraqueçaba está estruturado em dois volumes: Volume I - Fundamentação e Propostas e Volume II – Anteprojetos de Lei. O relatório ora apresentado constitui no Volume I – Fundamentação e Propostas formado por quatro capítulos que abrangem introdução, fundamentação, propostas e plano de ação.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	14
1 O PLANO DIRETO DE GUARAQUEÇABA	15
2 PRINCÍPIOS GERAIS E OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR	16
3 METODOLOGIA	17
CAPITULO II – FUNDAMENTAÇÃO	20
1 LOCALIZAÇÃO DE GUARAQUEÇABA	21
2 ASPECTOS INSTITUCIONAIS	24
2.1 ESCALA REGIONAL	24
2.2 ESCALA MUNICIPAL	27
2.2.2 Instrumentos Urbanísticos e Legislação	30
2.3 SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA	34
3 ASPECTOS ECONÔMICOS	39
3.1 ESCALA REGIONAL	39
3.2 ESCALA MUNICIPAL	40
3.2.2 Finanças Municipais	45
3.2.4 Turismo	51
3.3 SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA	55
4 ASPECTOS AMBIENTAIS	62
4.1 ESCALA REGIONAL	62
4.1.3 Composição Florística	62
4.1.4 Fauna	64
4.1.6 Baías	65
4.1.8 Macrozoneamento do Litoral	70
4.2 ESCALA MUNICIPAL	72
4.2.2 Dinâmica Costeira - As baías	77
4.2.3 Setor insular	78
4.2.5 atividades agropecuária e pesqueira	85
4.3 SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA	89
5 ASPECTOS TERRITORIAIS	95
5.1 ESCALA REGIONAL	95
5.1.1 Distribuição da População	95
5.1.2 Expansão da Ocupação do Litoral Paranaense	97
5.2 ESCALA MUNICIPAL	99
5.2.1 Evolução da Ocupação	99
5.2.2 Patrimônio Natural, Histórico e Paisagístico	102
5.2.3 Organização Territ	103
5.2.4 Uso do Solo	111
5.2.5 Áreas de Expansão	117
5.2.6 Regulamentação do Uso do Solo	119
5.2.7 Planta Genérica de Valores	126
5.3 SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA	128
6 ASPECTOS SOCIAIS	134
6.1 ESCALA REGIONAL	134
6.1.1 Educação	135
6.1.2 Saúde	137
6.1.3 habitação	138
6.1.4 Trabalho e Renda	139
6.1.5 Segurança	140
6.2 ESCALA MUNICIPAL	141
6.2.1 Educação	141
6.2.2 Saúde	144
6.2.3 Seguridade Social	146
6.2.4 Segurança	147
6.2.6 Habitação	151
6.3 LEITURA COMUNITÁRIA	156
6.3.1 Processo de Participação	156
6.3.2 Síntese da Leitura Comunitária	157
6.4 SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA	159
7 ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES	163
7.1 ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	163
7.1.1 Rodoviário	163
7.1.2 Sistema Ferroviário	164

7.1.3	Sistema Portuário	164
7.1.4	Sistema de Aeroportos	164
7.2	ESCALA MUNICIPAL	166
7.2.1	Transporte	172
7.2.3	Esgotamento Sanitário	177
7.2.4	Resíduos Sólidos	179
7.2.5	Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública	181
7.3	ANÁLISE TEMÁTICA	183

CAPÍTULO III - PROPOSTAS..... 189

1	INTRODUÇÃO	190
2	ASPECTOS INSTITUCIONAIS	192
2.1	DIRETRIZES REGIONAIS	192
2.2	ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	193
2.3	MATRIZ SÍNTESE DE PROPOSTAS INSTITUCIONAIS	201
3	ASPECTOS ECONÔMICOS	205
3.1	DINÂMICA MUNICIPAL	205
3.2	FINANÇAS PÚBLICAS	208
3.3	MATRIZ SÍNTESE DE PROPOSTAS DOS ASPECTOS ECONÔMICOS	209
4	ASPECTOS AMBIENTAIS	212
4.1	GEOLOGIA E DINÂMICA COSTEIRA	212
4.2	USO DO SOLO E AGRICULTURA	214
4.3	HIDROGRAFIA	215
4.4	COMPOSIÇÃO FLORÍSTICA E FAUNA	215
4.5	MATRIZ DE DIRETRIZES E PROPOSTAS DOS ASPECTOS AMBIENTAIS	216
5	ASPECTOS TERRITORIAIS	221
5.1	PATRIMÔNIO NATURAL, HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO	221
5.2	ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL	222
5.3	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL	225
5.4	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	231
5.5	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	243
5.6	MATRIZ SÍNTESE DE PROPOSTAS DOS ASPECTOS TERRITORIAIS	245
6	ASPECTOS SOCIAIS	249
6.1	EDUCAÇÃO	249
6.2	SAÚDE	251
6.3	SEGURANÇA	253
6.4	ESPORTE E LAZER	253
6.5	TRABALHO E RENDA	254
6.6	MATRIZ DE PROPOSTAS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	255
7	ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES	259
7.1	SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTE	259
7.2	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	267
7.3	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	267
7.4	RESÍDUOS SÓLIDOS	268
7.5	MATRIZ DE PROPOSTAS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS	269

CAPÍTULO IV – PLANO DE AÇÃO 273

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 281

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 1	Regional – Contexto	23
MAPA 2	Regional - Vegetação	63
MAPA 3	Regional - Unidades de Conservação	69
MAPA 4	Regional - Macrozonamento do Litoral	71
MAPA 5	Municipal – Bacias Hidrográficas	84
MAPA 6	Urbano – Declividades	87
MAPA 7	Urbano - Geologia	88
MAPA 8	Municipal – Análise Ambiental	91
MAPA 9	Urbano – Análise Ambiental	92
MAPA 10	Urbano - Bairros	101
MAPA 11	Municipal - Tagaçaba	107

MAPA 12 Municipal - Superagüi.....	108
MAPA 13 Municipal - Ilha das Peças.....	109
MAPA 14 Municipal - Ilha Rasa.....	110
MAPA 15 Municipal - Uso do Solo.....	112
MAPA 16 Urbano - Uso do Solo.....	116
MAPA 17 Urbano - Áreas Adequadas à Ocupação.....	118
MAPA 18 Urbano – Perímetro Urbano da Sede - Lei nº 42/2002.....	122
Mapa 19 Urbano - Perímetro Urbano de Tagaçaba – Lei nº 12/84.....	123
MAPA 20 Urbano - Macrozoneamento da Sede - Lei nº 42/2002.....	124
MAPA 21 Urbano - Zoneamento da Sede - Lei nº 42/2002.....	125
MAPA 22 Planta Genérica de Valores.....	127
MAPA 23 Urbano – Análise Territorial.....	130
MAPA 24 Urbano – Equipamentos Públicos.....	149
MAPA 25 Municipal – Equipamentos Públicos de Saúde e Educação e transporte escolar.....	150
MAPA 26 Regional – Municípios Vizinhos.....	165
MAPA 27 Municipal - Sistema Viário Municipal.....	169
MAPA 28 Urbano - Sistema Viário – Lei nº 42/2002.....	170
MAPA 29 Urbano - Pavimentação.....	171
MAPA 30 Urbano - Abastecimento de Água.....	176
MAPA 31 Urbano - Esgotamento Sanitário.....	178
MAPA 32 Urbano – Resíduos Sólidos.....	180
MAPA 33 Urbano – Iluminação Pública e Energia Elétrica.....	182
MAPA 34 Municipal – Análise Infra-estrutura municipal.....	185
MAPA 35 Urbano – Análise Infra-estrutura urbana.....	186
MAPA 36 Propostas Ambientais.....	217
MAPA 37 Proposta das Sub-Prefeituras.....	224
MAPA 38 Proposta do Macrozoneamento da ilhas das Peças.....	228
MAPA 39 Proposta do Macrozoneamento da Ilha Rasa.....	229
MAPA 40 Proposta do Macrozoneamento da Barra do Superagüi.....	230
MAPA 41 Proposta do Perímetro Urbano da Sede.....	232
MAPA 42 Propostas do Perímetro Urbano de Tagaçaba.....	233
MAPA 43 Proposta do Parque Municipal do Quitumbê.....	236
MAPA 44 Proposta do Centro Comunitário Rio Cerquinho.....	237
MAPA 45 Propostas de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano da Sede.....	241
MAPA 46 Proposta de Zoneamento de Tabaçaba.....	242
MAPA 47 Proposta da Delimitação dos Instrumentos do Estatuto da Cidade.....	244
MAPA 48 Proposta da Marina Pública e do Circuito do Pedestre.....	262
MAPA 49 Propostas do Sistema Viário e Transporte Municipal.....	265
MAPA 50 Propostas do Sistema Viário Urbano.....	266

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - Extensão territorial e população dos municípios do litoral do Paraná.....	21
TABELA 2 – Número de Funcionários da Prefeitura Municipal segundo Departamentos.....	29
TABELA 3 - PIB, População e PIB Per Capita de Guaraqueçaba - 1999/2003.....	41
TABELA 4 - Taxa de Crescimento Econômico dos Municípios do Litoral Paranaense – 1999/2003.....	41
TABELA 5 - PIB de Guaraqueçaba, Paraná e Brasil, e Participação (%) de Guaraqueçaba no Paraná – 1999/2003.....	42
TABELA 6 - Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios do Litoral Paranaense e suas respectivas participações no PIB do Litoral - 1999-2003.....	42
TABELA 7 - Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios do Litoral Paranaense e suas respectivas Participações No Pib Do Litoral - 1999-2003.....	42
TABELA 8 - Composição Setorial do VA de Guaraqueçaba - 1999-2003.....	42
TABELA 9 - Evolução dos Estabelecimentos no Município de Guaraqueçaba - 1999/2001/2004.....	43
TABELA 10 - Evolução do Emprego Formal no Município de Guaraqueçaba - 1999/2001/2004.....	44

TABELA 11 - Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza, segundo Municípios do Litoral do Paraná - 2000	45
TABELA 12 - Receita e Despesa do Município de Guaqueçaba por categoria - 2002	46
TABELA 13 - Balanço Patrimonial Em Reais - Ativo (R\$)	46
TABELA 14 - Balanço Patrimonial Em Reais - Passivo (R\$).....	47
TABELA 15 - Balanço Orçamentário em Reais (R\$).....	47
TABELA 16 - Evolução do Número de Estabelecimentos Agropecuários - 1970-1995	49
TABELA 17 - Evolução dos Principais Produtos Agropecuários em Guaqueçaba – 1970/1995	50
TABELA 18 - Estabelecimentos e Empregos na Atividade Turística em Guaqueçaba - 2004	52
TABELA 19 - Perfil do Turista que Visita o Município de Guaqueçaba - 2001/2002/2004	52
TABELA 20 - Oferta Turística em Guaqueçaba - 2005	54
TABELA 21 – Unidades de Conservação Estaduais do Litoral do Paraná	66
TABELA 22 – Unidades de Conservação Federais do Litoral do Paraná	67
TABELA 23 – Reservas Particulares do Patrimônio Natural na Área Litorânea do Paraná.....	67
TABELA 24 - Extensão Territorial, Densidade e População dos Municípios do Litoral Paranaense	95
TABELA 25 - População 1991 E 2000, Taxa de Crescimento dos Municípios do Litoral Paranaense	95
TABELA 26 - Projeção da População do Litoral Paranaense 2005 / 2010	96
TABELA 27 - População Residente por Distrito e Localização do Domicílio	104
TABELA 28 - Levantamento de Domicílios 2001 – 2005 COPEL	106
TABELA 29 – Uso do Solo Municipal	111
TABELA 30 - Uso do Solo Urbano.....	120
TABELA 31 - Requisitos Urbanísticos para Ocupação do Solo	120
TABELA 32 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Ranking Estadual e Taxa de Pobreza, Segundo os Municípios do Litoral Paranaense Mesorregião Metropolitana de Curitiba	135
TABELA 33 - Taxa de Frequência à Escola ou Creche Segundo Grupos Etários e Municípios do Litoral Paranaense.....	136
TABELA 34 - Coeficiente de Mortalidade Infantil, Segundo os Municípios do Litoral Paranaense.....	137
TABELA 35 - Numero de Hospitais e Oferta de Leitos Hospitalares Vinculados à Rede Sus, segundo os Municípios do Litoral Paranaense.	138
TABELA 36 – Domicílios Particulares Permanentes, por Existência de Banheiro ou Sanitário e Tipo de Esgotamento Sanitário. .	138
TABELA 37 – Domicílios Particulares Permanentes, Déficit e Inadequação Habitacional.	139
TABELA 38 - População em Idade Economicamente Ativa, Ocupada, Taxas de Atividade e de Desemprego e Distribuição Setorial dos Ocupados.	139
TABELA 39 - Acidentes de Trânsito por Tipo de Ocorrência, segundo os Municípios do Litoral.....	141
TABELA 40 - Vítimas em Acidentes de Trânsito, por Modalidade de Ocorrência, segundo os Municípios Do Litoral	141
TABELA 41 - Alunos Matriculados por Zona e Dependência Administrativa – 2003.	142
TABELA 42 - Relação Idade e Série para o Município de Guaqueçaba – 2003	142
TABELA 43 - Relação de Escolas e Professores em 2005 e 2006	143
TABELA 44 - Postos de Saúde e Hospital.....	145
TABELA 45 - Funcionários da Saúde.....	145
TABELA 46 - Serviços de Saúde 2002.....	146
TABELA 47 - Programas e Projetos da Secretaria Municipal de Ação Social	147
TABELA 48 - Principais Ocorrências Registradas Durante os Anos de 2002 / 2005.....	148
TABELA 49 - - Informações sobre População e Domicílios - Guaqueçaba – 2000	151
TABELA 50 - Média de Moradores por Domicílio Particular Permanente – 2000	152
TABELA 51 - Domicílios Particulares Permanentes, por Existência de Banheiro ou Sanitário e Tipo de Esgotamento Sanitário ...	153
TABELA 52 - Pessoas de 10 Anos e Mais de Idade, Total, Economicamente Ativas e Ocupadas na Semana de Referência, por Sexo – 2.000 – Números Absolutos.....	154
TABELA 53 - Pessoas de 10 Anos e Mais De Idade, Ocupadas na Semana de Referência, por Grupos de Horas Habitualmente Trabalhadas por semana em todos os trabalhos - 2.000 – Absolutos e Percentuais	154
TABELA 54 - Domicílios Particulares Permanentes, por Classes de Rendimento Nominal Mensal de até 2 Salários-Mínimos da Pessoa Responsável pelo Domicílio	155
TABELA 55 - Pessoas de 10 Anos e Mais de Idade, Empregadas no Trabalho Principal da Semana de Referência, por Subgrupo e Categoria do Emprego no Trabalho Principal – 2.000 – Absolutos e Percentuais	155

TABELA 56 - Valor do Rendimento Nominal Mediano Mensal do Trabalho Principal das Pessoas de 10 anos e mais de idade por posição na Ocupação e Categoria do Emprego - 2000	156
TABELA 57 - HORÁRIOS DE ÔNIBUS	172
TABELA 58 - Abastecimento de Água Sanepar 2004	174
TABELA 59 - Sistemas de Abast. de Água executados pela Sanepar, Prefeitura e Comunidades	175
TABELA 60 - Sistemas de Abastecimento de Água Executados Pela Comunidade	175
TABELA 61 - Consumo MWH e Número de consumidores do Município 2001 - 2005	181
Tabela 62 Parâmetros Construtivos das Ilhas Ocupadas	226
Tabela 63 Parâmetros Construtivos das Áreas Urbanas	240
Tabela 64 Usos Permitidos, permissíveis e Proibidos	240

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - Baía das Laranjeiras	21
FIGURA 2 Organograma da Prefeitura Municipal	28
FIGURA 3 Imagem Landsat do Litoral paranaense e sul paulista	72
FIGURA 4 Costa oceânica da Praia Deserta, no Superagüi	73
FIGURA 5 Costa rochosa estuarina no Canal de Superagüi	74
FIGURA 6 Costa estuarina sedimentar com planície de maré na Baía dos Pinheiros	75
FIGURA 7 Costa estuarina sedimentar sem planície de maré na Baía dos Pinheiros	75
FIGURA 8 Imagem Landsat da Baía de Paranaguá	76
FIGURA 9 Costa de desembocadura com praia e dunas frontais no sul do Superagüi	76
FIGURA 10 Costa de desembocadura com planície de maré no sul do Superagüi	76
FIGURA 11 Variações da costa na desembocadura do Canal do Superagüi (modificado de Angulo 1993). (1) praia em 1952, (2) em 1955 e (3) em 1980	77
FIGURA 12 Variações de costa na desembocadura do Mar do Ararapira (modificado de Angulo 1993). (1) praia em 1980 e (2) em 1953	77
FIGURA 13 Mapas batimétricos da Baía de Antonina em 1901 (A) e 1979 (B) Odreski et al. (2003)	78
FIGURA 14 Imagem Landsat trecho do litoral paranaense	97
FIGURA 15 Ocupação da região litorânea	98
FIGURA 16 Praça William Michaud e edificações históricas	102
FIGURA 17 Igreja do Senhor Bom Jesus dos Perdões e Fonte da praça do Ginásio	103
FIGURA 18 - Densidade populacional (hab/ha) por localidades	104
FIGURA 19 Tagaçaba e Ilha do Superagüi	105
FIGURA 20 Ilha das Peças e Ilha Rasa	105
FIGURA 21 Galeria ao longo da rua Paula Miranda	113
FIGURA 22 Avenida Ararapira e Rua Major Domingues Nascimento	113
FIGURA 23 Ocupações no Rio Cerquinho e ocupações do Costão	114
FIGURA 24 Praça Central Wiliam Michaud	114
FIGURA 25 PR-405 Altura de Tagaçaba	166
FIGURA 26 Estrada para o Salto Morato e estrada para Batuva	166
FIGURA 27 Tagaçaba de Cima	167
FIGURA 28 Ponte no Itaqui e ponte em Bertiooga	167
FIGURA 29 Elevação das Vias Arteriais	167
FIGURA 30 Elevação das Vias Coletoras (esquerda) Elevação das Vias Locais (direita)	168
FIGURA 31 Trapiche de desembarque turístico e trapiche de desembarque moradores	173
FIGURA 32 - Trapiche de embarque no Superagüi e Ilha Rasa	173
FIGURA 33 Fluxograma do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	179
Figura 34 Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos (configuração atual)	194
Figura 35 Organização Institucional - Secretaria de Planejamento e Gestão Territorial	195
Figura 36 Secretaria Municipal de Turismo, Cultura Esporte, Recreação e Lazer e Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Geração de Renda	196
Figura 37 Organização Institucional - Secretaria Municipal de Turismo e Geração de Renda	196

Figura 38 Organização Institucional - Secretaria Municipal de Finanças	197
Figura 39 Organização Institucional - Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Saneamento	197
Figura 40 Organização Institucional - Conselho Municipal de Desenvolvimento Integrado	199
Figura 41 Composição de conselhos.....	199
Figura 42 Políticas Públicas articuladas entre as Secretarias Municipais.....	200
Figura 43 Relacionamento entre Departamento de Planejamento, CMDI e banco de dados.....	201

LEGENDA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental
APP – Área de Preservação Permanente
AR – Área Rural
AU – Área Urbana
COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPEL – Companhia de Energia Elétrica do Paraná
DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
EMATER - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETA – Estação de Tratamento de Água
ETE – Estação de Tratamento de Esgoto
IAP - Instituto Ambiental do Paraná
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS –Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPTU – Imposto Territorial Urbano
IQA = Índice de Qualidade de Água
ISS – Imposto Sobre Serviços
ITBI – Imposto sobre Transação de Bens Imóveis
ITR – Imposto Territorial Rural
PARANASAN - Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná
PEA – População Economicamente Ativa
PMG - Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
PSF – Programa Saúde Família
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RPPN – Reservas Particulares de Patrimônio Natural
SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI –Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUDERHSA - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
SUS – Serviço Único de Saúde
UTM – sistema de projeção Universal Transverse Mecator

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1 O PLANO DIRETO DE GUARAQUEÇABA

A Federação brasileira reconhece o município como uma entidade federativa. A competência para legislar é uma das bases da autonomia municipal, pois o município edita leis que, no âmbito de sua competência, têm a mesma hierarquia das leis estaduais e federais, salvo no exercício da competência suplementar, quando as normas terão de se amoldar às dos outros níveis de governo.

Conforme a Constituição Federal de 1988, a política de desenvolvimento urbano deverá obedecer às diretrizes gerais fixadas pela União e pelo Estado, mas será executada pelos municípios que têm autonomia para a gestão do uso e ocupação do solo urbano. Em dois artigos, 182 e 183, a Carta Magna delinea os princípios da política urbana e obriga as cidades com mais de 20 mil habitantes a elaborarem seu Plano Diretor Municipal.

Em 2001, foi aprovado o Estatuto da Cidade, lei Federal 10.257, que além de regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição, fixa de outubro de 2006 como prazo para que os municípios enquadrem-se nas obrigações legais e aprovem os seus Planos Diretores. Guaraqueçaba é um município que, embora possua menos de 20 mil habitantes e não faça parte de região metropolitana, está inserido em uma área de grande importância ambiental e tem no turismo uma de suas principais atividades. Este aspecto, segundo o art 41 do Estatuto da Cidade, obriga o município a elaborar o seu PDM, sem portanto estabelecer prazo para a sua conclusão.

A grande mudança trazida pelo Estatuto é a possibilidade de apropriação do PDM pela comunidade, compartilhando a sua gestão com o poder público. Assim, a apropriação do plano na comunidade, poderá reduzir o perigo de interrupção do processo de planejamento, oriundo da transição política da administração municipal. A participação da comunidade em todas as etapas de elaboração do plano diretor permitirá ainda a definição de ações prioritárias calcadas na necessidade local e no conhecimento, por toda a população, dos projetos e programas que deverão ser implantados no município nos próximos anos. A capacitação da população para mobilização e planejamento permitirá a formação de multiplicadores do plano e dará amparo técnico à população para exigir o cumprimento do Plano Diretor.

O Estatuto da Cidade reafirma ainda, que o Plano Diretor deve constituir o instrumento legal orientador da política de desenvolvimento e expansão urbana, cabendo a ele garantir a função social da propriedade através da adoção de políticas e instrumentos. Territorialmente, o Plano abrangerá a totalidade do território do município, reconhecendo todas as formas de ocupação e funções urbanas, ainda que estas não estejam contidas na área urbana legal. Temporalmente, a elaboração do plano deve prever sua vigência por no máximo 10 anos.

A Política de Desenvolvimento Urbano do Paraná - PDU reafirma os preceitos federais e recomenda, inicialmente, a indução de um processo de planejamento para a implementação de Planos Diretores não somente para os municípios com mais de 20.000 habitantes e para os pertencentes às regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá, mas também para

aqueles de interesse turístico no Litoral e oeste paranaense. O Decreto Estadual 2581/2004 condiciona a liberação de recursos estaduais para os municípios à elaboração dos seus Planos Diretores.

O Plano Diretor Municipal tem como objetivo geral interferir no processo de desenvolvimento local a partir da compreensão global dos fenômenos políticos, sociais, econômicos e territoriais que condicionam a evolução do município. Para isso, tanto na sua elaboração quanto na sua execução, deverá contar com a participação de técnicos municipais e da comunidade.

2 PRINCÍPIOS GERAIS E OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR

Os princípios gerais do plano diretor visam a sustentabilidade municipal, entendida como o desenvolvimento local equilibrado nas dimensões sociais, econômica e ambiental, para garantir a melhoria contínua da qualidade de vida das gerações presentes e futuras, especialmente através de:

- Melhoria da infra-estrutura municipal no que diz à saúde, à educação, às condições habitacionais e aos demais serviços públicos, de forma a promover a inclusão social, reduzindo as desigualdades sociais;
- Valorização e requalificação dos espaços públicos, da habitabilidade e da acessibilidade para todos;
- Recuperação, proteção, conservação e preservação dos ambientes naturais e construídos, incluindo-se o patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico;
- Ampliação e manutenção da infra-estrutura urbana e dos serviços públicos;
- Eficácia da ação governamental, através da integração da atuação municipal com os governos federal e estadual e com os demais municípios da Região Litorânea do Paraná, para formação de um processo de planejamento e de gestão de questões de interesse comum;
- Participação da sociedade civil nos processos de decisão, planejamento, gestão e controle social;
- Potencialização da criatividade e do empreendedorismo para o desenvolvimento da economia, da cultura, do turismo, do lazer e dos esportes, priorizando o fomento e implantação dos Arranjos Produtivos Locais, com o constante incentivo a formação continuada e ao empreendedorismo local;
- Incentivo ao desenvolvimento das atividades econômicas, notadamente os serviços e o comércio local, em sintonia e cooperação com os demais municípios da Região Litorânea do Paraná;
- Promoção de um sistema de comunicação ampla, para implantação e manutenção de bancos de dados, cadastros urbanos, parâmetros e indicadores que permitam o

monitoramento e a avaliação sistemática do desenvolvimento urbano e rural, garantindo plena acessibilidade desses dados a toda população;

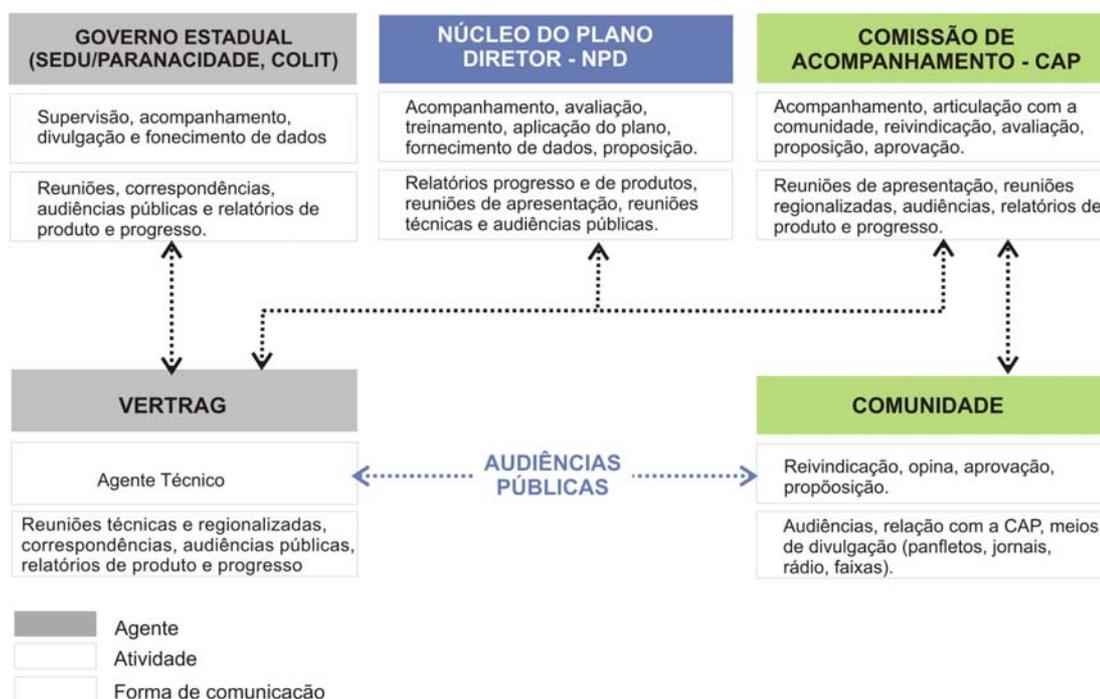
- Implantação de uma política pública municipal de responsabilidade social, assegurando às Comunidades Tradicionais inseridas no território, a eqüitativa repartição dos benefícios auferidos pelo manejo sustentável de florestas, manejo sustentável nas baías, e no manejo sustentável do turismo, este último em todas as suas especificidades.

3 METODOLOGIA

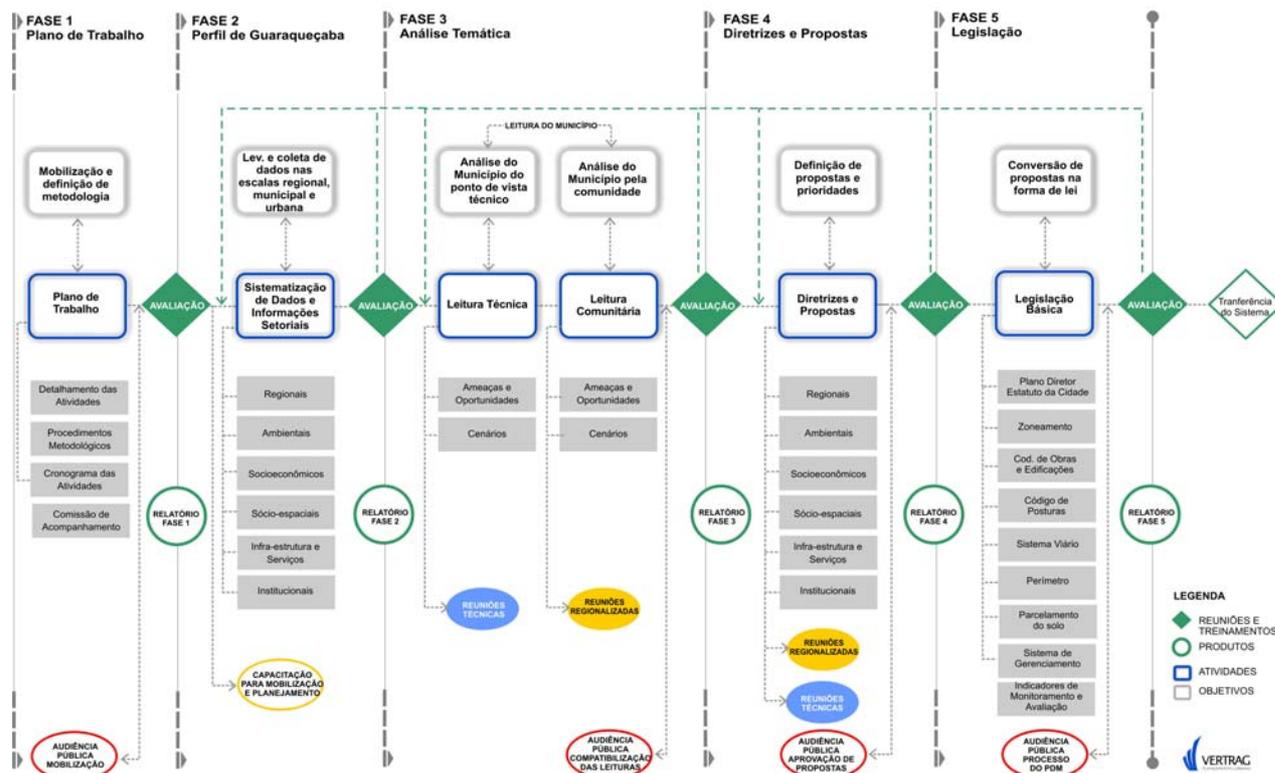
O Plano Diretor de Guaraqueçaba contou com a participação dos agentes que interferem na realidade municipal, seja criando regras e fazendo a gestão do território como ocupando e se apropriando dos espaços municipal.

A **Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDU** e o **Conselho do Litoral – COLIT** foram responsáveis pela supervisão das atividades. A Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba através do **Núcleo do Plano Diretor (NPD)**, composto por técnicos municipais, participou da elaboração PDM e será responsável por sua execução e implantação. A **Comissão de Acompanhamento (CAP)**, composta por membros da sociedade e entidades públicas e privadas atuantes no município, garantiu a participação popular em todas as etapas e decisões do PDM.

O organograma a seguir apresenta a relação entre estes agentes durante o processo de elaboração do Plano Diretor.



O Plano Diretor de Guaraqueçaba foi elaborado em 5 fases: Plano de Trabalho, Perfil Municipal, Diretrizes e Proposição e Legislação, conforme fluxograma a seguir.



FASE 1 – Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho consistiu na mobilização e articulação institucional, na definição da metodologia e do cronograma das atividades, na nomeação do NPD e da CAP e na realização da 1ª Audiência Pública. Sua importância consiste em planejar a execução dos trabalhos de acordo com os objetivos propostos e as metas a serem alcançadas.

FASE 2 - Perfil de Guaraqueçaba

A Fase 2 consiste no reconhecimento da realidade municipal - urbana e rural - mediante a leitura técnica e a leitura comunitária dos aspectos regionais, institucionais, ambientais, territoriais, econômicos, sociais e de infra-estrutura e serviços públicos, além da capacitação da CAP e NPD para mobilização da população. A Leitura Técnica identificou tendências, conflitos, ameaças e oportunidades a partir de dados e informações quantitativas e qualitativas. A Leitura Comunitária estabeleceu a realidade municipal sob a ótica dos moradores.

FASE 3 - Análise Temática

Com base nas leituras da fase anterior, foram realizadas análises a partir da metodologia de “ameaças e oportunidades”, uma sistemática de organização dos dados que possibilita uma análise individualizada e integrada dos elementos e a estruturação de estratégias de ação de acordo com temas e escalas.

A metodologia de ameaças e oportunidades consiste em classificar os dados e informações nas categorias: ameaças - elementos que representam deficiências, limites e problemas que devem ser solucionados; e oportunidades - elementos, recursos ou vantagens que até então não foram aproveitados adequadamente e poderiam ser incorporados positivamente.

Estas categorías foram identificadas e organizadas em matrizes de análise compostas por ESCALAS x TEMAS, conforme modelo a seguir. As escalas propostas para o PDM de Guaraqueçaba foram: regional, urbana e rural (continental e insular). Os temas indicados foram: institucionais, ambientais, econômicos, territoriais, sociais, de infra-estrutura e serviços públicos.

TEMAS	ESCALA REGIONAL		ESCALA URBANA		ESCALA RURAL		ESTRATÉGIA
	Ameaça	Oportunidade	Ameaça	Oportunidade	Ameaça	Oportunidade	
ASPECTOS INSTITUCIONAIS							
ASPECTOS AMBIENTAIS							
ASPECTOS ECONÔMICOS							
ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL							
ASPECTOS SOCIAIS							
INFRA-ESTRUTURA							
SÍNTESE DAS AMEAÇAS E OPORTUNIDADES							SÍNTESE

Elaboração: Vertrag Planejamento Ltda.

A leitura horizontal da matriz permite identificar as ameaças e oportunidades de cada tema e a leitura por colunas permite a leitura dos ameaças e oportunidades de acordo com as escalas. Esta disposição permite a definição de estratégias por sub-sistemas e escalas, que são apresentadas na última comuna da matriz. A partir da leitura por temas (linhas) e escalas (colunas) será possível uma leitura síntese das ameaças e oportunidades referentes ao tema, que pode ser interpretado com uma leitura diagonal da matriz.

FASE 4 - Definição de diretrizes e propostas

Com base na Leitura Técnica e Comunitária decorrente das fases anteriores foram elaboradas diretrizes e propostas para os aspectos ambientais, sócio-econômicas, sócio-espaciais e de infra-estrutura e serviços públicos.

FASE 5 - Elaboração de anteprojetos de Lei

Após a consolidação das propostas e da sua aprovação em audiência pública, foram elaboradas as minutas de projetos de lei do Plano Diretor, referentes ao Macrozoneamento, Perímetros Urbanos, Zoneamento do e Uso do Solo, Parcelamento do Solo Urbano, Código de Obras e Edificações, e Código de Posturas. Também foi elaborado o Plano de Ação especificando as etapas de implantação do PDM de acordo com suas prioridades.

CAPITULO II – FUNDAMENTAÇÃO

1 LOCALIZAÇÃO DE GUARAQUEÇABA

O município de Guaraqueçaba está localizado no interior das baías de Paranaguá e Laranjeiras, litoral do Paraná, sobre as coordenadas 25° 18' 00" de latitude sul e 48° 21' 00" de longitude W-GR, fazendo divisa com os municípios paulistas de Cananéia e Barra do Turvo e com os municípios paranaenses de Campina Grande do Sul, Antonina e Paranaguá.

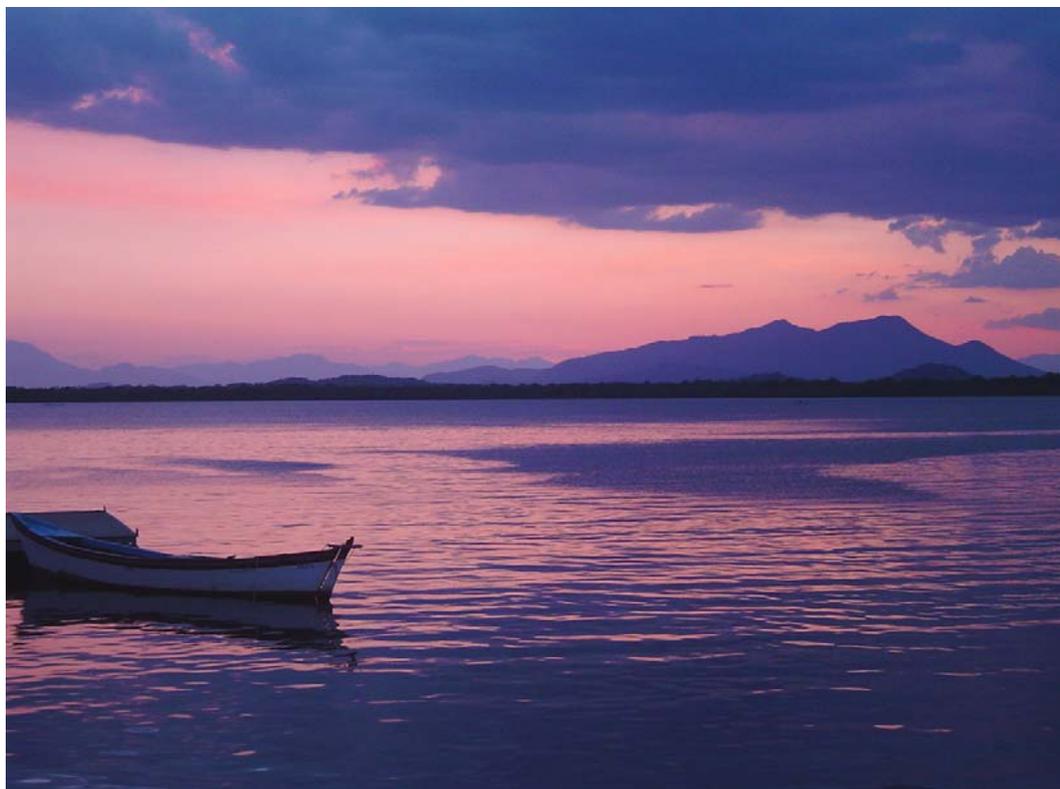


FIGURA 1 - Baía das Laranjeiras

O Litoral paranaense é formado por 105 Km de costa, dividida em sete municípios; Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, que ocupam 3,3% do território do Estado e correspondem a 19,06% da sua população. Dentro deste contexto geográfico, Guaraqueçaba está localizado em uma região de destaque do ponto de vista ambiental, econômico e histórico.

TABELA 1 - Extensão territorial e população dos municípios do litoral do Paraná

Município	Área (Km²)		População 2000	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Antonina	968,98	0,49%	19.174	0,20%
Curitiba	436,5	0,22%	1.587.315	16,60%
Guaraqueçaba	2.159,34	1,08%	8.288	0,09%
Guaratuba	1.326,88	0,66%	27.257	0,29%
Matinhos	111,57	0,06%	24.184	0,25%
Morretes	686,59	0,34%	15.275	0,16%
Paranaguá	665,83	0,33%	127.339	1,33%
Pontal do Paraná	216,29	0,11%	14.323	0,15%
LITORAL	6.135,48	3,07%	235.840	2,47%
PARANÁ	199.725,46	100,00%	9.563.458	100,00%

FONTES: IBGE - Censo Demográfico e Anuário Estatístico 2000; IPARDES - Tabulações Especiais

O litoral configura-se como uma área prioritária para a conservação, compreendendo um mosaico de unidades ambientais, caracterizado, principalmente, pela presença de fragmentos bem preservados da Floresta Pluvial Subtropical Atlântica e do Complexo Estuarino de Paranaguá, que se estende de Paranaguá até Cananéia e Iguape (SP), além da ocorrência de grandes áreas cobertas por manguezais.

Do ponto de vista econômico, o porto de Paranaguá mantém com todo o Paraná e países da América do Sul, um intenso fluxo de mercadorias de importação e exportação, o que eleva a escala de abrangência da região para além das fronteiras nacionais.

O litoral possui um sistema de transportes inter-modal, composto pela BR-277, que liga o oeste do Paraná e a Região Metropolitana ao Porto de Paranaguá, e pela estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, uma das mais antigas do país utilizada para transporte de mercadorias e passageiros.

Dentro deste contexto, o município de Guaraqueçaba estende-se por 2.317 km², que correspondem a 1745 km² de áreas continentais, 290 km² de ilhas e 278 km² de mar, sendo o maior município do litoral do Paraná. Embora represente 1/3 do território de todo o litoral paranaense, possui a menor população, 8.618 habitantes segundo estimativas do IBGE para 2005.

O mapa a seguir localiza Guaraqueçaba no Litoral do Paraná.

MAPA 1 Regional – Contexto

2 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

2.1 ESCALA REGIONAL

No Município de Guaraqueçaba, tendo em vista que boa parte de seu território ou pertence à União Federal ou está sujeita a ampla proteção ambiental, percebe-se a atuação intensa de diversos órgãos de fiscalização, integrantes dos três entes federativos, com competência para controlar a ocupação e uso do solo dentro dos limites do território municipal.

Em matéria ambiental, a atuação conjunta desses órgãos é, em linhas gerais, regulamentada pela Lei Federal nº 6.938/81, que, dentre outros temas, instituiu e disciplinou a Política Nacional de Meio Ambiente e criou o Sistema Nacional de Proteção ao Meio Ambiente.

Esse sistema é regulamentado pelo art. 6º da referida lei, que prevê a atuação conjunta e harmônica de órgãos municipais, estaduais e federais, para planejar e executar as políticas e diretrizes federais de proteção ao meio ambiente, ressalvada, a atuação legislativa suplementar e supletiva dos Estados e Municípios.

Por conta dessa sistemática legislativa institucional, tem-se de um lado a atuação fiscalizatória do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), órgão federal com ampla competência para, nos termos da Lei Federal nº 7.735/89 e do art. 6º, IV, da Lei Federal nº 6.938/81, executar a política e as diretrizes governamentais federais de proteção ao meio ambiente.

De outro lado, em âmbito estadual, constata-se a presença do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), autarquia descentralizada, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMA), a quem é atribuída a competência para propor e executar as políticas de meio ambiente do Estado, bem como para fazer cumprir a legislação ambiental, através do exercício do poder de polícia administrativa - controle, licenciamento e fiscalização.

De outra parte, a Prefeitura Municipal representada pelas secretarias Planejamento, Urbanismo e a Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Agropecuária e Pesca de Guaraqueçaba, nos limites municipais, também possui competência para o planejamento, execução e fiscalização de políticas e diretrizes do seu território, observadas as normas estaduais e federais vigentes.

Completando este arcabouço, em âmbito supra-municipal e intra-estadual, através do Decreto Estadual nº 4.605, de 26/12/84, foi criado o Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense, composto, notadamente, por Prefeitos de todos os Municípios do Litoral e por Secretários Estaduais com competência para, nos termos do Decreto Estadual 1796/87, “assessorar a Administração Pública Estadual na aplicação das normas que dispõe sobre o disciplinamento da ocupação do solo, a orientação política referente ao uso, parcelamento e ocupação do solo nas Áreas Especiais de Interesse Turístico do Litoral Paranaense”.

Além destes entes, há mais um elemento institucional limitador da atuação municipal, seja na elaboração ou na execução do Plano Diretor de Guaraqueçaba. Ocorre que, uma parcela do território do Município de Guaraqueçaba, compreendida pelos terrenos de marinha e

pelas ilhas oceânicas (CF, art. 20, inc. IV), pertence ao domínio da União Federal, cuja administração é atribuída à Secretaria de Patrimônio da União (SPU), situação que limita o campo regulamentar do Plano Diretor.

Em relação à parcela das áreas de domínio da União, cujo uso foi cedido a particulares através de regime de aforamento, não há empecilho jurídico à regulamentação municipal de uso e ocupação do solo, desde que observadas as normas federais pertinentes e/ou estabelecidos parâmetros mais restritivos. Já em relação às regiões inabitadas, com amplo domínio da União, não será possível regulamentar quaisquer parâmetros de uso e ocupação do solo, sendo apenas lícita a menção à proibição de usos naquelas regiões, permitindo ao Município quando muito, auxiliar a SPU na restrição da ocupação dessas localidades. No entanto, fica ressalvada a possibilidade do Município requerer uma cessão de uso desses territórios, junto à União Federal, que no caso de seu deferimento, lhe permitirá regulamentar e fiscalizar, a ocupação e o uso do solo nas propriedades, atendidos os parâmetros da legislação Federal. Deve-se ressaltar a recente criação da medida provisória nº 292, de 26 de abril de 2006 que regulamenta a utilização dessas áreas e autoriza a criação de convênios com estados, Distrito Federal e municípios.

2.1.1 REGULAMENTAÇÃO DO USO DO SOLO

O uso e ocupação do solo da região litorânea são regulamentados por um conjunto de leis, decretos e resoluções que influenciam as ações municipais nos seus territórios. Estas limitações e diretrizes impostas pelo poder Federal e Estadual estão principalmente relacionadas à proteção ambiental e ao turismo. Dentre os principais instrumentos destacam-se:

- Lei Federal 6513 de 20/12/77: dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico;
- Lei Federal 9985 de 18 de julho de 2000: Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- Decreto Nº 4.340 de 22 de agosto de 2002: Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.
- Lei Estadual 13.164/2001: dispõe sobre a Zona Costeira do Estado e adota outras providências;
- Lei Estadual 12.243/98: considera Áreas Especiais de Interesse Turístico e Locais de Interesse Turístico, áreas e localidades situadas nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Ponta do Paraná, conforme especifica;
- Lei Estadual 7389 de 12/11/80: considera áreas e locais de interesse turístico, para fins do disposto na Lei Federal 6513/77, as áreas e localidades situadas nos

Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá, as quais específica - Lei de Uso do Solo;

- Lei Estadual 7694 de 05/01/83: acrescenta parágrafo único ao artigo 2º da Lei Estadual 7389/80, referente a sanções estabelecidas pela legislação;
- Decreto Estadual 1861/2000: define o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo das Áreas do Município de Paranaguá, no perímetro que especifica, suas diretrizes e normas de uso;
- Decreto Estadual 5040 de 11/05/89: aprova o Regulamento que define o Macrozoneamento da região do Litoral paranaense, suas diretrizes e normas de uso, atribui ao Conselho do Litoral o objetivo de coordenar e controlar o processo de uso e ocupação do solo na Região do Litoral, supervisionando a implantação do Regulamento ora aprovado, inclusive com competência para baixar normas complementares, que se fizerem necessárias à sua aplicação;
- Decreto Estadual 8743 de 01/08/86: modifica artigos do Decreto Estadual 2722/84;
- Decreto Estadual 4605 de 26/12/84: institui o Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense para assessorar a Administração Pública Estadual na aplicação das normas que dispõe sobre o disciplinamento da ocupação do solo, a orientação política referente ao uso, parcelamento e ocupação do solo nas Áreas Especiais de Interesse Turístico do Litoral Paranaense;
- Decreto Estadual 2722 de 14/03/84: aprova o Regulamento que especifica e define o aproveitamento de áreas e locais consideradas de interesse turístico de que trata a Lei 7389/80;
- Decreto Estadual 6274 de 09/03/83: define as sanções estabelecidas pela Lei Estadual 7694/83 e seu regulamento, a serem aplicadas pela inobservância das condições para aproveitamento do solo nas áreas definidas pela Lei Estadual 7389/80;
- Resolução 002 de 30/09/89: define parâmetros de ocupação do solo, para o Litoral paranaense, estipulados pelo Decreto Estadual 2722/84, conforme Zoneamento constante nos mapas P1, M2 e G3 esclarecidos nesta resolução.
- Resolução 001 de 21/02/89: define critérios básicos para a aplicação do Decreto Estadual 2722/84, no que se refere à aprovação dos projetos de edificações, localizados nas Áreas Especiais de Interesse Turístico, nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá.
- Resolução 001 de 24/07/86: estabelece parâmetros de ocupação do solo, complementar ao Regulamento a que se refere o Decreto Estadual 2722/84.

A legislação federal e a estadual que regulamenta o uso do solo e o processo de acompanhamento e gestão do território nos municípios do Litoral do Paraná, constituem um

condicionante que deverá orientar as propostas e diretrizes do Plano Diretor do município de Guaraqueçaba.

2.2 ESCALA MUNICIPAL

Neste item serão apresentados e avaliados a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, com destaque para os órgãos de planejamento e fiscalização urbanos, e os instrumentos urbanísticos que possibilitam a aplicação dos parâmetros e diretrizes do atual Plano Diretor.

2.2.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A disciplina da estrutura organizacional e administrativa do Poder Executivo do Município de Guaraqueçaba, para desempenho de suas competências constitucionais, é levada a efeito pelas Leis Municipais nº 022/01 e nº 37/02.

No desenvolvimento de suas atividades legais e constitucionais, a Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba dispõe de unidades organizacionais da administração direta, apoiadas por órgãos colegiados de aconselhamento e de colaboração dos Governos Federal e Estadual. Esta configuração permite a interação entre a administração municipal e outras escalas do poder público e a criação de oportunidades de cooperação técnica e política para o fortalecimento recíproco.

No exercício do poder, auxiliarão diretamente o Prefeito Municipal os Secretários Municipais, o Chefe de Gabinete, o Procurador Jurídico, os Assessores de Relações Públicas e Especial, Controlador Interno e o Ouvidor Municipal e a estes, os Diretores de Departamentos e os chefes de Divisão. Tais funções estão organizadas da seguinte forma:

- Unidades de Assessoramento I: Assessoria Jurídica I; Assessoria de Relações Públicas; Ouvidoria Municipal; Controladoria Interna; Assessoria Especial.
- Unidades de Assessoramento II: Assessoria Jurídica II.
- Unidades de Assessoramento III: Chefe de Gabinete (Gabinete do Prefeito); Procurador Geral.
- Unidades de Natureza Instrumental: Secretaria de Administração; Secretaria de Finanças; Secretaria de Planejamento e Projetos.
- Unidades de Natureza Substantiva: Secretaria de Educação; Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes, Recreação e Lazer; Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Agropecuária e Pesca; Secretaria de Saúde; Secretaria de Ação Social; Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

A estrutura organizacional das unidades administrativas e respectivos responsáveis é apresentada no organograma a seguir, que segue a Lei nº 022/01.

FIGURA 2 Organograma da Prefeitura Municipal

Dentre as unidades administrativas municipais destaca-se como principal órgão vinculado à elaboração do Plano Diretor de Guaraqueçaba, a Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos, que tem por objetivo definir as políticas urbanas municipais, os parâmetros de uso e ocupação do solo e a aplicação dos princípios e instrumentos do Estatuto da Cidade. A competência desse órgão é definida no art. 12, da Lei nº 022/01.

Diante das atribuições da Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos, intimamente ligadas à fase de decisões estratégicas fundamentais do Plano Diretor Municipal, é indispensável que o órgão acompanhe, diretamente, os trabalhos de elaboração do instrumento, tanto no sentido de fornecer informações e apresentar estudos técnicos já realizados, como no de homologar, dar respaldo e legitimar as decisões de política urbana, uso e ocupação do solo. Todavia, é de fundamental importância a participação de toda a estrutura municipal na elaboração e aplicação do Plano Diretor, tanto na elaboração conjunta de propostas como na aplicação delas. O PDM deve ser entendido como um instrumento que orientará as ações do poder público municipal em todas as suas instâncias e, portanto, além de envolver a comunidade, deve incorporar todas as unidades administrativas municipais.

Embora com atribuições e atividades interligadas, as Secretarias Municipais não possuem um banco ou sistema de informações integradas, que permita acesso aos programas e projetos e interesse de mais de uma Secretaria, produzindo muitas vezes a duplicação de recursos. Além disso, observa-se uma deficiência do corpo técnico do Município, principalmente nas áreas relacionadas ao lazer, turismo e meio ambiente.

Com relação ao corpo técnico municipal, a Prefeitura Municipal conta com 459 funcionários concursados e 92 cargos comissionados, conforme tabela 2 a seguir. A unidade administrativa de maior número de funcionários é a educação que corresponde a 37,5% do total, seguida da saúde com 15,7% e serviços com 13,7%. A menor unidade de administração corresponde ao departamento de Esportes, Recreação e Lazer que possui apenas um funcionário, seguido de Meio Ambiente e Turismo com apenas 4 funcionários cada. Com relação aos cargos comissionados, estes representam em torno de 17% dos funcionários gerais e é principalmente composto por cargos de diretoria e chefia.

TABELA 2 – Número de Funcionários da Prefeitura Municipal segundo Departamentos

Departamento	Nº de Funcion.	%	Departamento	Nº de Funcion.	%
Dep. Administração	51	11,1%	Dep. de Transportes	21	4,6%
Dep. de Ação Social	23	5,0%	Dep. de Turismo	4	0,9%
Dep. de Esportes, Recreação e Lazer	1	0,2%	Dep. Jurídico	6	1,3%
Dep. de Finanças	8	1,7%	Dep. de Des. Agrop. e Pesca	8	1,7%
Dep. de Meio Ambiente	4	0,9%	Dep. de Educação Básica	61	13,3%
Dep. de Obras	11	2,4%	Educação Infantil	26	5,7%
Dep. de Planejamento	6	1,3%	Ensino Fundamental	85	18,5%
Dep. de Saúde	72	15,7%	Gabinete do Prefeito	3	0,7%
Dep. de Serviços Públicos	63	13,7%	TOTAL	459	100%
Dep. de Transportes Marítimos	6	1,3%			

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças – Prefeitura do Município de Guaraqueçaba 2005

2.2.2 INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS E LEGISLAÇÃO

Após um levantamento inicial da legislação federal, estadual e municipal vigente sobre o território de Guaraqueçaba, percebe-se a forte superposição de normas federais e estaduais, aplicáveis na municipalidade e uma pequena disciplina municipal sobre matérias relacionadas à elaboração do Plano Diretor.

De um lado a União Federal, tendo em vista a ampla proteção ambiental que demanda o território do Município de Guaraqueçaba, exerce, por força de imposição constitucional (art. 22 e 23, da CF), tanto a competência para a edição de normas gerais, condicionando os usos do solo e a exploração econômica da região, como a competência material de proteção ambiental, através do poder de polícia exercido pelo IBAMA.

O Estado do Paraná exerce a sua competência suplementar da legislação federal, estabelecendo diretrizes às ocupações humanas e às atividades econômicas em todo o Litoral. Além disso, em conjunto com a União, exerce o poder de polícia sobre a região, fazendo cumprir as disposições legais editadas.

O Município disciplina o uso e a ocupação do solo na área urbana, todavia não dispõe atualmente sobre o uso do solo do território municipal, atribuição que fica a cargo da legislação federal e estadual ambiental. Na verdade, a própria construção institucional do Município de Guaraqueçaba, já se apresenta precária, pois até o presente momento o município não regulamentou sua lei orgânica, que foi instituída, porém, sem o corpo da lei.

Diante dessa insuficiente atuação institucional e normativa do Município, no que diz respeito ao exercício de suas competências constitucionais exclusivas e reservadas, conclui-se que a aprovação do Plano Diretor significará a efetiva implementação da legislação Municipal sobre políticas de uso e ocupação do solo e proteção ambiental.

A partir desse contexto e levando-se em conta o escopo do presente projeto, torna-se importante descrever as leis municipais, federais e estaduais que condicionam a elaboração do Plano Diretor, bem como tecer considerações sobre como serão solucionados os conflitos entre as disposições legais urbanísticas municipais e as normas baixadas pelos demais entes federativos.

Legislação Federal

Dentre as normas federais que condicionaram a elaboração do Plano Diretor de Guaraqueçaba, destacam-se a Lei nº 9985/2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza a Lei nº 6.902/1981, que dispõe sobre a criação de Áreas de Proteção Ambiental - regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90 -, e o Decreto nº 90.883/85, que implementa a APA de Guaraqueçaba. Este último texto normativo, destinado à fiel execução da lei federal acima, além de declarar a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, definindo seus objetivos, estabelece ainda os seus limites territoriais, define procedimentos de zoneamento a serem discutidos e decididos em conjunto com órgãos estaduais e a Prefeitura Municipal de

Guaraqueçaba e, impõe restrições ao uso do solo na região regulamentada. O Decreto nº 87.222/82, que regulamenta a Lei Federal nº 6.902/81 também estabelece restrições ao uso do solo numa parcela do território municipal. Essas normas, que atuam na defesa do interesse difuso da proteção ao meio ambiente, fazem as vezes da legislação municipal em boa parte do território de Guaraqueçaba, editando em linhas gerais a lei de zoneamento e uso do solo na região da APA.

Já no que concerne às normas gerais federais, a lei que apresenta maior destaque em matéria de política urbana e regulamentação de uso do solo, é o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001. Esse texto normativo instaurou um novo paradigma para a administração municipal, o convívio entre os interesses públicos e os interesses privados sobre a propriedade urbana (art. 1º, Lei nº 10.257/2001), em prol do bem-estar social e do equilíbrio ambiental, e regulamentou no seu art. 2º os princípios que deverão ser observados e aplicados por ocasião da elaboração do Plano Diretor:

- a) função social da propriedade e da cidade, que impõe ao interesse privado algumas limitações de interesse público;
- b) desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável, que exige um planejamento da Cidade, de forma a garantir o bem-estar das populações presentes e futuras;
- c) Gestão Democrática da Cidade, que condiciona a tomada de decisões fundamentais da cidade ao prévio debate e consulta popular, por meio de audiências públicas;
- d) Cidade Real, que impõe ao planejamento municipal, a apreciação das situações irregulares existentes e a sua adaptação de forma, garantindo a efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana.

Ainda sobre o Estatuto da Cidade, não há nenhum empecilho legal para que o Município venha a regulamentar o uso, a ocupação e parcelamento do solo nas regiões rurais de seu território, observadas, as normas gerais baixadas pela União, tal como ocorre na área urbana. Isso porque a própria Lei nº 10.257/2001 institui em seu art. 4º, a diretriz de política urbana para integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico do Município e do território sob sua área de influência.

Esta diretriz do Estatuto da Cidade contribui para impedir o 'mito da zona rural' de que os municípios não teriam competência para atuar dentro de suas próprias zonas rurais (mesmo cabendo a eles a delimitação dessas zonas, em lei municipal), competência essa que seria da União, sobretudo no que se refere à disciplina do uso do solo. Esse entendimento equivocado tem acarretado graves problemas para os municípios, tais como a falta de concessão de alvarás de construção e de licenciamento de atividades na zona rural, a proliferação de assentamentos ilegais e, sobretudo, a opção pela abolição das zonas rurais em prol da ocupação urbana e da especulação imobiliária.

Conclui-se, portanto que a competência do Município de Guaraqueçaba para, suplementando a lei federal e dentro do interesse local, regulamentar o uso, a ocupação e o parcelamento do solo de sua área rural e exercer poder de polícia sobre a região, condicionando o início das obras e das atividades à prévia concessão de alvarás é inequívoca.

Legislação Estadual

Tendo em vista que a competência para dispor sobre assuntos relativos ao meio ambiente (fauna, pesca e defesa do uso do solo) é concorrente entre União, Estados Membros e Municípios, o Estado do Paraná, suplementando as normas gerais da União nos termos da Constituição Federal, também editou uma série de atos normativos versando sobre assuntos condicionantes do zoneamento e do uso do solo no território de Guaraqueçaba.

Diante da inexistência de disciplina do interesse local por parte do Município de Guaraqueçaba, essas normas estaduais possuem uma forte densidade normativa, disciplinando o zoneamento e uso do solo desta municipalidade, pautadas na proteção ambiental e no desenvolvimento sustentável, tal como comumente é levado a cabo por legislação municipal.

A norma Estadual de maior destaque é o Decreto Estadual nº 5.040/89, que aprova o Zoneamento de todo o Litoral Paranaense. Esse regulamento, por sua boa técnica legislativa na conjugação de interesses privados e de proteção ao meio ambiente, pode e deve ser observado por ocasião da elaboração das leis de zoneamento e uso do solo do município.

Podem ainda ser citadas as seguintes normas estaduais:

a) o Decreto nº 2.963/80, que cria áreas de especial interesse e proteção no Litoral do Paraná;

b) as Leis Estaduais nº 7389/80 e nº 12.243/98, que consideram como Áreas de Especial Interesse Turístico alguns Municípios Litorâneos, dentre eles Guaraqueçaba, estabelecendo inclusive restrições ao uso do solo nessas regiões;

c) a Lei Estadual 13.164/01, que dispõe sobre a Zona Costeira do Estado;

d) o Decreto Estadual nº 2.722/84, que, regulamentado a Lei nº 7389/80, define os parâmetros de ocupação do solo nas áreas de interesse turístico; e,

e) os Decretos Estaduais nºs 4.605/84, 2.154/96 e 1.796/97, que instituem o Conselho do Litoral, definem a sua composição e estabelecem como seu objetivo principal a aplicação das normas estaduais de parcelamento e ocupação do solo, nas Áreas Especiais de Interesse Turístico.

Por fim, cabe destacar que o Conselho do Litoral é a pessoa administrativa competente para o exercício do poder de polícia. Além de ter como função levar à fiel execução os Decretos e Leis Estaduais acima descritos, tem o poder de baixar atos normativos em matéria de ocupação e uso do solo. Dentre eles as resoluções 001/86, 001/89 e 002/89, todas aplicáveis nas Áreas de Especial Interesse Turístico (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá).

Legislação Municipal

Conforme já salientado anteriormente, a constituição do Município de Guaraqueçaba, enquanto ente dotado de competências/deveres constitucionais é precária, não tendo até o momento sequer sido aprovada a sua Lei Orgânica, situação que não se repete em nenhum outro Município do Estado do Paraná. Essa deficiência institucional, caracterizada pela ausência de princípios e diretrizes básicas de desenvolvimento e atendimento às determinações constitucionais no âmbito do interesse local, reflete-se quando se aprecia a legislação urbanística vigente no Município de Guaraqueçaba.

Dentre todo o corpo de leis vigentes, esparsos e defeituosos são aqueles que regulamentam matéria urbanística, sendo certo que nenhum deles contempla princípios gerais de política urbana do Município, reservando-se, única e exclusivamente, à disciplina específica do perímetro urbano, do zoneamento e do uso do solo para fins de edificação e parcelamento. Não se encontram legalmente instituídos, no âmbito do Município, os princípios e os instrumentos do Estatuto da Cidade.

Constata-se que a legislação vigente, por sua precária disciplina do interesse local e diante da deficiência da estrutura municipal de fiscalização, não vem sendo integralmente aplicada, estando o Município sujeito ao controle federal e estadual, nos termos do Decreto Federal nº 90.883/85 e, sobretudo, do Decreto Estadual nº 5.040/89 e Decreto Estadual nº 2722/84, que regulamenta o uso do solo do Litoral paranaense.

As normas municipais de direito urbanístico, atualmente vigentes, serão resumidamente descritas e comentadas a seguir:

a) Lei Municipal nº 042/02, que disciplina o perímetro urbano do Município (revogou a Lei nº 09/81), regulamenta o parcelamento do solo urbano, institui o zoneamento Urbano, dispõe sobre o sistema viário, edita normas sobre proteção ambiental, e disciplina as edificações dentro dos limites urbanos do município. Considerando, sobretudo, que essa lei trata de diversos temas inerentes ao Plano Diretor, surpreende o fato de, segundo informou a Prefeitura, a norma não vem sendo integralmente aplicada, principalmente no que diz respeito às regras de zoneamento.

b) Lei Municipal nº 050/02, que regulamenta a Lei Municipal nº 042/02, disciplina os requisitos e os procedimentos para aprovação de projetos de parcelamento do solo e para outorga de licenças e alvarás de construção.

Afora esses textos normativos, tramita, há mais de dez anos, na Câmara Municipal de Guaraqueçaba, e está pendente de aprovação, Projeto de Lei regulamentando e instituindo o Código de Posturas do Município. Trata-se de norma com densidade normativa absolutamente excessiva, que em 546 artigos, regulamenta as atividades econômicas de Guaraqueçaba de forma incompatível e dissonante com o tamanho e as características atuais do Município.

Por esse ou por outro motivo, importa destacar que não foi aprovada e, portanto, não está vigente qualquer norma sobre posturas em Guaraqueçaba, estando a municipalidade tão-somente sujeita às disposições estaduais e federais pertinentes.

Não bastasse isso, apreciando-se a documentação e a escrituração de todos os imóveis do Município, há mais uma vicissitude a ser comentada e que necessitada ser enfrentada por ocasião da elaboração do Plano Diretor. Poucos imóveis de Guaraqueçaba, sequer aqueles onde se encontram instalados os órgãos da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores, possui registro e matrícula junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente.

Isso significa dizer que, formalmente, poucos são considerados proprietários de imóvel no Município, mas apenas possuidores a título precário, já que a lei dispõe que somente se adquire a propriedade através do registro. Para fins de arrecadação de IPTU, não há qualquer prejuízo à regularidade do recolhimento de impostos, visto que o referido imposto, segundo entendimento jurisprudencial pacífico, também pode ser exigido do possuidor direto e não apenas do proprietário.

Todavia, a segurança jurídica dos habitantes do Município e, sobretudo, da Prefeitura Municipal, apresenta-se comprometida. Característica que torna relevante que, a Prefeitura, por ocasião ou não da elaboração do Plano Diretor, proceda oficialmente e publicamente, o registro de todos os imóveis municipais, evitando controvérsias judiciais futuras e entreveros para a população local.

2.3 SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA

Após o levantamento da legislação federal, estadual e municipal vigente no Município de Guaraqueçaba, identifica-se inicialmente uma forte superposição de normas federais e estaduais, aplicáveis na municipalidade e uma pequena disciplina municipal sobre matérias condicionantes da elaboração do Plano Diretor, observando-se inclusive em alguns aspectos certa incompatibilidade entre estas leis.

Considerando que a elaboração e execução do Plano Diretor de Guaraqueçaba deverá estar pautada, predominantemente, por questões ambientais e de uso do solo, torna-se portanto, indispensável a participação conjunta dos órgãos pertencentes aos três entes federativos, não apenas com o objetivo de homologar as políticas, diretrizes e parâmetros de uso e ocupação do solo propostas, mas também, para definir um sistema de fiscalização compartilhado e eficiente, que vise otimizar o cumprimento das determinações de caráter ambiental.

Assim, a despeito da autonomia municipal para regulamentação do interesse local, o Plano Diretor deverá ser levado à apreciação e homologação dos órgãos federais e estaduais, que tem como função planejar, executar e fiscalizar políticas e parâmetros ambientais incidentes sobre o território municipal, permitindo não só uma atuação fiscalizatória conjunta e

garantindo a otimização do cumprimento do Plano, mas também evitando futuros embargos judiciais e assegurando a estabilidade jurídica da legislação municipal em elaboração.

Outro aspecto relevante identificado encontra-se no fato do Município de Guaraqueçaba, não ter aprovado até o momento sua Lei Orgânica. Essa deficiência, caracterizada pela ausência de princípios e diretrizes básicas de desenvolvimento e atendimento às determinações constitucionais no âmbito do interesse local, reflete-se quando se aprecia a legislação urbanística vigente no Município de Guaraqueçaba.

Dentre o corpo de leis vigorantes, o estudo identificou que os que regulamentam a matéria urbanística são esparsos e defeituosos, sendo que nenhum deles contempla princípios gerais de política urbana do Município e nem institui legalmente os princípios e os instrumentos do Estatuto da Cidade. Além disso, constatou-se que tal legislação, por sua precária disciplina do interesse local e diante da deficiência da estrutura municipal de fiscalização, não vem sendo integralmente aplicada, ficando o Município sujeito ao controle federal e estadual.

Neste aspecto, o momento de elaboração e discussão coletiva do Plano Diretor Municipal representa uma grande oportunidade para que se institua os princípios da política urbana e se elabore uma regulação urbanística capaz de implementar um processo permanente e contínuo de planejamento.

O diagnóstico identificou ainda mais um elemento institucional limitador da atuação municipal no que tange a elaboração e execução do Plano Diretor de Guaraqueçaba, o fato de que uma parcela do território do Município de Guaraqueçaba (terrenos de marinha e ilhas oceânicas) é de domínio da União Federal, limitando o campo de regulamentação desse instrumento. Soma-se a isso a questão da inexistência de registro oficial de grande parte dos terrenos dentro do Município, fato que, embora não interfira na cobrança de IPTU, gera uma considerável insegurança jurídica para os munícipes.

Ainda em relação ao relacionamento institucional, identificou-se como oportunidade a discussão das propostas do Plano Diretor com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão responsável por administrar as ilhas e os terrenos de Marinha em todo o território nacional. Esta aproximação tem como objetivo, não apenas o de se obter homologação das regulamentações de uso e ocupação do solo nas áreas sob regime de aforamento, mas também, discutir a possibilidade de que o Município obtenha concessão de uso dos demais territórios, possibilitando a regulamentação dessas localidades, observados os limites legais federais e estaduais. Esta ação é fundamental para que o Plano Diretor em execução venha atingir no futuro os objetivos gerais definidos pelo Estatuto da Cidade.

Os demais limites, menos graves, estão ligados ao relacionamento institucional entre o Município e os órgãos estaduais e federais com competência concorrente para fiscalização do uso e da ocupação do solo no território de Guaraqueçaba. Nesse particular, as oportunidades identificadas seriam: a discussão conjunta das propostas do Plano Diretor com todas essas entidades; o debate conjunto em relação à possibilidade de se compartilhar competências

fiscalizatórias ambientais, sobretudo por conta da insuficiente estrutura da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba; a sujeição do Plano à homologação do IBAMA, em âmbito federal, do IAP/SEMA, em âmbito estadual, e do COLIT, na esfera intermunicipal e estadual.

Do ponto de vista da organização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, uma oportunidade identificada encontra-se no fato de que em Guaraqueçaba já existe órgão que tem por atribuição a definição das políticas urbanas municipais, dos parâmetros de uso e ocupação do solo e a aplicação dos princípios e instrumentos do Estatuto da Cidade, a Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos. Apesar disso, verificou-se que nem todas as funções definidas em lei para esta secretaria estão sendo desempenhadas, especialmente às relacionadas ao planejamento, ocupando-se o corpo técnico muito mais daquelas relacionadas à gestão. Identificou-se ainda que tal estrutura carece de um quadro técnico maior, próprio e qualificado que seja habilitado para por em prática o Plano Diretor e instituir um processo permanente e contínuo de planejamento.

No que diz respeito ao desenvolvimento local, o momento de discussão do Plano Diretor apresenta-se como uma grande oportunidade de aproximação e sinergia entre as várias secretarias integrantes da estrutura municipal. Este processo poderá significar no futuro, a possibilidade de articulação e desenvolvimento comuns de programas e projetos entre os diversos órgãos, além da implementação efetiva das propostas previstas no Plano Diretor.

Todas as oportunidades identificadas, no que tange ao relacionamento institucional, apresentam-se, como condições indispensáveis para garantir a legitimidade, a estabilidade e a ampla aplicabilidade das normas do Plano Diretor.

Apresenta-se a seguir a matriz síntese de análise temática dos aspectos institucionais de Guaraqueçaba em âmbito regional e municipal (continental, insular e urbano).

MATRIZ 1 Análise - Institucional

3 ASPECTOS ECONÔMICOS

3.1 ESCALA REGIONAL

Este tópico tem o objetivo de apresentar o padrão de desenvolvimento econômico brasileiro na perspectiva regional, apresentado as Fases do Desenvolvimento Regional da Economia Brasileira.

A partir desta perspectiva, pode-se compreender o desenvolvimento e a inserção de determinados municípios e/ou regiões brasileiras na dinâmica de produção nacional e internacional. É importante destacar que tal desenvolvimento e inserção ocorrem não necessariamente a partir do setor produtivo, ou seja, da industrialização em escala, mas através das atividades terciárias, particularmente a partir da quarta fase de desenvolvimento regional, onde o terciário superior¹ passa a determinar um novo ritmo e, conseqüentemente um novo padrão de desenvolvimento econômico.

Muitas regiões no território nacional se engajaram em algum momento no processo de desenvolvimento regional. No que tange ao processo de desenvolvimento regional ora estudado, cabe identificar as oportunidades de inserir espaços que ficaram de fora deste processo.

A primeira fase, denominada dos arquipélagos regionais, predominou até o princípio do século XX e teve como referência os antigos complexos exportadores, sendo o café o principal produto de base. Em termos espaciais, nesta fase não foi observada uma integração produtiva inter-regional, uma vez que os complexos exportadores relacionavam-se diretamente com os mercados externos. O Paraná seguia a dinâmica nacional, cuja principal atividade era o cultivo do mate voltado ao mercado externo.

A fase da Articulação Comercial teve relação com a primeira etapa da industrialização brasileira, no período dos anos 1930 até os anos 1960. Estas duas fases do desenvolvimento regional da economia brasileira são marcadas por uma relativa concentração das atividades industriais na Região Metropolitana de São Paulo (Azzoni, 1985; Suzigan, 2000; Cano, 1994).

Entre os anos de 1930 até 1955, observou-se uma transição para um novo padrão de acumulação de capital, dando início ao processo de industrialização no território nacional. Este período foi denominado “industrialização restringida” (Mello, 1998), devido a limitação do parque industrial nacional na consolidação da produção de bens de capital. A economia paranaense, durante as duas primeiras fases do desenvolvimento regional, praticamente não apresentou mudanças significativas. De um lado, configurando uma economia voltada para o mercado interno, praticamente de subsistência, e de outro, a formação de um arquipélago regional baseado na exportação do mate.

A terceira fase, denominada de Articulação Produtiva, ocorreu entre os anos de 1970 e 1980, e deu início ao processo de desconcentração espacial das atividades econômicas em

¹ Compreende atividades econômicas como software, marketing, consultoria e assessoria, educação, turismo entre outras.

relação a São Paulo. Esta fase foi incentivada pela atuação do Governo Federal através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). O Litoral do estado do Paraná se inseriu nesta nova dinâmica a partir do porto de Paranaguá. Entretanto, basicamente apenas o município de Paranaguá possuía relação com a nova dinâmica produtiva, atraindo, inclusive, investimentos industriais para seu território.

A desconcentração espacial teve seu ponto culminante em 1985. A partir desse ano, a insuficiência de mecanismos de financiamento, atrelado à crise da dívida, passaram a restringir o avanço da industrialização no país (Cano, 1994), tornando-se um fator limitante para o processo de desconcentração da atividade produtiva que tinha como objetivo, inserir novas regiões brasileiras na dinâmica de produção nacional.

Foi a partir da fase de articulação produtiva que o Paraná passou a inserir-se na matriz produtiva nacional, caracterizando-se pela produção de bens de capital.

A quarta fase, do Desenvolvimento Regional Difuso, caracterizada por “nem concentração, nem desconcentração”, começou a apresentar delineamentos mais claros, de forma seletiva, tanto no âmbito da produção, quanto no âmbito espacial, a partir do final dos anos 1980, e início dos anos de 1990.

Entre os anos de 1985 e 2000, observou-se a manutenção da trajetória de desconcentração regional da indústria brasileira. O estado do Paraná passou de 4,3% na participação do valor de transformação industrial (VTI) do país em 1985 para 5,3% em 1996, e 5,7% em 2000. Da mesma forma, o emprego industrial saltou de 4,4% em 1985 para 6,2% em 1996, e para 6,7% em 2000.

O aumento na participação do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tanto no emprego industrial quanto no VTI, demonstram um dinamismo diferenciado para o Sul, já que no sudeste São Paulo e Rio de Janeiro reduzem expressivamente suas participações no emprego industrial e no VTI.

O recente crescimento industrial do Paraná pode ser caracterizando como um novo ciclo de expansão industrial, mais uma vez ancorado no Grupo III (bens de capital), com a liderança da indústria automobilística, porém, nitidamente concentrado na Região Metropolitana de Curitiba.

3.2 ESCALA MUNICIPAL

Neste item são abordadas as principais questões referentes à dinâmica econômica, às finanças municipais, à agropecuária e ao turismo municipal.

3.2.1 DINÂMICA ECONÔMICA

O município de Guaraqueçaba apresentou em 2003, segundo dados do IBGE (2005), um Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de R\$ 29 milhões 144 mil reais (R\$ 29.144,825), gerando um PIB per capita de R\$ 3.448,00, para uma população de 8.452 habitantes (Tabela 3).

TABELA 3 - PIB, População e PIB Per Capita de Guaraqueçaba - 1999/2003

ANO	PIB (R\$ 1.000,00)	População	PIB per capita (R\$ 1.000,00)
1999	23.147,979	8.155	2,839
2000	26.693,264	8.288	3,221
2001	22.469,810	8.354	2,690
2002	25.101,423	8.399	2,989
2003	29.144,825	8.452	3,448

Fonte: IBGE - Elaboração: Metápolis/Vertrag

Enquanto o PIB do município cresceu a uma taxa média de 5,9%, a população cresceu a uma taxa de 0,90%, elevando o nível da renda per capita de R\$ 2.839,00 em 1999 para R\$ 3.448,00 em 2003.

Além dos fatores mencionados acima, este aumento no nível do PIB per capita ainda o mantém distante do mesmo indicador em relação ao Litoral e ao Paraná. O PIB per capita do Litoral somou R\$ 13.803,85 em 2003, e do estado do Paraná somou R\$ 9.993,10 no mesmo ano.

No período de 1999 a 2003 o PIB cresceu a uma média anual de 5,9% frente a uma taxa de 12,8% do PIB do Litoral. Dos sete municípios que compõem a região do Litoral (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná), o PIB de Guaraqueçaba fica a frente apenas do PIB de Morretes em termos de crescimento econômico, mas em último em valores absolutos (Tabela 4).

TABELA 4 - Taxa de Crescimento Econômico dos Municípios do Litoral Paranaense – 1999/2003

Município	Ano				Média no Período
	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	
Antonina	-22,0	39,7	6,9	-2,8	3,1
Guaraqueçaba	15,3	-15,8	11,7	16,1	5,9
Guaratuba	8,3	1,7	21,9	-0,2	7,6
Matinhos	-0,1	5,0	25,2	4,6	8,3
Morretes	2,0	0,3	12,5	21,7	8,8
Paranaguá	-4,0	44,9	-15,0	43,8	14,2
Pontal do Paraná	-1,9	6,0	27,9	7,8	9,4
LITORAL	-3,7	37,1	-9,2	35,0	12,8

Fonte: IBGE - Elaboração: Metápolis/Vertrag

Além de apresentar o menor PIB em valores absolutos em relação ao Litoral, o PIB de Guaraqueçaba vem perdendo participação relativa na economia paranaense, sendo que sua participação em 1999 foi de 0,038%, e em 2003 de 0,029% (Tabela 5).

Em relação à participação de Guaraqueçaba sobre o PIB do Litoral, as Tabelas 6 e 7 demonstram que entre 1999 e 2003 o município permaneceu relativamente estável, reduzindo de 1,0% para 0,8%.

É importante observar que o único município que elevou sua participação na economia do Litoral foi Paranaguá, cuja posição de destaque justifica-se pela presença do Porto e de atividades industriais de maior valor agregado na região.

TABELA 5 - PIB de Guaraqueçaba, Paraná e Brasil, e Participação (%) de Guaraqueçaba no Paraná – 1999/2003

Ano	PIB (R\$ 1.000,00)			
	Guaraqueçaba (a)	Paraná (b)	Brasil	(a) / (b)
1999	23.147,979	61.723.959,000	973.845.966,000	0,038
2000	26.693,264	65.968.713,000	1.101.255.078,000	0,040
2001	22.469,810	72.770.350,000	1.198.736.188,000	0,031
2002	25.101,423	81.449.312,000	1.346.027.553,000	0,031
2003	29.144,825	98.999.740,000	1.556.182.114,000	0,029

Fonte: IBGE; Elaboração: Metápolis/Vertrag.

TABELA 6 - Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios do Litoral Paranaense e suas respectivas participações no PIB do Litoral - 1999-2003

Município	1999		2000		2001	
	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.
Antonina	110.075,823	5,0	85.859,737	4,0	119.952,619	4,1
Guaraqueçaba	23.147,979	1,0	26.693,264	1,2	22.469,810	0,8
Guaratuba	108.090,449	4,9	117.047,336	5,5	119.043,286	4,1
Matinhos	112.304,465	5,1	112.220,172	5,3	117.831,384	4,0
Morretes	48.193,573	2,2	49.154,975	2,3	49.311,715	1,7
Paranaguá	1.745.337,289	78,6	1.675.084,718	78,4	2.426.913,627	82,8
Pontal Paraná	72.681,950	3,3	71.268,897	3,3	75.518,981	2,6
LITORAL	2.219.831,528	100,0	2.137.329,099	100,0	2.931.041,422	100,0

Fonte: IBGE; Elaboração: Metápolis/Vertrag

TABELA 7 - Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios do Litoral Paranaense e suas respectivas Participações No Pib Do Litoral - 1999-2003

Município	2002		2003	
	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.
Antonina	128.210,419	4,8	124.613,856	3,5
Guaraqueçaba	25.101,423	0,9	29.144,825	0,8
Guaratuba	145.072,922	5,5	144.754,596	4,0
Matinhos	147.559,278	5,5	154.367,484	4,3
Morretes	55.479,340	2,1	67.507,717	1,9
Paranaguá	2.062.628,577	77,5	2.966.811,264	82,6
Pontal Paraná	96.609,704	3,6	104.174,054	2,9
LITORAL	2.660.661,663	100,0	3.591.373,796	100,0

Fonte: IBGE; Elaboração: Metápolis/Vertrag

As informações sobre valor adicionado (VA), segundo IBGE (2005), Tabela 8, bem como dados brutos da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), demonstram que o principal setor econômico do município é o terciário, que vem apresentando aumento na sua participação no período de 1999 a 2003 de 71,8% para 78,2% respectivamente.

TABELA 8 - Composição Setorial do VA de Guaraqueçaba - 1999-2003

Ano	COMPOSIÇÃO SETORIAL			
	Primário	Secundário	Terciário	Total
1999	18,7	9,5	71,8	100,0
2000	18,7	8,4	72,9	100,0
2001	10,5	11,0	78,5	100,0
2002	10,3	10,3	79,5	100,0
2003	9,6	12,2	78,2	100,0

Fonte: IBGE; Elaboração: Metápolis/Vertrag

O setor secundário também apresentou aumento na participação, de 9,5% para 12,2% no mesmo período. As atividades que se destacaram nos setores secundário e terciário em 2003 foram: processamento, preservação e produção de conservas de legumes e outros vegetais; hipermercados; comércio de produtos alimentares; comércio de vestuário; material de construção; restaurantes e lanchonetes; atividades associativas.

Estas atividades são, devido as suas características, de baixa capacidade na geração do valor adicionado, ou seja, são atividades secundárias e terciárias típicas de uma economia com baixíssimo grau de dinamismo; logo, sem capacidade para geração de emprego e renda sustentados (trataremos das questões de mercado de trabalho mais adiante).

O setor primário apresentou declínio muito expressivo reduzindo sua participação de 18,7% em 1999 para 9,6% em 2003. Esta redução está associada ao baixo dinamismo, bem como ao aumento na participação dos demais setores.

No período em análise, 1999 a 2003, não se observou nenhuma mudança representativa na estrutura produtiva, e o fato do setor primário perder participação não significa necessariamente alteração na estrutura produtiva, pois as atividades características deste setor não configuram atividades de elevado valor adicionado, geradoras de emprego e renda, nem de inserção produtiva do município na dinâmica regional ou estadual.

De fato, nenhum dos três setores configuram, a princípio, atividades geradoras de emprego e renda, e em condições de inserir o município em uma dinâmica de mercado mais expressiva (trataremos do setor primário com detalhes mais adiante).

Tomando por base os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), utilizando-se da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), observa-se a evolução do número de estabelecimentos e do emprego formal no município para os anos de 1999, 2001 e 2004 (Tabelas 9 e 10).

TABELA 9 - Evolução dos Estabelecimentos no Município de Guaraqueçaba - 1999/2001/2004

Atividades	1999		2001		2004	
	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.
Agropecuária	7	21,2	9	20,0	10	21,7
Silvicultura	0	0,0	1	2,2	0	0,0
Pesca	1	3,0	1	2,2	1	2,2
Fabricação Alimentos e Bebidas	2	6,1	3	6,7	2	4,3
Comércio	15	45,5	16	35,6	19	41,3
Alojamento e Alimentação	3	9,1	6	13,3	3	6,5
Transporte Terrestre	1	3,0	2	4,4	2	4,3
Correio e Telecomunicações	1	3,0	1	2,2	0	0,0
Intermediação Financeira	1	3,0	1	2,2	2	4,3
Pesquisa e Desenvolvimento	0	0,0	1	2,2	0	0,0
Administração Pública	1	3,0	1	2,2	1	2,2
Ensino	1	3,0	1	2,2	0	0,0
Serviços Domésticos e Auxiliares	0	0,0	1	2,2	1	2,2
Total	33	100,0	45	100,0	46	100,0

Fonte: IBGE; Elaboração: Metápolis/Vertrag

Os dados da RAIS demonstram que tanto em número de estabelecimentos formais como em emprego formal o resultado é de baixíssima expressão, tornando-se difícil efetuar

uma análise comparativa do mercado de trabalho do município com o estado do Paraná e até mesmo com o Litoral.

Em 2004 a participação do emprego, do município em relação ao Litoral foi de 1,3%, sendo que a maior parte do emprego formal (aproximadamente 80,0%) está alocado na Administração Pública.

TABELA 10 - Evolução do Emprego Formal no Município de Guaraqueçaba - 1999/2001/2004

Atividades	1999		2001		2004	
	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.
Agropecuária	25	5,5	21	4,6	29	5,4
Silvicultura	0	0,0	8	1,8	0	0,0
Pesca	2	0,4	2	0,4	4	0,7
Fabricação Alimentos e Bebidas	15	3,3	15	3,3	6	1,1
Comércio	30	6,6	36	8,0	45	8,3
Alojamento e Alimentação	5	1,1	4	0,9	7	1,3
Transporte Terrestre	3	0,7	4	0,9	5	0,9
Correio e Telecomunicações	1	0,2	1	0,2	0	0,0
Intermediação Financeira	3	0,7	3	0,7	2	0,4
Pesquisa e Desenvolvimento	0	0,0	6	1,3	0	0,0
Administração Pública	365	80,8	343	75,9	423	78,0
Ensino	3	0,7	8	1,8	0	0,0
Serviços Domésticos e Auxiliares	0	0,0	1	0,2	20	3,7
Total	452	100,0	452	100,0	542	100,0

Fonte: IBGE; Elaboração: Metápolis/Vertrag

Utilizando-se dos dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2000), a População Economicamente Ativa (PEA) do município foi de 3.068 pessoas, e a População Ocupada² foi de 2.831, apresentando uma taxa de desemprego de 7,72%. Grosso modo, ao cruzar os dados do Censo com a RAIS, pode-se afirmar que aproximadamente 85,0% dos ocupados são informais.

A partir das informações do MTE e da RAIS, podemos configurar a atividade empresarial como composta por segmentos de baixo valor adicionado, pouca diversificação produtiva e desconectada da economia paranaense.

Conseqüentemente, o mercado de trabalho tende a acentuar a informalidade e a ofertar empregos sem exigência de qualificação, logo com baixa remuneração, precarizando assim o mercado de trabalho local.

A Tabela 11 demonstra o impacto da falta de dinamismo na economia do município. Do total da população no ano 2000 (Censo, IBGE, 2000), 29,1% encontravam-se abaixo da linha da pobreza³, percentual três vezes maior que o apresentado no Litoral como um todo (9,7%).

Em relação ao número de pessoas abaixo da linha da pobreza e a população total do próprio município (quarta coluna da Tabela 11), o percentual mais elevado entre os municípios que compõem o Litoral é o de Guaraqueçaba (29,1%), ou seja, é o município que possui o maior número de pessoas abaixo da linha de pobreza em relação ao número de habitantes.

² Neste caso em emprego formal e informal

³ A linha da pobreza adotada no Mapeamento da Pobreza do Paraná (SEAB/IAPAR, 2003) é definida como pessoas com rendimento inferior a 0,25 salários mínimos *per capita*.

TABELA 11 - Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza, segundo Municípios do Litoral do Paraná - 2000

Município	População	Pessoas Abaixo da Linha Da Pobreza			
		Absoluto	Relativo		
			Município	Litoral	Paraná
Antonina	19.063	3.232	17,0	14,2	0,314
Guaraqueçaba	8.262	2.400	29,1	10,6	0,233
Guaratuba	27.163	3.033	11,2	13,4	0,295
Matinhos	23.960	2.035	8,5	9,0	0,198
Morretes	15.215	1.112	7,3	4,9	0,108
Paranaguá	126.532	9.398	7,4	41,4	0,913
Pontal do Paraná	14.212	1.492	10,5	6,6	0,145
Litoral	234.406	22.703	9,7	100,0	2,206
Total Estado	9.501.559	1.029.012	10,8	-	100,000

Fonte: IBGE; Elaboração: Metápolis/Vertrag

3.2.2 FINANÇAS MUNICIPAIS

Para a análise das finanças públicas do município foi desenvolvido um plano tabular tomando-se como referência os dados fornecidos pela Prefeitura Municipal através dos Balanços Anuais e as Informações Municipais disponibilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional através do sistema FINBRA (Finanças do Brasil). A análise dos dados disponíveis gerou a necessidade de construção de alguns indicadores que proporcionassem um melhor diagnóstico das contas públicas.

Dessa forma, são considerados os indicadores baseados em Serra (1994), na Portaria nº. 78/1998 do Senado Federal, na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e nas Portarias nº. 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal, apresentados a seguir:

- Receita Corrente Líquida: Receita Corrente deduzida de Contribuições Previdenciárias, dos Repasses ao FUNDEF e do Passivo Financeiro (Restos a Pagar);
- Receita Líquida = Receita Total (Correntes + Capital) - Operações de Crédito;
- Grau de Dependência de Transferências = Receita de Transferências (Correntes e Capital)/Receita Líquida;
- Grau de Dependência de Empréstimos = Receita de Operações de Crédito / Receita Líquida;
- Geração de Recursos Próprios = (Receita Tributária + Outras Receitas Próprias) / Receita Líquida;
- Participação das Despesas Correntes = Despesas Correntes / Despesa Total;
- Participação das Despesas de Capital = Despesas de Capital / Despesa Total;
- Endividamento:
 - a. Dívida Pública Consolidada = Dívida estabelecida por leis, contratos, convênios e operações de crédito com amortização superior a 12 meses, ou com receitas que constam no orçamento;
 - b. Dívida Consolidada Líquida: Dívida Pública Consolidada – (Disponibilidade de Caixa + Aplicações Financeira + Haveres Financeiros);

- c. Capacidade de Endividamento = Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida;
- d. Capacidade de Pagamento = Serviços da Dívida Consolidada (Juros, Amortizações e Encargos) / Receita Corrente Líquida.

De forma sintética, a Tabela 12 apresenta os resultados da receita e da despesa total do município para o ano de 2002.

TABELA 12 - Receita e Despesa do Município de Guaraqueçaba por categoria - 2002

Variável	Valor
Receitas Correntes	6.594.005,94
Receitas de Capital	297.975,20
Deduções da Receita Corrente	738.716,46
Receita Total	6.153.264,68
Despesa Corrente	5.533.943,61
Despesa de Capital	582.631,08
Despesa Total	6.116.574,69

Fonte: IBGE; Elaboração: Metápolis/Vertrag

As Tabelas 13, 14 e 15 apresentam o Balanço Patrimonial dos anos de 2002 e 2003, bem como o Balanço Orçamentário para os mesmos anos.

Os dados dos Balanços Patrimoniais e dos Balanços Orçamentários dos anos de 2002 e 2003, disponíveis no site da Secretaria do Tesouro Nacional, revelam uma relativa “saúde” financeira nas contas públicas do município. Por mais que o município apresente um superávit orçamentário em 2002 e em 2003, é necessário levar em consideração os “Restos a Pagar” que tornam o resultado, de certa forma de pouco impacto, deficitário no ano de 2003.

A partir do cálculo dos indicadores mencionados, é possível observar a grande dependência do município em relação à transferência para o município. O grau de dependência de transferências para o ano de 2002 é de 91,4% em relação à receita corrente. Para o ano de 2003 o grau de dependência é de 91,0%. Segundo a Lei 030/05 (LDO) para o ano de 2006, não se observa mudança na composição da receita do município, ao contrário, a dependência de transferências permanece elevada, chegando, segundo estimativas da Prefeitura para o ano de 2006, a 95,7%.

TABELA 13 - Balanço Patrimonial Em Reais - Ativo (R\$)

Ativo	2002		2003	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
I. Ativo Financeiro	257.533	4,9	240.256	4,1
Disponível	250.138	4,8	236.509	4,1
Créditos em Circulação	7.395	0,1	3.747	0,1
Outras contas de At. Financeiro	0	0,0	0	0,0
II. Ativo não Financeiro	3.636.218	69,4	4.011.036	68,8
Realizável a Curto Prazo	0	0,0	0	0,0
Valores Pendentes a Curto Prazo	0	0,0	0	0,0
Realizável a Longo Prazo	214.637	4,1	195.067	3,3
Ativo Permanente	3.421.581	65,3	3.815.969	65,4
III. Ativo Compensado	1.343.129	25,6	1.580.409	27,1
Total do Ativo (I+II+III)	5.236.880	100,0	5.831.701	100,0

Fonte: FINBRA 2002, FINBRA 2003

TABELA 14 - Balanço Patrimonial Em Reais - Passivo (R\$)

Passivo	2002		2003	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
I. Passivo Financeiro	647.059	12,4	584.475	10,0
Restos a Pagar Processados	463.183	8,8	359.819	6,2
Restos a Pagar não Processados	15.838	0,3	164.746	2,8
Outras contas de Pass. Financeiro	168.039	3,2	59.910	1,0
II. Passivo não Financeiro	3.245.649	62,0	5.255.062	90,1
Op. de Crédito Interna - estoque	3.245.649	62,0	148.767	2,6
Op. de Crédito Externa - estoque	0	0,0	0	0,0
Outras de Pass. não Financeiro	0	0,0	5.106.295	87,6
III. Patrimônio Líquido	1.042	0,0	-1.588.245	-27,2
IV. Passivo Compensado	1.343.129	25,6	1.580.409	27,1
Total do Passivo (I+II+III+IV)	5.236.880	100,0	5.831.701	100,0

Fonte: FINBRA 2002, FINBRA 2003

A capacidade de geração de receita própria é, portanto, insignificante no total da receita do município, demonstrando uma incapacidade endógena de gerar receita corrente para o município. Esta baixa capacidade de gerar receita corrente própria está associada a baixa capacidade de gerar carga tributária oriunda da atividade econômica local. Grande parcela do setor primário do município, ou seja, atividades agrícolas e pecuárias, são informais; as atividades secundárias, relacionadas ao setor industrial, são inexistentes; e as atividades do setor terciário, comércio e serviços, são incipientes e também em grande parte informais.

TABELA 15 - Balanço Orçamentário em Reais (R\$)

Receitas	2002		2003	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
1. Receitas Correntes	5.855.289		6.612.965	
1.1 Receitas Próprias	231.668	3,8	520.848	7,8
IPTU	27.426	0,4	20.269	0,3
ISS	16.959	0,3	25.434	0,4
Outras Receitas Próprias	187.283	3,0	475.144	7,1
1.2 Transferências	5.623.622	91,4	6.092.117	90,7
FPM	1.852.217	30,1	1.869.108	27,8
Outras Transferências	3.771.404	61,3	4.223.009	62,9
2. Receitas de Capital	297.975		104.086	
Operações de Crédito	10.878	0,2	0	0,0
Alienação de Bens	13.000	0,2	28.000	0,4
Outras Receitas de Capital	274.098	4,5	76.086	1,1
Total das Receitas (1+2)	6.153.265	100,0	6.717.051	100,0
Déficit Orçamentário	0		0	
Total	6.153.265		6.717.051	
Despesas	2002		2003	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
3. Despesas Correntes	5.533.944	90,5	5.941.568	89,1
3.1 Despesas com Pessoal	2.631.137	43,0	3.070.463	46,0
Pessoal Ativo	2.105.258	34,4	2.663.050	39,9
Inativos e Pensionistas	0	0,0	0	0,0
Outras Despesas com pessoal	525.880	8,6	407.413	6,1
3.2 Outras Despesas Correntes	2.902.806	47,5	2.871.105	43,0
Juros Pagos	27.261	0,4	17.719	0,3
Demais Despesas Correntes	2.875.546	47,0	2.853.386	42,8
4. Despesas de Capital	582.631	9,5	730.175	10,9
Investimentos	436.415	7,1	529.855	7,9
Amortizações Pagas	146.216	2,4	200.320	3,0
Outras Despesas de Capital	0	0,0	0	0,0
Total das Despesas (3+4)	6.116.575	100,0	6.671.743	100,0
Superávit Orçamentário	36.690		45.308	
Total	6.153.265		6.717.051	

Fonte: FINBRA 2002, FINBRA 2003

As informações das finanças municipais, a partir de dados fornecidos pelo município e consistidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), também indicam que:

a) Há muitas possibilidades de expansão da arrecadação do IPTU, 0,31% da Receita Orçamentária e apenas R\$ 2,39 de IPTU per capita (em 2003), estando muito distante da média do estado do Paraná com R\$ 48,24 de IPTU per capita, de um município de médio porte R\$ 30,00 e de Curitiba R\$ 60,00;

b) Há possibilidades para a expansão do ISS, 0,38% da Receita Orçamentária, sendo R\$ 2,99 do ISS per capita, ampliando a alíquota, retirando benefícios tributários de atividades não-transferíveis, efetuando uma fiscalização junto às empresas, bem como estimulando atividades terciárias no município;

c) O grau de dependência apresenta-se muito elevado (92,25%) em relação a geração de recursos próprios (7,75%);

d) O município atende os limites de gastos com pessoal previsto na Lei Complementar 101 - no ano de 2003;

e) Os percentuais de despesa com saúde (15,2%) e educação (27,8%) ficaram acima dos percentuais previstos na Lei Complementar 101, que é de 12,0% e 25,0% respectivamente;

f) O município apresenta um ativo financeiro inferior ao passivo financeiro, demonstrando, assim, uma relativa falta de saúde financeira;

g) O município apresenta capacidade de endividamento suplementar, em 2003, na ordem de aproximadamente R\$ 2 milhões, e uma capacidade de pagamento anual suplementar de aproximadamente R\$ 450 mil, estando apto para alavancar recursos financeiros para as prioridades do Plano Diretor;

h) O município apresenta uma situação financeira para captação de recursos, mas é importante ressaltar que sua capacidade de pagamento – R\$ 450 mil/ano – destina-se particularmente a recursos de longo prazo.

3.2.3 AGROPECUÁRIA E PESCA

A agricultura se estabelece no município de Guaraqueçaba em meados dos séculos XVIII e XIX, e caracterizava-se pela exploração agrícola de produtos como arroz, mandioca e cana-de-açúcar com a utilização de mão-de-obra escrava.

A partir da fase de articulação comercial, década de 1930, a produção agrícola passou por diversas crises em consequência da redução da produtividade dos cultivos, baseada na ausência de terras férteis, e na baixa competitividade local para atuar em mercados externos de banana, como na Argentina e no Uruguai.

Praticamente não houve uma integração produtiva do município com as duas fases do desenvolvimento regional da economia brasileira, os arquipélagos regionais e a articulação comercial, como o próprio estado do Paraná.

A partir da terceira fase do desenvolvimento regional, a articulação produtiva ocorrida nos anos de 1970, uma nova configuração da agricultura ocorreu no município. Estas mudanças estão relacionadas às políticas públicas voltadas para o setor agropecuário, ao desenvolvimento regional, e busca pela redução da pobreza no estado. Esta nova configuração dá origem a atual situação da agricultura no município, caracterizada pelo seu isolamento em relação ao processo de engajamento do estado do Paraná numa dinâmica de produção nacional e internacional.

Segundo o Censo Agropecuário (IBGE), entre os anos de 1970 a 1995 ocorreu uma queda de 33,3% no número de estabelecimentos rurais em todo o estado do Paraná. No município de Guaraqueçaba a tendência parecia ser de um aumento contínuo no número de estabelecimentos, conforme se observa no período de 1980 e 1985 (ver Tabela 16).

Essa tendência está relacionada à abertura da PR 405 (Antonina-Guaraqueçaba), aos incentivos fiscais para grandes propriedades, e pelas vantagens econômicas da cultura de banana, mandioca e do palmito.

TABELA 16 - Evolução do Número de Estabelecimentos Agropecuários - 1970-1995

ANO	Estabelecimentos	Superfície Ocupada (ha)
1970	496	015.380
1975	627	125.881
1980	630	104.616
1985	813	186.523
1995	212	036.422

Fonte: Censos Agropecuários (IBGE) - Elaboração: Metápolis/Vertrag

Entretanto, os dados para o ano de 1995 demonstraram uma expressiva queda no número de estabelecimentos, bem como na área ocupada. Deve-se levar em consideração certa imprecisão nos dados da série, pois a evolução da área entre 1970 e 1975, por exemplo, é difícil de explicar. Contudo, para os anos de 1990, são de certa forma fidedignos e não havendo outra fonte de informação oficial para atividade. Os dados do Censo levam a considerar uma crise na agricultura do município nos anos de 1990.

Segundo os dados recentes do Censo (IBGE), a produção vegetal tem sido a atividade predominante na maioria dos estabelecimentos agropecuários.

Entre os anos de 1975 a 1985 aproximadamente 90,0% dos estabelecimentos tinham como atividade principal a agricultura e aproximadamente 10,0% a pecuária. Durante a série do Censo (1970 a 1995), é possível observar a predominância de lavouras permanentes no município.

A partir da fase de articulação produtiva as lavouras temporárias passaram a perder importância destacando-se para o cultivo de lavouras de subsistência. A banana é a lavoura com maior área plantada desde os anos de 1970 (ver Tabela 17).

A única atividade com aumentos constantes é criação animal, particularmente de animais grandes, como o búfalo, cujo rebanho cresceu em aproximadamente 4.500 cabeças

entre 1985 e 1995. É importante observar o crescimento desse rebanho, uma vez que o município não demonstrava tradição nessa atividade (ver Tabela 17).

TABELA 17 - Evolução dos Principais Produtos Agropecuários em Guaraqueçaba – 1970/1995

PRODUTO	1970	1975	1980	1985	1995
Bovinos	957	1.112	986	1.330	2.387
Búfalos	50	353	759	2.095	6.709
Suínos	1.029	1.469	1.692	1.529	1.760
Aves	8.391	18.214	10.731	18.696	11.700
Banana (1.000 cachos)	264	224	1.295	1.048	1.536
Mandioca (t)	673	1.404	3.486	757	474
Arroz (t)	797	886	518	151	63
Feijão (t)	2	32	98	55	10
Cana-de-açúcar (t)	223	79	434	209	-
Café (t)	28	6	42	77	
Milho (t)	296	431	590	227	52

Fonte: Censos Agropecuários (IBGE) - Elaboração: Metápolis/Vertrag

Percebe-se que a área plantada com arroz declinou expressivamente, as áreas de cultivo de milho e mandioca tiveram aumentos significativos até 1985 e passam a declinar nos anos de 1990. O cultivo de feijão foi relativamente importante entre os anos de 1980 e 1985.

O cultivo de café, mesmo que incipiente, poderia ser utilizado como uma fonte de renda mais elevada para a região, porém, as tentativas não obtiveram sucesso desaparecendo em âmbito comercial a partir de 1985.

A criação animal, principalmente de búfalos, e as áreas correlatas a esta atividade cresceram significativamente a partir de 1985, bem como as áreas de cultivo de banana.

Além dos dados dos Censos Agropecuários do IBGE, também se pode utilizar os dados do cadastro do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB/DERAL) para a década de 1990.

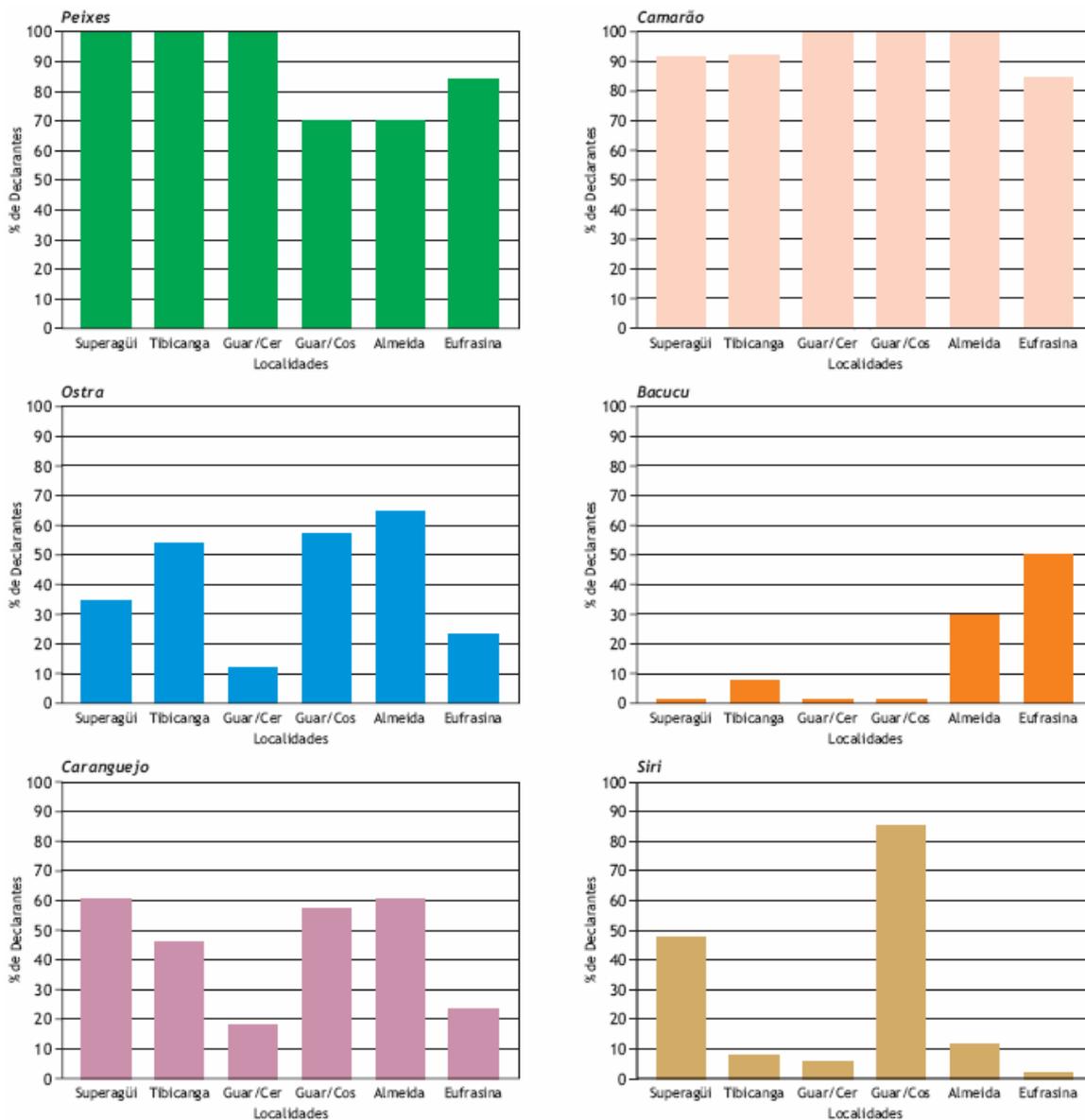
Segundo o SEAB/DERAL, a produtividade média da banana foi de 8 toneladas por ha, sendo a produtividade média do estado do Paraná, da ordem de 14,5 toneladas por ha. Além de estar abaixo da média do estado, vale destacar que a produtividade estimada pelo mesmo órgão para o município é de aproximadamente 30 toneladas por ha. A cultura da mandioca também segue o mesmo ritmo, a produtividade média é de 11,5 toneladas por ha, frente a uma média estadual de 20,5 toneladas por ha, e um potencial no município de aproximadamente 40 toneladas por ha.

De forma geral, podemos afirmar com relação à agropecuária de Guaraqueçaba que esta ocupa uma área pouco significativa; perceber-se uma redução nos espaços econômicos; não possui uma aptidão / potencial agrícola definido; a produção pecuária é de caráter extensivo; o principal produto gerador de renda é a banana, o que demonstra a incapacidade de promover o desenvolvimento da região por meio da agricultura; ausência de programas de incentivo aos produtores rurais.

Com relação à atividade pesqueira percebe-se um esgotamento dos recursos, principalmente dos peixes e camarão, principais produtos. Esta situação leva a um

agravamento do quadro sócio-econômico das comunidades pesqueiras tradicionais, destacando-se que grande parte da população municipal tem na pesca sua principal fonte de renda e alimentação. A prática da pesca no litoral é essencialmente artesanal e de subsistência, com forte presença de intermediários na comercialização dos produtos.

Um levantamento realizado pelo IPARDES em 2001 nas comunidades de Eufrasina, Almeida, Guaraqueçaba, Tibicanga e Superagüi, apresentado nos gráficos a seguir, distribui a produção da pesca por estas comunidades apontando o predomínio do peixe e do camarão.



Fonte: IPARDES 2001 – Zoneamento da APA de Guaraqueçaba.

3.2.4 TURISMO

O Litoral paranaense possui características específicas: paisagem, meios de acesso, tipo de ocupação, fauna e flora, além do próprio potencial turístico que se apresenta de maneira diferenciada entre os municípios. Segundo a Paraná Turismo (2005), o Litoral do estado do Paraná recebeu no ano de 2004 1.566.228 turistas, com resultado estimado para 2005 da ordem de 1.643.892.

As atividades de turismo⁴ também devem ser estimuladas no intuito da geração de emprego e renda. Dentro deste contexto, utilizando-se dos dados da RAIS e do MTE, levantou-se o número de empregos formais gerados nas atividades de turismo para o município.

A Tabela 17 apresenta o registro de duas atividades vinculadas ao setor turístico no município, alojamento e alimentação (hotéis, pousadas e restaurantes) e transporte terrestre, somando o total de quatro empresas e dez empregos formais.

Essa inexpressiva quantidade de empresas e empregos no setor turístico reflete tanto o baixo fluxo de turistas para o município, como a falta de políticas para sua atração. Em 2004, o município recebeu aproximadamente 3,0% do fluxo de turistas do Litoral paranaense, somando 47.000 visitantes.

TABELA 18 - Estabelecimentos e Empregos na Atividade Turística em Guaraqueçaba - 2004

Atividades Turísticas	Empresa	Emprego
Alojamento e Alimentação	3	7
Transporte Terrestre	1	3
Total	4	10

Fonte: MTE (RAIS) - Elaboração: Metápolis/Vertrag

Os dados da Tabela 18 apresentam os resultados das pesquisas efetuadas pela Paraná Turismo nos anos de 2001, 2002 e 2004. Os dados para o ano de 2004 demonstram que a maioria dos turistas tem procedência de Curitiba (56,0%), seguido de outros municípios do estado do Paraná (25,3%).

TABELA 19 - Perfil do Turista que Visita o Município de Guaraqueçaba - 2001/2002/2004

Variáveis		Anos		
		2001	2002	2004
Procedência	Curitiba	52,7	60,7	56,0
	RMC	6,3	3,6	1,1
	Outros/Paraná	17,1	7,1	25,3
	Outros Estados	22,5	28,6	16,5
	Exterior	1,5	-	1,1
Sexo	Masculino	62,8	60,7	52,7
	Feminino	37,2	39,3	47,3
Permanência Média (dias)		4,3	5,8	5,3
Idade Média (anos)		31,6	33,7	33,9
Renda Média (US\$)		686,60	899,80	392,90
Gasto Médio per capita Dia (US\$)		23,70	17,40	15,10
Meio de Transporte (%)	Automóvel	9,3	3,6	8,8
	Ônibus	36,4	46,4	52,7
Meio de Hospedagem (%)	Hotel	46,8	50	48,4
	Casa/Apto Aluguel	5,6	3,8	3,3
	Casa Própria	11,9	3,8	2,2
	Casa Parentes/Amigos	19	19,2	31,9
	Outro	16,7	23,2	14,2
Frequência da Visita (%)	Primeira Vez	27,1	-	37,4
	Mais Vezes	72,9	-	62,6

⁴ Segundo a EMBRATUR, as atividades diretamente relacionadas com o turismo são: Alojamento e Alimentação; Transporte Terrestre; Transporte Aéreo; Agências de Viagem; Aluguel de Veículos; Atividades Recreativas.

Variáveis (continuação)		Anos		
		2001	2002	2004
Modo de Viajar (%)	Só	20,9	21,4	26,4
	Em Grupo	34,1	39,3	39,6
	Com Família	45	39,3	34,1
Avaliação do Conceito de Qualidade	Artesanato	-	57,2	37,0
	Comércio Urbano	41,8	26,3	47,7
	Comércio na Rodovia	-	50,0	18,0
	Entretenimento	-	20,0	52,5
	Informação Turística	42,7	25,0	48,7
	Infra-estrutura de Acesso	-	22,7	32,1
	Limpeza Pública	35,6	32,0	45,0
	Restaurantes	67,7	65,2	69,0
	Saneamento Básico	-	17,4	46,0
	Segurança Pública	64,8	58,3	73,3
	Serviço de Hospedagem	80,7	9,1	67,8
	Serviço de Saúde	22,1	33,3	42,6
	Serviço Telefônico	57,8	58,3	53,9
	Sinalização Turística	20,5	9,1	21,7
	Transporte Coletivo	-	50,0	21,7

Fonte: Paraná Turismo – 2001, 2002, 2004. Elaboração: Metápolis/Vertrag

A maioria dos turistas tem como meio de hospedagem os hotéis (48,8%), viajam em grupo (39,6%), já visitou mais de uma vez o município (62,6%), efetuando um gasto médio de US\$ 15,10 por dia.

A pesquisa da Paraná Turismo também abrange alguns quesitos de qualidade referente à oferta turística. Há algumas inconsistências no conteúdo da pesquisa, o que pode ser explicado pela alteração de fluxo ano para ano.

Os quesitos de qualidade demonstram que o acesso ao município, envolvendo infraestrutura, a sinalização turística e comércio na rodovia, receberam baixa avaliação dos visitantes, 32,1%, 21,7% e 18,0% respectivamente.

No que diz respeito ao artesanato local, a satisfação também é baixa, reduzindo de 57,2% de satisfação em 2002 para 37,0% em 2004. Esta situação, pode ser reflexo de um produto artesanal de baixa qualidade exigindo uma intervenção no sentido de melhorar o design e aumentar o interesse por parte dos turistas, explicado pela ausência de uma “identidade” local dos produtos, o que poderia ser melhorado através da implementação de políticas voltadas para essa atividade.

A maioria dos turistas já visitou o município anteriormente. Em 2004 o percentual foi de 62,6%, somando aproximadamente 30.000 visitantes do total de 47.000. Em termos absolutos o número de novos visitantes é baixo, o que também demonstra a ausência de políticas de atração. Entretanto, é importante destacar que um dos principais problemas para que a atração de novos turistas ocorra é a dificuldade de acesso ao município.

Potencial Turístico

O município de Guaraqueçaba foi o primeiro a ser colonizado pelos portugueses em todo território paranaense, em meados do ano de 1.545, apresentando obras arquitetônicas do século XIX com as características do estilo colonial.

Também vale destacar a Igreja do Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões construída em 1.839, considerada como a primeira construção de Guaraqueçaba. O Casario Colonial, com exemplares arquitetônicos do século XIX, pode ser observado pelas ruas da cidade, destacando-se o sobrado que abriga a sede da Estação Ecológica administrada pelo IBAMA. O Mirante da Serra Negra com 127 degraus e aproximadamente 30 metros de altura, que permite a visualização da paisagem da Baía de Guaraqueçaba e de todo o seu entorno. A passarela Ponta do Morretes que beira a baía e é local para banho e pesca, e diversas ilhas que fazem parte do Município, entre elas as Das Peças, Rasa, Das Laranjeiras, do Rebelo e Povoca.

Um importante atrativo turístico é o Parque Nacional do Superagüi criado em 1.989, com área de 33.998 ha, abrange quase a toda a Ilha do Superagüi, a Ilha das Peças, incluindo parte do continente denominado Vale do Rio dos Patos, e as ilhas do Pinheiro e Pinheirinho. Constitui uma área de extrema importância para sustentação da fauna marinha, possuindo restingas, manguezais, grandes áreas de praias desertas, além de diversas trilhas ecológicas, abrigando, ainda, espécies ameaçadas de extinção como o mico-leão-da-cara-preta e o papagaio-de-cara-roxa ou chauá. A avifauna é muito rica com espécies de biguá, fragata, garça-branca-grande, tiê-sangue, tucano, sabiá, entre outras espécies marinhas. A vegetação da ilha apresenta inúmeras espécies como os ipês, jacarandás, figueiras, caxetas, orquídeas, guanandis, guapés, palmeiras e jerivá.

Outro atrativo é a Reserva Natural Salto Morato, que pertence a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. A reserva possui infra-estrutura para receber visitantes e é caracterizada por uma floresta rica em biodiversidade.

Na Tabela 20 destacam-se dados sobre a oferta turística do município no ano de 2005: dois hotéis e 13 pousando, sendo a maior parte destes estabelecimentos não cadastrados no Ministério do Turismo. Há também dois campings e um posto de atendimento ao turista na Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, além de uma agência bancária e um hospital.

TABELA 20 - Oferta Turística em Guaraqueçaba - 2005

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
Hotel	2
Pousada	13
Camping	2
Restaurante	5
Banco	1
Serviço Turístico	1
Serviço de Saúde	1

Fonte: Prefeitura Municipal - Elaboração: Metápolis/Vertrag

Por mais incipiente que o turismo se apresente para o município, é importante apontar o grande potencial que este setor representa para Guaraqueçaba: ecoturismo, o turismo de aventura, turismo de pesca esportiva, e principalmente o de transformá-lo em receptor do turismo internacional.

Faz-se necessário, entretanto, a elaboração de um planejamento que aponte de forma clara as potencialidades existentes no município para as categorias de turismo acima citadas, e estabeleça os circuitos e as áreas que serão contempladas.

Vale destacar a vocação natural que município apresenta como uma vantagem comparativa e como uma vantagem competitiva, ou seja, as áreas de preservação ambiental podem gerar renda para o município a partir do turismo científico voltado para a pesquisa. A exploração sustentável de essências vegetais da Mata Atlântica pode dar origem a um laboratório de pesquisa científica vinculado à Universidade Federal do Paraná, a Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, bem como a parcerias entre IES, empresas e o governo municipal, estadual e federal.

3.3 SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA

A partir da perspectiva do processo histórico de desenvolvimento regional, pode-se compreender o desenvolvimento e a inserção de determinados municípios e regiões em uma dinâmica de produção nacional e internacional.

Torna-se importante destacar que tal desenvolvimento e inserção ocorrem não necessariamente a partir do setor produtivo, ou seja, da industrialização em escala, mas também através de atividades terciárias, particularmente a partir da quarta fase de desenvolvimento regional, onde o “terciário superior” passa a determinar um novo ritmo e, conseqüentemente um novo padrão de desenvolvimento econômico.

Em âmbito nacional, muitas regiões brasileiras se engajaram em algum momento no processo histórico de desenvolvimento regional. Dentro deste contexto, utilizou-se de uma matriz teórica que caracteriza o desenvolvimento da economia brasileira em quatro fases: o Isolamento Relativo ou Arquipélagos Regionais, a Articulação Comercial, a Articulação Produtiva e o Desenvolvimento Regional Difuso (Guimarães Neto, 1997).

A economia paranaense, durante as duas primeiras fases do desenvolvimento regional, praticamente não apresentou mudanças significativas. Por um lado, observava-se uma economia voltada para o mercado interno, praticamente de subsistência, e por outro, a formação de um arquipélago regional baseado na exportação do mate.

A terceira fase, a Articulação Produtiva, ocorreu entre os anos de 1970 e 1980, a qual deu início ao processo de desconcentração espacial das atividades econômicas em relação a São Paulo, incentivada pela atuação do Governo Federal através do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento). A desconcentração espacial teve seu ponto culminante em 1985. Foi a partir da fase de articulação produtiva que o Paraná passou a se inserir na matriz produtiva nacional, porém, de forma complementar, na produção de bens de capital.

A quarta fase, a fase do Desenvolvimento Regional Difuso, caracterizada por “nem concentração, nem desconcentração”, começou a apresentar delineamentos mais claros a partir do final dos anos 1980, mas, principalmente, início dos anos de 1990. No âmbito

estadual, os anos de 1990 marcam uma nova fase de desenvolvimento industrial, iniciada na década de 1970 com a indústria automobilística calcada em veículos pesados. A década de 1990 acentuou a divisão do estado em uma área de intensa transformação e renovação do parque industrial, principalmente na segunda metade da década com a instalação de indústrias automobilísticas calcadas em veículos leves, e de outro uma área voltada aos gêneros das indústrias tradicionais no Paraná, o agronegócio. As transformações na base produtiva estadual intensificaram a “redivisão” do estado nestas duas áreas, como destaca Rolim (1994), ao caracterizar esta divisão em Paraná Urbano e Paraná Agrobusiness.

Dentro deste contexto, o Paraná Urbano assume uma dinâmica industrial engajada na matriz produtiva nacional e internacional, observado a partir da perspectiva teórica da “aglomeração poligonal” traçada por Diniz (1993), onde o estado que apresentou melhor desempenho quanto ao crescimento no emprego industrial foi o Paraná. Estes fenômenos espaciais intensificaram o isolamento de determinados municípios do estado na dinâmica econômica nacional/regional, caso de Guaraqueçaba.

Guaraqueçaba apresentou em 2003 um Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de R\$ 29 milhões 144 mil (R\$ 29.144,825), gerando um PIB per capita de R\$ 3.448,00, para uma população de 8.452 habitantes. No período de 1999 a 2003 o PIB cresceu a uma média anual de 5,9% frente a uma taxa de 12,8% do PIB do Litoral. Vale destacar que dos sete municípios que compõem a região do Litoral, o PIB de Guaraqueçaba em termos de crescimento econômico fica a frente apenas do PIB de Morretes, mas em último em valores absolutos. Além de apresentar o menor PIB em valores absolutos em relação ao Litoral, Guaraqueçaba vem perdendo participação relativa na economia paranaense, sendo que em 1999 sua participação foi de 0,038%, passando a ser em 2003 de 0,029%. Em relação à participação sobre o Litoral, a participação permaneceu relativamente estável, reduzindo de 1,0% para 0,8%, para os mesmos anos. As atividades que se destacam além da agricultura familiar são processamento, preservação e produção de conservas de legumes e outros vegetais; hipermercados; comércio de produtos alimentares; comércio de vestuário; material de construção; restaurantes, lanchonetes e atividades associativas.

Estas atividades são de baixa capacidade na geração do valor adicionado por suas características, ou seja, são atividades secundárias e terciárias típicas de uma economia com baixíssimo grau de dinamismo; logo, sem capacidade para geração de emprego e renda sustentados. O setor primário apresentou declínio muito expressivo reduzindo sua participação de 18,7% em 1999 para 9,6% em 2003. Isso demonstra que nenhum dos três setores se configura a princípio como atividades geradoras de emprego e renda, e em condições de inserir o município em uma dinâmica de mercado mais expressiva.

Os dados da RAIS, para mercado de trabalho formal, demonstram que tanto em número de estabelecimentos formais como em emprego formal o resultado é de baixíssima expressão, tornando-se difícil efetuar uma análise comparativa do mercado de trabalho do município com o

estado do Paraná e até mesmo em relação ao Litoral. Em 2004 por exemplo, a participação do emprego do município em relação ao Litoral foi de 1,3%, sendo que a maior parte do emprego formal (aproximadamente 80,0%) encontrava-se alocado na Administração Pública.

A População Economicamente Ativa (PEA) em 2000 foi de 3.068 pessoas, e a População Ocupada - neste caso em emprego formal e informal - foi de 2.831, apresentando uma taxa de desemprego de 7,72%. Grosso modo, ao cruzar os dados do Censo com a RAIS, pode-se afirmar que aproximadamente 85,0% dos ocupados são informais. Conseqüentemente, o mercado de trabalho tende a acentuar a informalidade e a ofertar empregos sem exigência de qualificação e com baixa remuneração, precarizando assim o mercado de trabalho local.

Em relação ao setor primário, entre os anos de 1970 a 1995 ocorreu uma queda de 33,3% no número de estabelecimentos rurais em todo o estado do Paraná. No município de Guaraqueçaba a tendência parecia ser de um aumento contínuo no número de estabelecimentos, conforme se observa entre os anos de 1980 e 1985. Essa tendência está relacionada com a abertura da PR 405 (Antonina-Guaraqueçaba), aos incentivos fiscais (para grandes propriedades) e às vantagens econômicas da cultura de banana, mandioca e do palmito.

Entretanto, os dados do ano de 1995 demonstram uma expressiva queda no número de estabelecimentos rurais, bem como na área ocupada. Deve-se levar em consideração uma imprecisão nos dados da série, pois a evolução da área entre 1970 e 1975, por exemplo, é difícil de explicar. Contudo, os dados mais recentes (década de 1990), são de certa forma fidedignos, não havendo outra fonte de informação oficial para a atividade, levando a concluir a existência de uma crise na agricultura do município nos anos de 1990.

Em síntese, os dados demonstram uma indefinição do setor agrícola no município nas últimas décadas. Além desta indefinição na agricultura, também se percebe uma redução nos espaços econômicos.

Com relação ao potencial turístico, o Litoral paranaense possui características específicas como paisagem, meios de acesso, tipo de ocupação, fauna e flora, além do próprio potencial turístico que se apresenta de maneira diferenciada entre os municípios. Também se destaca uma infra-estrutura significativa, com hotéis, restaurantes, camping, colônias de férias, imóveis para aluguel, comércio, atividades de lazer e recreação, bem como a presença de uma belíssima paisagem natural. Segundo a Paraná Turismo (2005), o litoral do estado recebeu no ano de 2004 1.566.228 turistas. Essa demanda aumentou para 1.643.892 no ano de 2005 (resultado estimado).

Entretanto, não se observou a propagação de empreendimentos e empregos turísticos em Guaraqueçaba, o que se reflete no baixo fluxo de turistas para o município. Em 2004, por exemplo, o município recebeu aproximadamente 3,0% do fluxo de turistas do Litoral paranaense, somando um total de 47.000 visitantes.

Os dados da Paraná Turismo para o ano de 2004 demonstram que a maioria dos turistas que vem para Guaraqueçaba tem procedência de Curitiba (56,0%), seguido de outros municípios do Paraná (25,3%). A maioria dos turistas tem como meio de hospedagem os hotéis (48,8%), viajam em grupo (39,6%), e já visitou mais de uma vez o município (62,6%), efetuando um gasto médio de US\$ 15,10 por dia. Os quesitos de qualidade demonstram que o acesso ao município, compreendendo infra-estrutura viária, sinalização turística e comércio na rodovia, receberam baixa avaliação dos visitantes, 32,1%, 21,7% e 18,0% respectivamente.

A maioria dos turistas já visitou o município anteriormente. Em 2004 o percentual foi de 62,6%, somando aproximadamente 30.000 visitantes do total de 47.000. Em termos absolutos o número de novos visitantes é baixo, o que também demonstra a ausência de políticas de atração.

No que diz respeito ao artesanato local, a satisfação também é baixa, reduzindo de 57,2% em 2002 para 37,0% em 2004. Isso pode ser reflexo de um produto artesanal de baixa qualidade, exigindo uma intervenção no sentido de qualificar o design, e aumentar interesse dos turistas pelo produto. Uma explicação possível pela falta de interesse dos turistas no artesanato local, pode ser encontrada na ausência da “identidade” local dos produtos, que também pode ser melhorado com políticas adequadas para essa atividade.

Guaraqueçaba apresenta potencialidades para o desenvolvimento de atividades turísticas, como o turismo cultural e o ecoturismo. Foi o primeiro município a ser colonizado pelos portugueses em território paranaense, datando do ano de 1.545, além disso, apresenta obras arquitetônicas do século XIX com características coloniais, e uma exuberante paisagem da Mata Atlântica e de praias e ilhas.

Entretanto, é importante destacar que um dos principais problemas para que a atração de novos turistas ocorra é a dificuldade de acesso ao município.

No que diz respeito às finanças públicas municipais, os dados dos Balanços Patrimoniais e dos Balanços Orçamentários dos anos de 2002 e 2003, revelaram uma relativa “saúde” financeira nas contas públicas do município.

A partir do cálculo dos indicadores baseados em Serra (1994), na Portaria nº. 78/1998 do Senado Federal, na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e nas Portarias nº. 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal, observou-se a grande dependência de Guaraqueçaba em relação às transferências para o município. O grau de dependência de transferências para o ano de 2002 é de 91,4% em relação à receita corrente. Para o ano de 2003 o grau de dependência é de 91,0%. Segundo a Lei 030/05 (LDO) para o ano de 2006, não se observa mudança na composição da receita do município, ao contrário, a dependência de transferências permanece elevada, chegando, segundo estimativas da Prefeitura para o ano de 2006, a 95,7%.

Os dados levantados indicam que a capacidade de geração de receita própria é insignificante no total da receita do município, demonstrando uma incapacidade endógena de

gerar receita corrente para o município. Esta baixa capacidade de gerar receita corrente própria está associada a baixa capacidade de gerar carga tributária oriunda da atividade econômica local. Grande parcela do setor primário do município, ou seja, atividades agrícolas e pecuárias, são informais; as atividades secundárias, relacionadas ao setor industrial, são inexistentes; e as atividades do setor terciário, comércio e serviços, são incipientes e também em grande parte informais. Por outro lado, os dados levantados apontaram que no setor primário mas principalmente no terciário, há um grande potencial econômico a ser explorado. No que diz respeito ao terciário ressalta-se ainda o seu potencial de geração de receita própria, através da cobrança do ISS.

Apresenta-se a seguir a matriz síntese de análise temática dos aspectos econômicos de Guaraqueçaba em âmbito regional e municipal (continental, insular e urbano).

MATRIZ 2 Análise - Econômico

4 ASPECTOS AMBIENTAIS

4.1 ESCALA REGIONAL

Do ponto de vista regional, dentre os aspectos ambientais destacam-se duas sub-regiões naturais com características geomorfológicas, florísticas e faunísticas particulares: a serras e a Planície Litorânea.

4.1.1 TEMPERATURA E PRECIPITAÇÃO

Na sub-região da Planície Litorânea o clima predominante é o Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa), descrito como clima sub-tropical úmido, mesotérmico. A temperatura média do mês mais quente é acima de 22°C, enquanto a temperatura do mês mais frio está entre 3°C e 18°C. O clima é sempre úmido, com chuvas bem distribuídas durante todo o ano. As geadas são pouco freqüentes.

A precipitação média registrada em Antonina 2517,6 mm e em Guaraqueçaba é de 2364,8 mm. As maiores precipitações ocorrem de abril a agosto e as menores de dezembro a março. A umidade relativa do ar é de 85%, com pouca variação durante os meses do ano. (IPARDES, 2001).

4.1.2 SOLO E RELEVO

A sub-região das serras possui grandes desníveis, altitudes que podem alcançar mais de 1.800 m, com predomínio de declividades acima de 45%, caracterizando-se como sub-região inapta ao uso agrícola, sendo apta apenas ao manejo florestal. (IPARDES, 2004).

A Planície Litorânea possui um relevo plano e suavemente ondulado, com altitude geralmente inferior a 20 metros e declividades de 0 a 10% (até 6 graus de inclinação do terreno), com ocorrências isoladas de morros e colinas de pequena expressão. Nesta região encontram-se as baías de Paranaguá, Antonina, Laranjeiras e Pinheiros, os manguezais e as praias arenosas de mar aberto. Os solos dessa região são de baixa fertilidade e não mecanizáveis para aproveitamento agrícola, inviabilizando culturas cíclicas e/ou intensivas, restringindo o uso para produção de culturas já tradicionais da região (principalmente banana, mandioca e cana-de-açúcar). (IPARDES, 2004).

4.1.3 COMPOSIÇÃO FLORÍSTICA

A composição florística da região está diretamente relacionada à diversidade de ambientes criados por relevos e climas que variam do nível do mar a altas serras. A Serra do Mar é uma barreira geográfica natural caracterizada pela presença da Floresta Atlântica, influenciada diretamente pelas massas de ar quente e úmidas do Oceano Atlântico, com chuvas bem distribuídas ao longo do ano. Encontram-se nesta região as formações florestais de Planície Litorânea (Floresta Atlântica de terras baixas, mangues e restingas) e as florestas das encostas da Serra do Mar, incluindo parte do Vale do Ribeira.

Em termos de presença de cobertura florestal no Litoral destacam-se os municípios de Guaraqueçaba e Guaratuba, com 162.326,7 e 106.962,7 hectares de florestas respectivamente (IPARDES, 2004). O mapa 02 apresenta a formação vegetal de Guaraqueçaba e entorno.

MAPA 2 Regional - Vegetação

4.1.4 FAUNA

Com relação à fauna, as sub-regiões da Planície Litorânea e das Serras, abriga inúmeras espécies que são características e endêmicas da Mata Atlântica. O complexo serra-litoral é importante também pela extensão e continuidade espacial, possibilita a manutenção de populações de diversas espécies, formando um banco genético que garante a sobrevivência destas (IPARDES, 2004).

Considerando Litoral e Região Metropolitana de Curitiba, foram registradas 95 espécies de mamíferos na região, indicando que, do total da biodiversidade de mamíferos do Paraná (cerca de 140 espécies), 68% tem seu hábitat na área desta mesorregião. Entre elas, ocorrem 16 espécies de mamíferos com status críticos ou importantes para a preservação da fauna paranaense, das quais 12 são considerados ameaçados de extinção, sendo 10 de maior porte e com baixo potencial reprodutivo. Registrou-se, ainda, a ocorrência de 3 espécies raras de mamíferos e 1 na categoria vulnerável. Vale lembrar que a maioria das espécies citadas apresenta ampla distribuição e baixa taxa de endemismo (IPARDES, 2004).

Quanto à biodiversidade das aves, do total de cerca das 700 espécies que ocorrem no Paraná, 341 foram registradas nesta região, o que representando aproximadamente 48% da avifauna do Estado. (IPARDES, 2004).

4.1.5 POTENCIAL HÍDRICO

O potencial hídrico da região caracteriza-se pela bacia do Atlântico, composta pelas sub-bacias do rio Ribeira e as bacias das baías de Antonina, Laranjeiras, Paranaguá e Guaratuba. Formada por rios que drenam a vertente leste da serra do mar e por aqueles que convergem para o Vale do Ribeira.

Os rios que deságuam no Litoral do Paraná correm por terrenos montanhosos da Serra do Mar e da Planície Litorânea, conformando um sistema hidrográfico composto por pequenas bacias, limitado a montante pelas montanhas e a jusante pelas baías. Na bacia da baía de Guaratuba estão localizadas duas usinas hidrelétricas: a de Guaricana e a de Chaminé. Com relação à qualidade das águas superficiais na bacia do Atlântico, os rios Cachoeira e Cacatu, localizados no município de Antonina, e os rios Guaraqueçaba e Taguaçaba, em Guaraqueçaba, apresentaram águas pouco comprometidas, enquadradas na categoria de ótima qualidade (IQA = 80-100). Os rios Nhundiaquara e Marumbi, localizados no município de Morretes, e o rio Guaraguaçu, no município de Pontal do Paraná, apresentaram índice moderadamente comprometido, enquadrando-se na categoria de boa qualidade (IQA = 52-79). (IPARDES, 2004).

A qualidade da água das praias do Litoral é regularmente monitoradas pelo IAP, e apresentaram índices de contaminação em vários pontos durante o verão 2006. Esse fato é decorrente da alta concentração populacional durante a temporada de verão, onde se observa o aumento do volume de esgoto doméstico que é lançado diretamente no mar.

4.1.6 BAIAS

A orla costeira do Litoral paranaense, com cerca de 6.600 km², estende-se desde a Barra de Ararapira, ao norte (limite com o Estado de São Paulo) até a Barra do rio Saí-Guaçu, ao sul, na divisa com o Estado de Santa Catarina. A orla de praias arenosas é recortada por um sistema estuarino, formado por dois grandes corpos d'água, as baías de Paranaguá e de Antonina (260 km) e as baías de Laranjeiras e Guaraqueçaba (200 km), que compõem um dos mais importantes estuários da costa brasileira.

O mangue, presente nestas baías, atua como fixador dos sedimentos costeiros e na manutenção das formas de vida estuarina e marítima. A foz dos rios corresponde a zonas de transição entre os habitats de a água doce e marinhos. Juntos, mangue e estuários, atuam como verdadeiros berçários para diversas espécies marinhas, que se reproduzem, desovam e completam parte de seu crescimento devido à abundância de alimento e maior proteção contra predadores. Nas baías se desenvolvem atividades pesqueiras, cujos recursos de maior exploração são os peixes, crustáceos e os moluscos.

Dentre as 200 espécies de peixes que ocorrem na faixa litorânea do Paraná, 66 são de importância comercial, destacando-se: tainhas, pescadas, corvinas e canguás, linguados, bagres, manjubas, sardinhas, salteiras, cavala, galos, espadas, robalos, cações e pacu. Vale lembrar que a pesca do camarão é uma das atividades pesqueiras mais importantes, que junto com caranguejos e moluscos, representam uma parcela significativa nos recursos pesqueiros de importância comercial e de subsistência para as populações ribeirinhas da mesorregião. Dos moluscos, várias espécies são exploradas artesanalmente, como ostras, bacucu e mexilhão. Dentre os crustáceos, o caranguejo-uçá de manguezal e os siris representam um recurso considerável na região (IPARDES, 2004).

4.1.7 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Em virtude das características ambientais do Litoral paranaense, esta região encontra-se protegida por um conjunto de leis federal, estadual e municipal que estabelecem diretrizes para a ocupação do território e delimitam áreas específicas de proteção ambiental.

O município de Guaraqueçaba está num dos espaços mais bem conservados do bioma de Mata Atlântica no Brasil, mas também se encontra numa região que sofre forte pressão da ocupação e exploração antrópica⁵. Em função disso, especialmente a partir da década de 1980, os órgãos de governo nos níveis federal e estadual voltaram as suas atenções para o Litoral paranaense, em particular para a região de Guaraqueçaba, criando um conjunto de leis com o objetivo de regulamentar o uso do solo e conservar e/ou preservar áreas de interesse ambiental. O principal mecanismo desse controle apresentou-se sob a forma das Unidades de Conservação.

⁵ Nas décadas de 1960 a 1980, esta região quando foi tida pelos madeireiros como uma das novas fronteiras para obtenção de matéria prima, e pelas indústrias de palmito como alternativa após o esgotamento das florestas no norte do Estado do Paraná.

Dentro deste arcabouço legal destacam-se a existência de 22 Unidades de Conservação⁶ em todo o Litoral, sendo destas sete presentes no município de Guaraqueçaba: Estação Ecológica de Guaraqueçaba, Parque Nacional do Superagüi, Área de Proteção Ambiental Estadual e Federal de Guaraqueçaba, Área de Relevante Interesse Ecológico as Ilhas de Pinheiro e Pinheirinho, Reserva Particular do Patrimônio Natural Figueira (Reserva Natural Salto Morato) e Reserva Particular do Patrimônio Natural Federal do Sebuí (Reserva Ecológica Sebuí).

Destacam-se as Áreas de Proteção Ambiental: APA de Guaraqueçaba, APA Estadual de Guaraqueçaba e APA Estadual de Guaratuba. Estas áreas correspondem a maior concentração da cobertura florestal das sub-regiões da Planície Litorânea e Serras. Ainda, as APAs de Guaraqueçaba e Guaratuba são as Unidades de Conservação de Uso Sustentável mais extensas e representativas do Litoral do Paraná, abrangendo uma área de aproximadamente 491.096,5 hectares, que representam 69,7% do território da Planície Litorânea e Serras. Essa condição garante a arrecadação do ICMS Ecológico (Lei Complementar n.º 59/91).

As tabelas 21, 22 e 23 apresentam a relação destas áreas segundo suas categorias, fornecendo ano de criação, área e municípios abrangidos.

TABELA 21 – Unidades de Conservação Estaduais do Litoral do Paraná

U. C.	ATO DE CRIAÇÃO	ÁREA (ha)	MUNICÍPIO
AIET do Marumbi	Lei 7919 de 22/10/1984	66.732,99	Antonina, Morretes, S. J. dos Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Campina Grande do Sul
APA Estadual de Guaraqueçaba	Dec. 1228 de 27/03/1992	191.595,50	Guaraqueçaba
APA Estadual de Guaratuba	Dec. 1234 de 27/03/1992	199.596,51	Guaratuba, S. J. dos Pinhais, Tijucas do Sul, Paranaguá, Matinhos
Estação Ecológica Guaraguaçu	Dec. 1230 de 27/03/1992	1.150,00	Paranaguá
Estação Ecológica Ilha Do Mel	Dec. 5454 de 21/09/1982	2.240,69	Paranaguá
Floresta Estadual do Palmito	Dec. 4493 de 17/08/1998	530,00	Paranaguá
Parque Estadual Da Graciosa	Dec. 7302 de 24/10/1990	1.189,58	Morretes
Parque Estadual Da Ilha Do Mel	Dec. 5506 de 21/03/2002	337,84	Paranaguá
Parque Estadual Do Bogaçu	Dec. 4056 de 26/02/1998 alterado pela Lei 13972 de 26/12/2002	6.660,64	Guaratuba
Parque Estadual Do Pau Oco	Dec. 4266 de 21/11/1994	905,58	Morretes
Parque Estadual Pico Do Marumbi	Dec. 7300 de 24/09/1990	2.342,41	Morretes
Parque Estadual Pico Paraná	Dec. 5769 - 05/06/2002	4.333,83	Campina Grande do Sul e Antonina
Parque Estadual Roberto Ribas Lange	Dec. 4267 de 21/11/1994	2.698,69	Antonina e Morretes
Parque Florestal Do Rio Da Onça	Dec. 3825 de 05/06/19981	118,51	Matinhos

Fonte: IAP, 2005.

⁶ A Unidade de Conservação, segundo o Art. 2º da Resolução nº 11 de 3/12/87 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), é o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

TABELA 22 – Unidades de Conservação Federais do Litoral do Paraná

U. C.	ATO DE CRIAÇÃO	ÁREA (ha)	MUNICÍPIO
Parque Nacional de Superagüi	Dec. 97688 de 1989 - Lei 9513 de 1997	34.254,00	Guaraqueçaba
Estação Ecológica de Guaraqueçaba	Dec. 87222 de 1982	13.638,00	Guaraqueçaba
APA de Guaraqueçaba	Dec. 90883 de 1995	291.498,00	Guaraqueçaba
ARIE de Pinheiro e Pinheirinho	Dec. 91888 de 1985	109,00	Guaraqueçaba
Parque Nacional Saint Hilaire-Lange	Lei nº 10.227/2001		

Fonte: IAP, 2005.

TABELA 23 – Reservas Particulares do Patrimônio Natural na Área Litorânea do Paraná

U. C.	ANO DE CRIAÇÃO	ÁREA (ha)	MUNICÍPIO
RPPN Fazenda Figueira	1994	819,18	Guaraqueçaba
RPPN Federal Reserva Ecológica Sebuí	2000	400,78	Guaraqueçaba
RPPN Sítio do Bananal	2002	28,84	Morretes

Fonte: IAP, 2005.

Parque Nacional do Superagüi

O Parque Nacional do Superagüi foi implantado com a finalidade de proteger e preservar amostras dos ecossistemas existentes, assegurando a preservação de seus recursos naturais, proporcionando oportunidade controlada para uso pelo público, educação e pesquisa científica. Constitui uma área interessante do ponto de vista ecológico, pois estabelece conexão de ambientes protegidos entre a Ilha do Superagüi e o continente.

Em 1985, após disputas de interesse agropecuário, a ilha do Superagüi foi tombada, impondo-se uma série de proibições em relação às atividades potencialmente danosas ao meio ambiente. Com isso, empresas como a Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná que almejava a tomar posse das ilhas das Peças e do Superagüi para a criação de búfalos e de um pólo turístico foram contidas. A Unidade de Conservação seria implantada em 1989, formada pelas ilhas do Superagüi e das Peças. Em 1997 o Parque do Superagüi foi ampliado, abrangendo o Vale do Rio dos Patos, e as ilhas do Pinheiro e Pinheirinho. Em 1991 a região foi abrangida pela Reserva da Biosfera Vale do Ribeira-Serra da Graciosa, e em 1998 foi intitulada pela UNESCO como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade.

Os conflitos existentes entre os objetivos da unidade e os usos do solo, são decorrentes da retirada de madeira, da caça, dos conflitos entre pescadores e índios, da construção de casas de turistas, do corte clandestino de palmito, dos desmatamentos e da caça de animais silvestres feitos pelos índios que exploram a área do Parque.

O Plano de Manejo está sendo desenvolvido pelo Conselho do Parque, um dos mais atuantes na região, que também desenvolve projetos e ações junto à população e à administração pública municipal.

Estação Ecológica

A Estação Ecológica de Guaraqueçaba foi implantada pelo Decreto nº 87222 de 1982 com o objetivo de preservar ecossistemas de manguezais e ilhas; proteger espécies em vias de extinção; manter bancos genéticos e proporcionar o desenvolvimento de pesquisas científicas.

Localizada em uma região litorânea de clima tropical úmido, com temperaturas médias de 28°C e pluviosidade elevada, apresenta cobertura florestal típica de mata pluvial atlântica, áreas continentais de mangue e matas de transição. Estes ecossistemas abrigam espécies de peixes e aves, um grande número de espécies de crustáceos, moluscos e outros invertebrados que encontram nos manguezais alimento e refúgio contra predadores. Destaca-se que este ecossistema abriga espécies endêmicas e ameaçadas de extinção como o papagaio-da-cara-roxa (IBAMA).

APA Federal de Guaraqueçaba

A APA de Guaraqueçaba foi criada pelo Decreto Federal nº 90883 de 1995, com o objetivo de proteger áreas representativas de Mata Atlântica, o complexo estuarino da Baía de Paranaguá, os sítios arqueológicos (sambaquis) e as comunidades caiçaras integradas no ecossistema regional. Esta unidade de conservação, aliada a APA Estadual de Guaraqueçaba possui uma área de 242.090,80 ha, abrangendo todo o território do município. O Conselho da APA foi criado pela Portaria nº 65/02, de 19 de abril de 2002. Atualmente vem desenvolvendo projetos e ações na região de forma participativa.

A APA possui três grandes unidades de paisagem: planaltos, altas serras e a região litorânea, abrangendo 82% da APA e cerca de 100.000 ha contínuos de Floresta Atlântica, restingas e uma das maiores concentrações de manguezais totalmente preservados do país. Abriga uma infinidade de endemismo em vários grupos. É também um dos últimos redutos para várias espécies raras e ameaçadas.

Os principais conflitos presentes na área são: extrativismo vegetal, em especial o palmito, culturas de banana e gengibre com a utilização de agrotóxicos, comércio de fauna e flora, exploração inadequada de areia e seixos ao longo dos rios.

Área de Relevante Interesse Ecológico as Ilhas de Pinheiro e Pinheirinho

Criada pelo Decreto nº 91.888, de novembro de 1985, no Município de Guaraqueçaba, ao sul da baía dos Pinheiros. É constituída pelas ilhas do próprio nome, numa área de 109 Há e apresenta ecossistemas com manguezais, restingas e Floresta Atlântica. Serve de área de pouso e reprodução do papagaio chauá.

Reserva Particular do Patrimônio Natural Figueira

A Reserva Natural Figueira, com 819,18 hectares, é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural de propriedade da Fundação O Boticário de proteção à Natureza. A Fundação mantém na área, centro de visitantes, com auditório para trinta pessoas, exposição permanente da Floresta Atlântica, laboratório, camping e outras estruturas para apoio aos visitantes. A Reserva do Salto do Morato abriga um salto com 130 metros de altura e localiza-se a 20 quilômetros da sede do município com acesso pela PR 405.

Reserva Particular do Patrimônio Natural Federal do Sebuí

De propriedade da empresa Gaia operadora de Ecoturismo foi criada em 2000 e possui 400.78 ha.

MAPA 3 Regional - Unidades de Conservação

4.1.8 MACROZONEAMENTO DO LITORAL

Dentro do arcabouço jurídico, o instrumento técnico que visa compatibilizar as atividades produtivas com o potencial dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente da região, é o Decreto Estadual nº 5040 de 11 de maio de 1989. Este Decreto aprova o regulamento definindo o macrozoneamento do Litoral paranaense. Esta ferramenta de planejamento encontra-se em vigor até esta data, e constitui a referência para os órgãos de governo em todas as instâncias, para efeito de licenciamento ambiental de atividades ou obras, conforme unidades ambientais em que estas se inserem. As unidades ambientais mapeadas, para as quais são definidas caso a caso diretrizes e normas de uso são as seguintes:

- Sub Região Montanhosa Litorânea: Serras, Áreas Coluviais, Planícies Aluviais Significativas, Planícies Aluviais Não Significativas.
- Planícies Litorâneas: Planícies Aluviais, Planícies de Restinga, Morros, Áreas Coluviais, Colinas, Mangues.
- Planaltos: Planalto Ondulado, Planalto Dissecado, Planícies Aluviais.

Estas unidades ambientais, para efeito de planejamento atual de uso e ocupação do solo, foram agrupadas conforme a divisão natural das bacias hidrográficas, baseado em novos conceitos de planejamento sob orientação das Políticas Nacional e Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

De acordo com as UANs são estabelecidas diretrizes e regras com relação ao uso do território para: mineração, silvicultura e extração vegetal, agricultura e pecuária, aquicultura, indústria, infra-estrutura, infra-estrutura energética, infra-estrutura geral, atividades científicas, culturais, esportivas, de turismo, de lazer, serviços públicos e diversos. Ressaltando que estas diretrizes deverão orientar as propostas de uso do solo do Plano Diretor Municipal.

O mapa a seguir apresenta o macrozoneamento do litoral.

MAPA 4 Regional - Macrozonemaento do Litoral

4.2 ESCALA MUNICIPAL

O Município de Guaraqueçaba está inserido na região costeira que vai do Litoral sul de São Paulo ao Norte de Santa Catarina, caracterizada por amplos complexos estuarinos e extensas planícies arenosas (Figura 3). Esta configuração é resultante de dois conjuntos de processos de escalas temporais distintas, relacionados à abertura do Oceano Atlântico iniciada há 60 milhões de anos, e as variações do nível do mar de mais de uma centena de metros, relacionadas aos ciclos glaciais e interglaciais, ocorridos nos últimos 2 milhões de anos. A abertura do oceano condicionou a formação da Serra do Mar e as variações do nível do mar à dos complexos estuarinos e planícies costeiras.



FIGURA 3 Imagem Landsat do Litoral paranaense e sul paulista.

A história geológica e climática conferiu a Guaraqueçaba grande diversidade ambiental, destacando-se entre os municípios do Paraná e do Brasil. No município são encontradas serras de mais de 1.500 m de altitude, morros, planaltos, planícies aluviais, planícies costeiras (ou de restingas), numerosas e diversificadas ilhas, manguezais, praias e estuários (IPARDES 1995). Esta diversidade resulta numa complexa dinâmica ambiental, onde podem ser realacionados diversos riscos ao uso e ocupação.

Nas serra, morros e planaltos destacam-se os problemas relacionados à erosão do solo e aos movimentos de massa (deslizamentos e escorregamentos), que dependendo de sua localização podem ter grande interferência na ocupação urbana. Nas planícies aluviais ocorrem problemas relacionados a enchentes e nas planícies costeiras a degradação do solo. Nos manguezais e praias os problemas estão relacionados à erosão costeira e nas baías ao assoreamento e contaminação.

4.2.1 AS COSTAS

A costa do Paraná tem extensão de aproximadamente 100 km, desde as Barras do Ararapira e do Saí-Guaçu. Todavia, considerando as reentrâncias e baías esta costa alcança em torno de 1.500 Km, sendo um trecho significativo localizado no Município de Guaraqueçaba. Considerando suas características geológicas e dinâmicas estas costas podem ser classificadas em: oceânicas, estuarinas e de desembocadura.

As costas oceânicas são caracterizadas por praias arenosas e dunas frontais e têm sua dinâmica dominada por ondas e ventos. O balanço de sedimentos e o clima de ondas controlam a sua dinâmica, podendo sofrer processos erosivos durante eventos de alta energia (ressacas); contudo são bastante estáveis e as variações da linha de costa, nas últimas décadas, não têm sido superior a 20 metros. Em Guaraqueçaba a costa oceânica se localiza no Superagüi e tem extensão de 14 Km (ver Figura 4).



FIGURA 4 Costa oceânica da Praia Deserta, no Superagüi

Fonte: Angulo & Araújo 1996

As costas **estuarinas** têm sua dinâmica dominada pelas marés e de acordo com sua composição geológica podem ser rochosas ou sedimentares. As costas rochosas são constituídas por costões de rocha cristalina, cobertos por organismos característicos da zona entre marés e podem ser consideradas estáveis (Figura 5). Em Guaraqueçaba ocorrem no sistema Baía dos Pinheiros-Canal do Superagüi, principalmente na margem do Superagüi, destacando-se as das ilhas Grande e das Gamelas e na Baía de Guaraqueçaba, onde se destaca o Costão da cidade homônima. Cabe mencionar que, embora as costas rochosas sejam consideradas estáveis frente aos processos da dinâmica costeira podem apresentar intensos processos relacionados a movimentos de massa, particularmente importantes em áreas com ocupação urbana como é o caso do Costão da cidade de Guaraqueçaba.



FIGURA 5 Costa rochosa estuarina no Canal de Superagüi.

Fonte: Angulo & Araújo 1996

As costas estuarinas sedimentares são de vários tipos, mas podem ser agrupadas em dois tipos principais: com e sem planície de maré. As que possuem planície de maré se caracterizam por serem costas com manguezais ou outros ecossistemas associados às planícies de maré, tais como zona de Cladium, marismas e bancos lodosos (Figura 6). Estas costas são bastante estáveis, mas podem estar sujeitas a processos de erosão e sedimentação. As costas estuarinas sem planície de maré se caracterizam por apresentar geralmente um terraço sedimentar em contato direto com a baía (Figura 7). Embora tenham extensão muito menor que as costas estuarinas com planície de maré, são as de maior ocupação, pois oferecem vantagens ao acesso a navegação. Em função disso, as comunidades de pescadores têm se assentado preferencialmente neste tipo de costa. Tratam-se de costas relativamente estáveis que podem apresentar processos de erosão e assoreamento.



FIGURA 6 Costa estuarina sedimentar com planície de maré na Baía dos Pinheiros.

Fonte: Angulo & Araújo 1996



FIGURA 7 Costa estuarina sedimentar sem planície de maré na Baía dos Pinheiros.

Fonte: Angulo & Araújo 1996

As costas de **desembocadura** são as mais complexas e dinâmicas da região. A sua dinâmica é dominada por ondas e correntes de maré e por um balanço de sedimentos ainda pouco estudado. Grandes bancos de areia associados às desembocaduras dos estuários configuram os denominados deltas de maré, cujas modificações ocasionam grandes mudanças na configuração das costas próximas (Figura 8). São costas geralmente com praias arenosas e dunas frontais, mas também podem ser costas com planícies de maré (Figuras 9 e 10). Em Guaraqueçaba, as com praia, ocorrem na parte sul da Ilha das Peças, com extensão de 12,6 km, na parte sul do Superagüi (8,8 km), associadas à desembocadura norte da baía de Paranaguá e Canal do Superagüi e na parte norte do Superagüi, com extensão de 8,2 km, associadas à desembocadura do Mar do Ararapira. As costas de desembocadura com planície de maré ocorrem principalmente associadas ao Canal do Superagüi (16 km). São costas altamente instáveis sujeitas a intensos e complexos processos de erosão e sedimentação que resultam em variações da linha de costa de centenas a milhares de metros em menos de uma década (Figuras 11 e 12).



FIGURA 8 Imagem Landsat da Baía de Paranaguá

Local onde se observa a arrebenção das ondas provocada pelos bancos de areia, que fazem parte dos deltas de maré vazante associados à desembocadura da baía (imagem processada no LFM/CEM/UFPR).



FIGURA 9 Costa de desembocadura com praia e dunas frontais no sul do Superagüi.

Fonte: Angulo & Araújo 1996



FIGURA 10 Costa de desembocadura com planície de maré no sul do Superagüi.

Fonte: Angulo & Araújo 1996

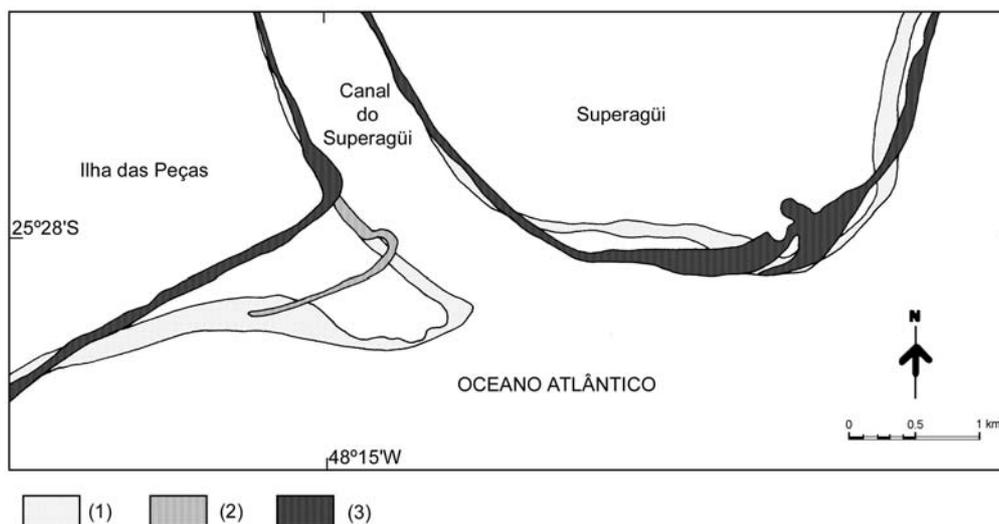


FIGURA 11 Variações da costa na desembocadura do Canal do Superagüi (modificado de Angulo 1993). (1) praia em 1952, (2) em 1955 e (3) em 1980.

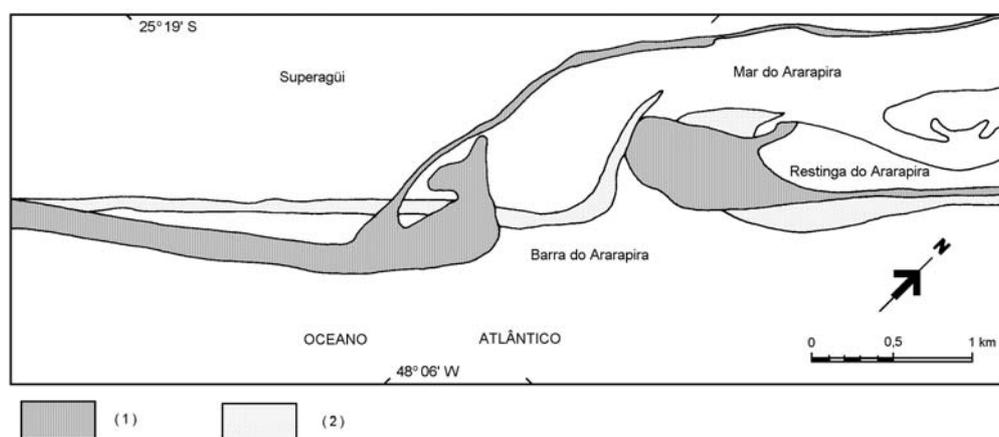


FIGURA 12 Variações de costa na desembocadura do Mar do Ararapira (modificado de Angulo 1993). (1) praia em 1980 e (2) em 1953.

4.2.2 DINÂMICA COSTEIRA - AS BAÍAS

As baías do Município de Guaraqueçaba fazem parte dos complexos estuarinos de Paranaguá e Cananéia-Iguape, que foram interligados na década de 1960 pelo Canal do Varadouro, transformando a península do Superagüi numa ilha (Figura 3). O complexo estuarino de Paranaguá está representado, em Guaraqueçaba, pela sua parte norte, composto pelas enseadas do Benito e do Itaqui, as baías de Guaraqueçaba e Laranjeiras e pelo sistema Baía dos Pinheiros-Canal do Superagüi. No leste do município ocorre o Mar do Ararapira que faz parte do complexo estuarino de Cananéia-Iguape.

Estes corpos de águas rasas são feições efêmeras no tempo geológico, e podem ser rapidamente preenchidos por sedimentos provenientes tanto do mar como do continente. Contudo a velocidade de assoreamento se processa também em tempos históricos, em velocidade que podem ser aceleradas pelos processos de ocupação das bacias que drenam para os estuários. Esta situação deve ser considerada no planejamento territorial, pois pode afetar a navegação e os processos biológicos. Embora não existam estudos sobre as taxas de

sedimentação dos estuários que compõem o município de Guaraqueçaba, estudos na baía de Antonina, que também integra o complexo estuarino de Paranaguá, evidenciaram intensos processos de assoreamento, com redução significativa da profundidade e mudanças na composição dos sedimentos de fundo ao longo do século XX (Figura 13).

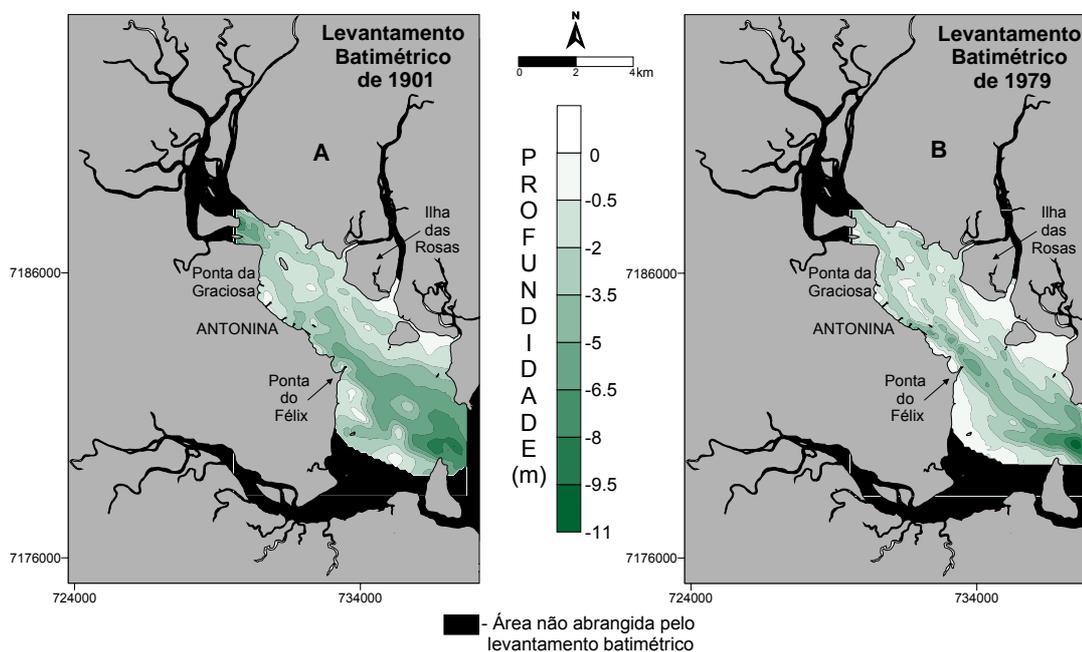


FIGURA 13 Mapas batimétricos da Baía de Antonina em 1901 (A) e 1979 (B) Odreski et al. (2003).

Fonte: Odreski *et al.* 2003

4.2.3 SETOR INSULAR

As principais Ilhas que compõe o setor insular são: das Peças, do Superagüi, Rasa, das Laranjeiras, do Pinheiro, do Pinheirinho, dos Papagaios, Sambaqui, das Gamelas, Grande, da Pavoca, do Rabelo, do Benito e dos Porcos. Existe ainda um grande número de ilhas, a maioria componente do complexo estuarino do ecossistema manguezal, ao longo dos principais canais dos rios afluentes a este sistema, que em sua grande maioria não são habitadas.

Entre as comunidades insulares o deslocamento ocorre em grande parte por via marítima. De acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente Agropecuária e Pesca existem aproximadamente 4000 canoas denominadas “canoa de um pau só”, movidas a remo e construídas a partir do tronco de uma única árvore, utilizada para a pesca nos canais e para pequenos deslocamentos em áreas mais abrigadas. Na há registro do número de embarcações motorizadas, utilizadas para as longas travessias ou transporte de cargas (alimentos, vestuário, material de construção, etc).

A circulação entre as comunidades de uma mesma ilha ocorre também por trilhas. Estas trilhas são utilizadas para apoio às atividades extrativistas dos moradores tradicionais: madeiras são utilizadas para as tarefas do dia a dia, para confecção de canoas, cipós e outros produtos da floresta. Este sistema de circulação e de extrativismo, que faz parte do modo de vida local, entrou em conflito com as limitações impostas pela implantação das Unidades de Conservação da Natureza de uso indireto (Parques Nacionais e Estações Ecológicas).

A partir da implantação, do Parque Nacional de Superagüi e da Estação Ecológica de Guaraqueçaba, as Ilhas que compõe o complexo lagunar de Guaraqueçaba passaram a sofrer a restrição do uso e ocupação do solo. De forma a conciliar ou atenuar o conflito de interesses dos habitantes locais, no ato de constituição destas unidades de conservação, as áreas habitadas e seu entorno imediato ficaram fora dos limites protegidos. Desta forma, comunidades como Barra do Superagüi, Barbados, Guapicu, Ilha das Peças, etc, encontram-se fora do Parque Nacional, mas inseridas em sua área de proteção do entorno ou “buffer zone”. Da mesma forma, todo o ambiente marinho de entorno das ilhas sofrem restrições de uso por se enquadrarem na mesma situação das vilas.

Em função do exposto, a atuação do IBAMA, órgão federal responsável pela administração destas unidades de conservação, não é bem vista pela população. Este conflito, entretanto, vem diminuindo com a presença dos Conselhos das Unidades de Conservação e o incentivo à participação das comunidades locais na formulação de programas e projetos de desenvolvimento e da elaboração dos planos de manejo das unidades de conservação. Porém, há que se considerar a difícil tarefa de manejar distintos interesses, diante de um cenário que apresenta crescimento das comunidades, em função da criação de novas áreas de ocupação e entrada de moradores (veranistas pescadores amadores, etc).

Este conflito de interesses ocorre em função dos seguintes aspectos:

- Dificuldade de identificação dos limites das unidades de conservação e do zoneamento da mesma, dificultando por parte do órgão público e da população a visualização das áreas onde acontecem as maiores e ou as menores restrições de uso.
- A ausência do plano de manejo é um dos fatores que contribui para o não cumprimento efetivo da conservação e preservação ambiental, pois a inexistência de regras claras que regulamentem o uso do solo dificulta o gerenciamento da unidade e o entendimento entre órgãos ambientais e a população local, contrariando assim a proposta de sustentabilidade das unidades de conservação.
- Diante da dificuldade de circulação ou da implantação de um eficiente sistema de fiscalização no interior da floresta, o monitoramento e as ações para resguardar a biodiversidade, acabam concentrando-se nas comunidades lindeiras às áreas efetivamente destinadas à preservação.

Do exposto, resta aos agentes públicos propor e por em prática, limitações pouco simpáticas aos moradores tradicionais. Identifica-se, portanto, a importância da elaboração do Plano de Manejo das Unidades de Conservação implantadas, que leve em consideração, além da garantia da preservação da biodiversidade destes ambientes, as relações que as comunidades tem com os mesmos, sua tradição histórica local, a necessidade de prover a região de estruturas destinadas a melhorar a qualidade de vida local, o incremento da renda, a limitação à ocupação desenfreada especialmente por parte de turistas e a efetiva definição dos direitos e os deveres dos cidadãos envolvidos.

4.2.4 SETOR CONTINENTAL SEGUNDO AS BACIAS HIDROGRÁFICAS

Apresentam-se a seguir as questões ambientais relevantes de acordo com as principais bacias hidrográficas do município.

Bacia do Rio Itaqui

Situa-se no setor sudoeste de Guaraqueçaba. Seu divisor de águas, ao sul limita-se com o município de Paranaguá e a oeste com Antonina. Abriga na sua maior parte, áreas com floresta, especialmente nas encostas das serras circundantes. O Rio Itaqui e seus afluentes, levando-se em conta o nível de conservação da bacia como um todo, apresenta baixa turbidez, mesmo em períodos de chuvas torrenciais. Esta bacia é entrecortada pela estrada com revestimento primário, que dá acesso a Vila do Itaqui, que abriga cerca de 500 habitantes, e está parcialmente protegida por uma Reserva do Patrimônio Natural (Reserva Natural Serra do Itaqui, administrada pela SPVS) e a Estação Ecológica Bom Jesus, administrada pelo IBAMA.

A Vila do Itaqui tem sua população envolvida com atividades voltadas à agricultura de subsistência, havendo forte vínculo dos moradores, com a população das comunidades de Ilha Rasa (relações de parentesco). No mesmo sentido, relacionam-se com atividades extrativistas relacionadas à exploração pesqueira, especialmente na enseada do Itaqui. A caça de caranguejo, nos períodos permitidos, é importante fonte de recursos financeiros. A exploração do palmito e caça de animais silvestres é também exercida por parte da população, fato bastante comum em todas as regiões isoladas do município.

Estão associadas à Vila do Itaqui, as pequenas comunidades de Engenho, Pacotuva e Laranjal, todas contando com menos de uma dezena de famílias. A concentração da população na “sede” da Vila está localizada junto ao rio na área de influência das marés, permitindo-se afirmar que já deve estar ocorrendo problemas relacionados à poluição hídrica proveniente da contaminação por esgotos domésticos lançados diretamente no rio ou poços mortos.

Em relação às atividades agroindustriais, destaca-se a recente implantação de pequena área de cultivo de arroz irrigado na região, o plantio de palmeira real e uma unidade de piscicultura com espécies exóticas (tilápia principalmente) realizada em escala comercial. A bubalinocultura, até recentemente era realizada na bacia e hoje encontra-se extinta, cedendo lugar ao desenvolvimento de plantio de palmeira real e regeneração natural da vegetação nativa. Existe ainda nesta bacia, duas pequenas saibreiras não licenciadas, utilizadas pela Prefeitura para conservação do acesso principal à Vila.

Bacia dos Rios Tagaçaba/Potinga

A principal característica desta bacia é o fato de ser transpassada pelo traçado da PR-405, eixo de ligação entre a sede do município e Antonina. Este fato propiciou a implantação na região atividades extrativistas, instalação de núcleos populacionais e desenvolvimento de atividades agrícolas e pastoris.

Neste trecho a estrada de Guaraqueçaba acompanha o vale do Rio Potinga, afluente do Rio Tagaçaba, e recebe forte carga de sedimentos provenientes do leito da estrada,

principalmente por ocasião das enxurradas. Em função disso, o rio em seu curso inferior encontra-se muito assoreado, observando-se no período de ocorrência de chuvas torrenciais, o extravasamento do seu leito, e provocando inundações e produzindo o fechamento da estrada por várias horas.

Contribuem para este fenômeno, o desmatamento ao longo do vale encaixado do Rio Potinga, o desenvolvimento de criação gado em áreas com declives elevados, e a existência de agricultura intensiva nas áreas de planície aluvial. Nos últimos anos implantaram-se nesta região quatro grandes produtores de arroz irrigado e vários pequenos produtores.

A concentração da população ocorre, via de regra, linearmente ao longo da estrada principal, destacando-se a Vila do Tagaçaba, a Vila do Potinga e várias famílias distribuídas ao longo dos vales principalmente no Tagaçaba de Cima. É uma das bacias hidrográficas com maior densidade populacional, onde são desenvolvidas várias atividades produtivas e comerciais.

Num passado recente, havia um significativo plantel de búfalos, principalmente no vale do Rio Borrachudo. Atualmente estas fazendas desativaram a atividade de bubalinocultura. Uma parte dessas áreas atualmente estão destinadas a preservação permanente (Reserva Natural Serra do Itaqui – SPVS) e em outra estão sendo cultivadas a palmeira real e o arroz irrigado. Estas novas alternativas econômicas permitem com maior facilidade resolver os problemas relacionados ao reflorestamento das matas ciliares, já que com a presença de búfalos nas propriedades é praticamente impossível o controle do acesso destes animais ao longo dos rios provocando indesejáveis processos de erosão das margens e assoreamento dos cursos de água.

Em relação à Vila de Tagaçaba, embora não existam dados disponíveis para análise, deduz-se, em função contingente populacional que aí se concentra, que as questões da coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos e de esgotamento sanitários possam se tornar, a médio prazo, um problema para a comunidade e ao meio ambiente em geral. Junto a Vila de Tagaçaba, localiza-se a sede da Reserva Natural Serra do Itaqui, administrada pela SPVS.

Em relação às demais áreas da bacia, região serrana, o nível de conservação é bastante elevado, mas mesmo sendo áreas sob domínio da floresta atlântica em processo de regeneração natural, observa-se a sua dilapidação, seja através da extração ilegal do palmito, da caça de animais silvestres como também da extração de madeiras em pequena escala.

Bacia do Rio Serra Negra

A bacia do rio Serra Negra, apresenta fisiografia diferenciada em relação às demais bacias hidrográficas existentes no município de Guaraqueçaba. Sua principal característica é o fato do rio Serra Negra e seus afluentes, estarem profundamente encaixados formando-se pequenas planícies aluviais ao longo dos canais de drenagem. Este fato não foi limitante do processo de ocupação dos seus vales, desmatados até a altura do seu curso médio para implantação de agricultura e principalmente pastagens. Para permitir o desenvolvimento

dessas atividades, foi implantada uma estrada na margem esquerda do rio, que mesmo apresentando péssimas condições, permitiu o acesso por vários quilômetros vale acima. Tanto a estrada como o desmatamento de áreas com declives acentuados, permitiram o desenvolvimento de processos erosivos e conseqüentemente o assoreamento do leito do rio Serra Negra e seus afluentes. Esse fato é evidenciado, junto a ponte sobre o rio Serra Negra na PR 405, onde o rio perde energia já próximo a sua foz. Nesse ponto são observados bancos de areia ao longo do canal. Ao longo da PR 405 e da vicinal, que acompanha o canal principal desta bacia hidrográfica, existem sedes de pequenos sítios, e a montante algumas fazendas de gado.

Grande parte das áreas de preservação permanente ao longo dos rios estão comprometidas, especialmente nos setores dos cursos médios e inferiores dos principais rios. Em muitos trechos, a própria estrada vicinal, foi construída dentro de área de preservação permanente. Este fato, tal como nas demais bacias estudadas, evidencia a necessidade de que seja implantado um programa específico de recuperação de áreas de preservação permanente em todo o município.

Bacias dos Rios Guaraqueçaba/Batuva

A bacia do rio Guaraqueçaba, por suas características físicas e outros fatores de ordem antrópica, teve forte processo de ocupação, constituindo uma das regiões naturais que sofreu maior degradação ambiental no município.

Dentre as características naturais, destacam-se a amplitude do vale do rio Guaraqueçaba e de seus principais afluentes, Morato, Verde e Batuva, permitindo a formação de extensas planícies aluviais, que permitiram acesso privilegiado facilitando o processo de ocupação. Outra característica é a sua proximidade com a sede do município, que facilitou a permanência dos moradores na região.

Dentre os fatores antrópicos, vale ressaltar que esta região foi uma passagem natural para o vale do Ribeira, destacando-se a implantação da linha do telégrafo pelo vale do rio Guaraqueçaba e o projetado e não realizado acesso rodoviário (BR 101). Da mesma forma, grandes áreas foram abertas para formação de pastagens e, antes deste fato, obviamente a retirada das madeiras nobres da floresta. A partir desse processo, praticamente toda a planície aluvial do rio Guaraqueçaba e seus afluentes foi, ou ainda é, objeto de alguma forma de exploração. Tal qual o rio Tagaçaba, o leito do rio Guaraqueçaba a jusante da PR 405, é testemunha do mau uso do solo na bacia, fato explicitado pela alta turbidez das águas, derivada de processos de assoreamento do leito e desbarrancamento das margens. A deposição de areia no curso inferior deste rio vem permitindo inclusive que se realize a exploração de areia do leito, através de dragagem convencional.

De forma geral, na bacia hidrográfica do rio Guaraqueçaba, persistem uma série de atividades, com alta probabilidade de geral degradação ambiental, incluindo-se aí a criação de búfalos em algumas fazendas. Outras atividades, desenvolvidas mais recentemente, tem

procurado minimizar os efeitos do desmatamento e a exposição de solos à erosão, como o cultivo de bananicultura, sob princípios ecologicamente corretos nas localidades de rio Verde e Batuva e o plantio de pupunha e palmeira real, em áreas de antigas pastagens. Estas plantas, embora exóticas, tem importante retorno financeiro para os pequenos produtores com aparentemente baixo impacto ambiental.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Agropecuário e Pesca informou que donos de uma antiga fazenda de criação de búfalos, localizada na região do Mirante, teria interesse em implantar uma indústria para o processamento do palmito originado destas plantas, bem como para o aproveitamento integral de troncos e folhas, no processo industrial.

Para manutenção das estradas que atendem as vilas existentes na bacia do rio Guaraqueçaba, a Prefeitura mantém pequenas saibreiras, não licenciadas pelos órgãos ambientais, no Batuva, rio Verde e no Morato. Esta última localidade tem recebido especial atenção em função da RPPN Fazenda Figueira de propriedade da Fundação Boticário de Proteção à Natureza. Além de manter a área aberta a visitação pública e desenvolver outras atividades de cunho conservacionista, esta Fundação tem procurado manter parceria com a comunidade, apoiando o desenvolvimento de atividades produtivas em padrões de auto sustentabilidade.

Bacia do Rio Cerco Grande

Na bacia hidrográfica do Rio Cerco Grande, encontra-se localizada a sede do Município de Guaraqueçaba, característica que lhe faz sofrer todo tipo de interferência decorrente do processo de urbanização. São comuns os processos relacionados à drenagem artificial para "secamento" de áreas em processo de urbanização, aterramento de áreas, implantação de sistema viário e demais estruturas correlatas. Nesta bacia que provem a água, captada, tratada e distribuída à população da cidade, e é no rio Cerquinho, afluente do rio Cerco Grande, onde são diluídos os efluentes domésticos após receberem o devido tratamento.

Bacias dos Rio Sambaqui, Birigui, Sebuí e Dos Patos.

Estas pequenas bacias hidrográficas estão totalmente relacionadas ao ambiente lagunar da Baía dos Pinheiros e não têm acesso por via terrestre, somente por caminhos vicinais e picadas. Assim, são bacias extremamente preservadas apresentando um nível de ocupação humana muito baixo e heterogêneo.

São as bacias mais bem conservadas sob o ponto de vista dos aspectos ambientais. Evidentemente, atividades esporádicas de extração de produtos da floresta e a caça ocorrem assim como em outras áreas florestadas do município, contudo, tendo em vista as dificuldades de acesso observa-se, a redução das populações nativas destas bacias. Mais recentemente, o grupo remanescente da comunidade do Rio Dos Patos, deslocou-se de sua área de ocupação primitiva, para a região do Sebuí, já no limite da referida Baía.

MAPA 5 Municipal – Bacias Hidrográficas

4.2.5 ATIVIDADES AGROPECUÁRIA E PESQUEIRA

A agricultura no município de Guaraqueçaba não é considerada economicamente estruturada. Das duas categorias encontradas, a agricultura familiar é diversificada, com sistemas de baixo rendimento físicos e econômicos, enquanto a agricultura empresarial é predominante de sistema extensivo (pecuária) e também de baixo rendimento físico e econômico. Observa-se que a agricultura não é capaz de promover e sustentar o desenvolvimento da região. A maior parte da população rural vive em condições de subdesenvolvimento e cerca de 60% das unidades familiares são consideradas produtores simples menos tecnificados ou assalariados. A banana corresponda a 34% de cultivo das propriedades (IPARDES, 2001). Observa-se atualmente uma redução desta atividade.

Das atividades agropecuárias, segundo IPARDES (2001) os principais problemas e restrições identificados pela comunidade são: a legislação ambiental restritiva, ausência de estradas em bóias condições, roubo de palmito, falta de emprego, de trabalho e renda, e ausência de assistência à produção e à comercialização.

A pesca é essencialmente tradicional e de subsistência, com a comercialização dos excedentes pe produção nos mercados regionais com a presença de vários intermediários. As informações disponíveis apontam para o esgotamento dos recursos pesqueiros, especialmente dos peixes e camarões, principais produtos do município. Esta situação acarreta no agravamento do quadro socioeconômico das populações pesqueiras tradicionais. Segundo levantamento do IPARDES (2001), cerca de 70% da população pratica a pesca como atividade principal.

4.2.6 ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E CORREDORES ECOLÓGICOS

Embora a maior parte do território do município de Guaraqueçaba seja coberto com florestas, os vales de praticamente todos os principais rios da região foram desmatados. Grande parte destes foram utilizados para criação de búfalos e, portanto as matas ciliares (áreas de preservação permanente) não foram poupadas. Assim o curso principal dos principais rios do município bem como de seus afluentes localizados em áreas de planície, de uma forma geral, não apresentam boas condições de qualidade ambiental no que se refere à proteção de corredores ecológicos, ou mesmo de proteção dos recursos hídricos. Trechos significativos dos Rios Itaqui, Potinga, Tagaçaba, Serra Negra, Guaraqueçaba bem como de seus principais afluentes, devem receber atenção especial para recuperação das matas ciliares.

A recuperação das matas ciliares se incorpora, em um contexto maior, no favorecimento de condições de consolidação de corredores de biodiversidade desde as áreas serranas melhor protegidas até o ambiente lagunar das baías. Neste particular salienta-se que é visível a existência de um grande cinturão de conectividade de áreas verdes no setor das serras, entrecortado porem em muitas situações por áreas de pastagens a agrícolas nos fundos de vale.

Há que se privilegiar ações para o favorecimento da recuperação de áreas degradadas em áreas de preservação permanente, a partir de técnicas a serem adotadas caso a caso, bem como medidas legais para o cumprimento da legislação ambiental, sob este aspecto.

4.2.7 ESTRADAS E O MEIO AMBIENTE

Sem entrar no mérito da conveniência ou não em se pavimentar a PR 405, único acesso rodoviário para a cidade de Guaraqueçaba, é importante salientar que esta estrada e tantas outras, igualmente construídas e mantidas apenas com revestimento primário (saibro basicamente), representam elevado potencial de degradação ambiental na forma em que se encontram. A elevada precipitação pluviométrica na região, os declives invariavelmente elevados do relevo e a existência de centenas de cortes de encostas, aterros, e finalmente a inexistência de estruturas hidráulicas capazes de minimizar o fenômeno de erosão e determina, a aceleração dos processos de assoreamento dos cursos de água e conseqüentemente de todo o complexo lagunar de Guaraqueçaba. As conseqüências destes fenômenos não podem ser medidas em curto espaço de tempo, porém, apenas como mensuração, pode-se chegar a algumas conclusões básicas.

Por estimativa, calcula-se que a malha viária básica do município é de cerca de 160 km (incluindo-se a PR 405, e as estradas de Tagaçaba e Tagaçaba de Cima, Serra Negra, Itaqui e Batuva). Considerando uma faixa de rolamento de cerca de 6 metros em média tem-se praticamente 1 milhão de metros quadrados de leito de estradas no município de solo exposto ao fenômeno da erosão. Se considerar-se que num período de maior intensidade de chuvas (meses de verão), o deslocamento de partículas na ordem de 1 centímetro (de profundidade) tem-se um valor aproximado de 10.000 metros cúbicos (cerca de 1.000 caminhões), de solo ou revestimento de pavimento que serão depositados nos leitos dos rios e eventualmente no ambiente lagunar (principalmente os sedimentos finos).

4.2.8 CONFLITOS E PROBLEMAS NA ÁREA URBANA DA SEDE

Na área urbana os principais conflitos observados na relação ocupação do solo e questões ambientais referem-se às declividades acentuadas ao longo do morro do Franco, à presença de grandes extensões de mangue na área urbana e à poluição dos rios.

O mapa 6 de declividades da área urbana localiza as declividades impróprias para a ocupação (acima de 30%) principalmente ao longo do morro do Franco, na região do Costão. Esta é uma área sujeita a deslizamentos, com a presença de construções irregulares e inadequadas, colocando em risco a vida da população aí residente. Destaca-se que esta região tem apresentado crescimento elevado devido a ausência de fiscalização e aplicação de sanções.

Com relação à geologia, as áreas adequadas à ocupação estão localizadas entre o morro do franco e o rio Cerquinho, enquanto as áreas inadequadas concentram-se ao norte do morro do Franco. Esta região ainda não ocupada é caracterizada pela presença de grandes extensões de mangue (ver mapa 7).

MAPA 6 Urbano – Declividades

MAPA 7 Urbano - Geologia

4.3 SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA

Em relação à dinâmica costeira, a partir do levantamento dos dados relativos a este ambiente, pode-se verificar que nas regiões da serra e dos morros do litoral paranaense podem ocorrer naturalmente e com certa recorrência deslizamentos e escorregamentos. Estes movimentos tendem a ser maiores e mais freqüentes em função das alterações nas condições climáticas, e em função das mudanças na estabilidade das encostas decorrentes de ações antrópicas como por exemplo, desmatamento, cortes e aterros. Estes processos são uma ameaça permanente às obras de infra-estrutura, principalmente estradas, linha de transmissão e outras obras lineares.

Na sede do Município de Guaraqueçaba, encosta ocupada do Morro do Franco, a área conhecida como Costão constitui-se numa local com alto risco de deslizamentos e escorregamentos. Quando estes fenômenos ocorrem em encostas próximas de canais e baías, os sedimentos transportados por estes processos podem também contribuir para o assoreamento de canais e baías. Os deslizamentos e escorregamentos podem ser controlados por meio de estudos de análise de ocorrência, análise de risco, monitoramento, medidas de proteção das encostas e planos de contingência.

Nas serras e morros o alto declive propicia também uma alta suscetibilidade à erosão dos solos, devido à erosão superficial, situação ampliada pelo desmatamento e o uso agrícola e aliada aos altos índices pluviométricos da região. A erosão degrada o solo provocando a perda de fertilidade e contribuindo para o assoreamento de rios e baías.

No que diz respeito à ocorrência de enchentes, as regiões mais suscetíveis são os vales inferiores dos principais rios do Município, que apresentam baixo declive e amplas várzeas. Esta situação é piorada pela ocupação histórica das planícies aluviais e das encostas dos morros, que ao favorecer o assoreamento dos rios contribui para a freqüência e intensidade das enchentes. Os impactos das enchentes podem ser minimizados ou controlados a partir da definição de usos compatíveis na planície aluvial, e de usos propícios à manutenção do ciclo hidrológico na bacia de drenagem, tais como a manutenção da cobertura vegetal ou usos que não propiciem erosão de solo.

Em relação às costas, no Município de Guaraqueçaba ocorrem as do tipo estuarinas, oceânicas e de desembocadura. A costa do tipo oceânica restringe-se à parte da Praia Deserta, no Superagüi e por não apresentar ocupação não apresenta problemas de erosão costeira. As estuarinas são as mais extensas do município. A maioria das vilas e a sede estão localizadas neste tipo de costa. As estuarinas presentes em Guaraqueçaba podem ser divididas em três tipos principais: rochosas, com planície de maré (principalmente manguezais) e sem planície de maré. As rochosas são estáveis em relação à erosão costeira, mas podem apresentar problemas relacionados a movimentos de massa. As costas com manguezais são bastante estáveis. As vilas localizadas a retaguarda da planície de maré precisam manter canais ou áreas sem manguezal para permitir o trânsito de embarcações. As costas sem

planície de maré são as que podem apresentar os maiores problemas de erosão, em função das correntes de maré. Em função de apresentar fácil acesso às baías, este tipo tem sido a mais ocupada das costas estuarinas, constituindo-se numa ameaça que deve ser considerada na definição das propostas para o Plano Diretor. A erosão costeira pode provocar problemas à ocupação, todavia a baixa energia do ambiente possibilita o seu controle através de métodos e técnicas bastante simples, isto é, neste ambiente as obras do controle de erosão tradicionais resultam eficientes. As costas de desembocadura são as mais dinâmicas, apresentando alta mobilidade e intenso processo de erosão e sedimentação, decorrentes, principalmente, das dinâmicas e correntes geradas por ondas e marés. As vilas da Barra do Superagüi e Barra do Ararapira localizam-se neste tipo de costa. Já a Vila das Peças, localiza-se no limite das costas com influência das desembocaduras e das costas estuarinas. A forte dinâmica destas costas dificulta o controle da erosão e comumente, as obras de engenharia não resolvem os problemas.

O monitoramento dos locais suscetíveis à erosão, o ordenamento da ocupação e uso destes locais e a proposição de medidas de controle pode minimizar as ameaças decorrentes das características das costas presentes no município. Esta ação é particularmente importante naquelas com influência das desembocaduras, principalmente nas Vilas da Barra do Superagüi e Barra do Ararapira.

As baías do Município de Guaraqueçaba são estuários que se caracterizam por serem ambientes efêmeros no tempo geológico, e por isso rapidamente assoreados. Por serem rápidos, estes processos devem ser considerados no planejamento territorial, ainda mais levando em consideração que o processo de assoreamento natural pode ser acelerado pelas atividades humanas. Além do assoreamento das bacias, a expansão urbana pode promover também o assoreamento, aterro e degradação dos manguezais próximos à sede. Este processo tem impactos diretos sobre a vida e a economia local, já que a diminuição da profundidade dos rios, baías e canais pode dificultar ou comprometer a navegação. Ainda mais considerando a crescente demanda por maiores calados para a navegação.

No que tange a fertilidade do solo, as planícies costeiras arenosas presentes no município, apresentam solo de baixa fertilidade e com alta suscetibilidade à degradação, principalmente por perda de matéria orgânica.

Em relação à poluição observou-se que os usos agrícolas e urbanos tem prejudicado a qualidade dos rios, baías e canais, ameaçando a pesca e a aquicultura, tanto atual como potencial. A ocupação e expansão urbana podem promover ainda a poluição dos manguezais, através da deposição de resíduos sólidos e efluentes domésticos e industriais. Cabe lembrar, contudo, que a qualidade das águas dos rios de Guaraqueçaba é uma das melhores do litoral paranaense.

Apresenta-se a seguir a matriz síntese de análise temática dos aspectos ambientais de Guaraqueçaba em âmbito regional e municipal e os mapas de análise ambiental.

MAPA 8 Municipal – Análise Ambiental

MAPA 9 Urbano – Análise Ambiental

MATRIZ 3 Análise - Ambiental

5 ASPECTOS TERRITORIAIS

Neste tópico desenvolve-se a análise contextualizada dos aspectos territoriais do Município de Guaraqueçaba em âmbito regional, estabelecendo-se as relações entre a ocupação do solo regional e municipal.

5.1 ESCALA REGIONAL

5.1.1 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

Os municípios do Litoral paranaense: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná apresentam uma população de 235.840 habitantes, distribuídos em 6.135,48 km², o que corresponde a uma densidade de 38,44 hab/Km², inferior a média do estado de 47,88 hab/Km². Entretanto, isoladamente os municípios litorâneos apresentam comportamentos distintos, oscilando desde densidades elevadas em Matinhos (216,77 hab/Km²) e Paranaguá (191,25 hab/Km²), e atingindo baixíssimas densidades como no caso de Guaraqueçaba com 3,84 hab/Km² (Tabela 24).

TABELA 24 - Extensão Territorial, Densidade e População dos Municípios do Litoral Paranaense

Município	Área (km ²)	Densidade populacional (hab./km ²)	População 2000		
			Total	Urbana	Rural
Antonina	968,98	19,79	19.174	15.837	3.337
Guaraqueçaba	2.159,34	3,84	8.288	2.582	5.706
Guaratuba	1.326,88	20,54	27.257	23.156	4.101
Matinhos	111,57	216,77	24.184	24.000	184
Morretes	686,59	22,25	15.275	7.153	8.122
Paranaguá	665,83	191,25	127.339	122.347	4.992
Pontal do Paraná	216,29	66,22	14.323	14.149	174
LITORAL	6.135,48	38,44	235.840	209.224	26.616
Total do Paraná	199.725,46	47,88	9.563.458	7.786.084	1.777.374

FONTES: IBGE - Censo Demográfico e Anuário Estatístico 2000; IPARDES - Tabulações Especiais.

Com relação ao crescimento populacional da região entre 1991 e 2000, excetuando-se Antonina e Guaraqueçaba, todos os demais municípios apresentaram taxa de crescimento superior à média do Paraná de 1,4%. Matinhos e Guaratuba destacaram-se com 8,88% e 4,76% respectivamente, enquanto Guaraqueçaba manteve-se estável com um crescimento de 0,74% ao ano (Tabela 25).

TABELA 25 - População 1991 E 2000, Taxa de Crescimento dos Municípios do Litoral Paranaense

Município	População 1991	População 2000	Taxa de crescimento		Urbana	Rural
			1980/1991	1991/2000	1991/2000	1991/2000
Antonina	17.070	19.174	0,42	1,31	1,38	1,01
Guaraqueçaba	7.762	8.288	0,14	0,74	4,51	-0,6
Guaratuba	17.997	27.257	3,61	4,76	5,79	0,34
Matinhos	11.326	24.184	6,49	8,88	9,29	-9,74
Morretes	13.135	15.275	-0,07	1,71	1,63	1,78
Paranaguá	107.675	127.339	2,02	2,51	3,6	-10,05
Pontal do Paraná	-	14.323	-	11,18	11,35	2,07
Total do Paraná	8.448.713	9.558.454	0,93	1,4	2,59	-2,6

FONTES: IBGE - Censo Demográfico e Anuário Estatístico 2000; IPARDES - Tabulações Especiais

De acordo com a projeção do IPARDES para 2006, os municípios do Litoral paranaense apresentariam uma população total de 294.920 habitantes, sendo Paranaguá o município mais populoso e o de Guaqueçaba o menos populoso (Tabela 26).

TABELA 26 - Projeção da População do Litoral Paranaense 2005 / 2010

Municípios	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Antonina	19.386	19.574	19.755	19.925	20.084	20.225	20.360	20.492	20.598	20.678	20.759
Guaqueçaba	8.222	8.251	8.264	8.280	8.277	8.287	8.277	8.272	8.250	8.222	8.183
Guaratuba	40.540	43.030	45.630	48.371	51.214	54.209	57.337	60.594	63.976	67.498	71.161
Matinhos	23.613	24.946	26.325	27.761	29.260	30.814	32.408	34.084	35.797	37.561	39.379
Morretes	16.691	17.092	17.487	17.877	18.280	18.652	19.025	19.394	19.737	20.079	20.402
Paranaguá	126.437	128.962	131.436	133.860	136.233	138.545	140.789	142.917	144.968	146.915	148.772
Pontal do Paraná	12.075	12.770	13.496	14.260	15.046	15.872	16.724	17.619	18.533	19.487	20.468
LITORAL	246.964	254.625	262.393	270.334	278.394	286.604	294.920	303.372	311.859	320.440	329.124

Fonte: Paraná - projeções das populações municipais por sexo e idade 2000 a 2010 / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Curitiba: IPARDES, 2000.

Com relação à distribuição da população no território, percebe-se a configuração de uma mancha urbana que se estende continuamente pela orla, desde a baía de Paranaguá até a divisa com Santa Catarina, interrompida apenas por acidentes naturais (DESCHAMPS, KLEINKE, MOURA, WERNECK)⁷.

Dois fenômenos podem explicar a ocupação contínua de toda a costa: a apropriação da orla por veranistas de média e alta renda, e o avanço de antigos moradores e migrantes de baixa renda sobre novas ocupações em áreas menos valorizadas e mais afastadas. Estes fatores, somados a ausência de barreiras naturais e de limites claros entre os municípios, contribuíram para a estruturação da ocupação do Litoral.

A região da orla, considerada área nobre do Litoral paranaense, tem apresentado expansão e densificação da ocupação por edifícios e parcelamentos voltados ao uso sazonal de veranistas de média e alta renda, alguns à procura de instalar “negócios”, outros na busca de melhorar a “qualidade de vida”.

Esta expansão apropria-se de áreas vazias, seja para a implantação de loteamentos, construção de edifícios residenciais, como para equipamentos e serviços de atendimento a esta população (comércio, lazer, marinas). Com a diminuição de áreas livres aumenta a pressão dos agentes imobiliários sobre áreas tradicionalmente ocupadas por colônias de pescadores, que ao venderem estas áreas e se dirigem a zonas afastadas e menos valorizadas.

Somado a este processo, verifica-se a crescente migração de famílias de baixa renda vindas de outros municípios em busca de novas oportunidades de emprego. Esta população vem atraída pela indústria do turismo, a abertura de empregos informais (caseiros, pedreiros, serviços) e são impulsionados pela saturação do mercado metropolitano.

⁷ Pesquisadoras da equipe técnica do Centro de Pesquisa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Fonte: artigo “O Que Induz o Crescimento nas Aglomerações Litorâneas?” Curitiba, sem ano.

Este processo, leva a densificação das ocupações de baixa renda já existentes, e ao avanço de novas ocupações em direção a áreas menos aptas no interior dos municípios litorâneos. Tais áreas caracterizam-se por serem tanto legalmente constituídas, como também pela existência de ocupações ilegais em loteamentos vazios ou que adentram em áreas ambientalmente vulneráveis.

Dentre os exemplos de ocupações com famílias de baixa renda na região do litoral, pode-se citar as que adentram as rodovias PR 412 ao longo da costa, a PR 508 Alexandra/Matinhos e a PR 407 BR 277/Praia de Leste. Além disso, existem áreas de fundo de vale de cursos d'água ocupados em Guaratuba, nas proximidades do Rio Boguaçu Mirim; encostas em Matinhos; restingas e mangues em Pontal do Paraná e Paranaguá; e o aterro sanitário de Pontal do Paraná.

A ocupação das famílias de média e alta renda está localizada ao longo da rodovia PR 412 em Pontal do Paraná, caracteriza-se por baixa densidade e horizontalidade das construções. Os empreendimentos verticais e de alta densidade estão localizados em Matinhos e na orla de Guaratuba no sentido de Santa Catarina.

A imagem Landsat 2000 ao lado representa a área contínua de ocupação do litoral, observada no trecho entre os municípios de Paranaguá a Guaratuba.



FIGURA 14 Imagem Landsat trecho do litoral paranaense

5.1.2 EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO DO LITORAL PARANAENSE

De acordo com o estudo realizado por Deschamps, Kleinke, Moura, Werneck podemos diferenciar o padrão da ocupação do Litoral em quatro categorias:

a) Áreas de ocupação recente, elevada taxa de crescimento, grande volume de população migrante e os menores níveis de instrução dos chefes: característica da região de Piçarras; em pequenas e dispersas ocupações nas áreas de expansão urbana de Guaratuba; na marginal da rodovia PR 412 de acesso de Pontal do Paraná; e subindo as encostas da serra em Matinhos. Estas áreas têm como característica a conformação de periferias urbanas intramunicipais, similares às das periferias metropolitanas, que explicitam o fenômeno da contradição sócio-espacial, opondo à área mais nobre do Litoral sua área mais carente;

b) Áreas com ocupação mais consolidada, elevado crescimento da população, volume médio de imigrantes e proporções intermediárias de chefes em condições de escolaridade baixa: correspondem a Nereidas e Carvoeiro, em Guaratuba; Jardim Iguazu, São Carlos e Ipê, em Paranaguá; nas proximidades do "lixão", em Pontal do Paraná; e nas margens da rodovia de acesso a Matinhos, bem como outras ocupações na sua área de expansão urbana;

c) Áreas de ocupação recente, com elevado crescimento populacional, baixo volume de imigrantes, com elevada proporção de chefes de domicílios com baixa escolaridade: correspondem às ocupações próximas aos principais balneários de Pontal do Paraná, como Shangrilá e outras dispersas ao longo da costa do município; e às densas ocupações nas margens da Rodovia PR 407, em Paranaguá.

d) Áreas de elevado crescimento populacional e inexpressivo volume de imigrantes, com chefes de domicílios com escolaridade baixa: correspondem, principalmente, a áreas ocupadas ao longo da Rodovia BR 277 no município de Paranaguá.

Em síntese, o que se verifica no Litoral paranaense é uma forma de ocupação do território em sua grande maioria irregular. Tal processo dificulta a viabilidade dos investimentos em infra-estrutura em função das distâncias e da situação fundiária do terreno, favorecendo a degradação ambiental através da urbanização de áreas de encostas, áreas emersas decorrentes de deposição de areias ou áreas passíveis de erosão, além das ocupações sobre mangues, restingas e florestas primárias.

A ocupação de áreas impróprias é decorrente da expansão de empreendimentos imobiliários (edifícios e loteamentos), para uso de veranistas de renda média ou alta ao longo da orla pressionando a população de baixa renda para áreas distantes e menos valorizadas.



Acrescenta-se a isso, certa convivência do setor público com as ocupações irregulares e a ausência de políticas públicas que supram as demandas da população de baixa renda. A Figura 15 localiza as principais áreas litorâneas que sofrem pressão por ocupação:

FIGURA 15 Ocupação da região litorânea.

5.2 ESCALA MUNICIPAL

Neste item serão apresentadas as características e tendências de ocupação do território municipal, analisando-se a evolução da ocupação, o uso do solo, a distribuição da população na área municipal e urbana e a adequação das áreas para a expansão urbana.

5.2.1 EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO

1530 - Ocupação do Superagüi

As mais antigas ocupações humanas da região de Guaraqueçaba datam de cerca de 6 mil anos, principalmente por índios carijó e tupiniquim. No início do século XVII, portugueses em expedições exploratórias a procurara de riquezas naturais e índios, acabaram encontrando jazidas de ouro na região de Guaraqueçaba.

Registra-se também no município a presença dos jesuítas, que possuíram uma fazenda na ilha de Superagüi até 1759, ano em que foi ordenada a extradição de todos os jesuítas que viviam em terras portuguesas. A área da fazenda, como toda a região, passou a ser ocupada por fazendas com mão-de-obra escrava, que no fim da escravidão foram abandonadas, iniciando um processo de colonização da região por imigrantes. Em 1852, na fazenda que havia sido dos jesuítas, foi fundada a “Colônia do Superagüi”, ocupada por famílias de imigrantes suíços, francesas e alemães, que se dedicavam à pesca e à agricultura. A ocupação por núcleos familiares estrangeiros se expandiu, constituindo uma estrutura fundiária baseada na posse e no minifúndio.

1880 - Município de Guaraqueçaba

Em 1838, Cypriano Custódio de Araújo e José Fernandes Correia construíram a capela de Bom Jesus dos Perdões na fralda do morro do Quitombê, inaugurada em 15 de junho de 1839. Em torno da capela surgiram edificações que conformaram o povoado de Guaraqueçaba. Em 1854 o povoado foi elevado a freguesia, e em 1880 a Município.

O início do século XX foi um período de grande prosperidade para Guaraqueçaba. Relatos dão conta que a vila era próspera, especialmente pela presença de seus bananais, com cerca de 30 milhões de pés. Do seu porto, com capacidade para grandes navios, eram exportados mais de 50 mil cachos de bananas por mês (NASCIMENTO, Domingos; citado por SOARES, Carlos Roberto e LANA, Paulo da Cunha). Os principais compradores das bananas de Guaraqueçaba eram a Argentina e o Paraguai, e havia um excedente da produção, mas não foram criadas indústrias para seu aproveitamento.

1930 - Decadência Econômica

O desenvolvimento dos meios de comunicação terrestre com a implantação da Estrada da Graciosa e como a ferrovia Curitiba-Paranaguá, contribuiu para a decadência de Guaraqueçaba, já que o escoamento por via marítima e fluvial da produção acabou entrando em desuso. Intensificando o fato, registrava-se a ausência de ligações terrestres para a sede.

O problema de comunicação e transporte sempre marcou a história de Guaraqueçaba. Em 1895 foram concedidos meios para construção de uma estrada ligando Guaraqueçaba a

Iporanga e Cananéia, plano que nunca foi implementado, subsistindo o problema de acesso terrestre ao Município. As dificuldades impostas pelo acesso terrestre e a facilidade com que se apresentava o acesso marítimo, propiciaram a implantação da cidade ao redor da baía.

Em função da decadência econômica, Guaraqueçaba foi anexada como distrito de Paranaguá em 1938, retornando a condição de município somente em 31 de outubro de 1947, pela Lei nº 02.

1960 - Expansão da Área Urbana e Conservação Ambiental

Com a abertura da estrada entre as décadas de 1960 e 1980, a ocupação iniciou-se através da avenida Ararapira. A Prefeitura Municipal implantou loteamentos que rapidamente foram ocupados, intensificando a ocupação da porção central da cidade.

No final da década de 1980, ocorreu o adensamento da cidade nas áreas ocupadas através da abertura da rua Dr. Ramos Figueira que contorna o Costão, e da implantação de loteamentos pela Prefeitura Municipal entre a Avenida Ararapira e a rua Ferreira Lopes. A ocupação da área urbana, entretanto, deu-se de maneira irregular. Áreas foram ocupadas sem o registro da posse da terra, surgindo problemas de ocupação de terras públicas, grilagem e sobreposição de títulos, intensificando disputas presentes até hoje.

O isolamento de Guaraqueçaba e a interferência do Estado nas questões físicas do Litoral levaram a preservação do meio ambiente, com a manutenção das reservas florestais e de ecossistemas. A partir de 1960, o componente ambiental passou a ser valorizado, registrando-se a aquisição de terras por ONG's e empresas, acirrando os conflitos com a população local e interferindo diretamente na utilização da terra. A partir de 1980, iniciou-se a implantação das unidades de conservação tais como, a APA Estadual de Guaraqueçaba, APA Federal de Guaraqueçaba e o Parque do Superagüi.

Atualmente – Espraçamento

A ocupação da área urbana concentra-se ao redor da praça Wiliam Michau no bairro Vila da rua da Praia, estendendo-se pela avenida Ararapira e pela rua Dr. Ramos Figueira, espraiando-se com o distanciamento. A partir do cemitério a ocupação passa a ser pontual.

A localização da área urbana de Guaraqueçaba, cercada pela Baía de Guaraqueçaba e pelo Morro do Franco e cortada pelo rio Cerquinho, determina dois vetores de crescimento: ao longo da avenida Ararapira e na região denominada Costão.

A avenida Ararapira, via de ligação da sede com a PR-405, é o principal eixo orientador do crescimento da cidade, onde atualmente, está sendo planejada a implantação de um loteamento na margem norte desta via, destinado à habitação popular.

As ocupações ao longo da avenida Dr. Ramos Figueira, estão localizadas dentro da faixa de 80m perpendicular à baía, e possuem declividades superiores a 20%, contrariando o decreto nº 2722/84, art. 2º, item VIII, que considera tais áreas de alta restrição à ocupação. Mesmo com restrição de ocupação, verifica-se o crescimento de construções sobre o Morro do Franco, vencendo declividades acentuadas e aumentando o risco de desmoronamentos.

MAPA 10 Urbano - Bairros

5.2.2 PATRIMÔNIO NATURAL, HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO

Guaraqueçaba reserva um dos maiores patrimônios naturais brasileiros, representado principalmente pela presença de fragmentos bem preservados da Floresta Pluvial Subtropical Atlântica e do Complexo Estuarino de Paranaguá. Buscando a preservação destas áreas, a Reserva da Mata Atlântica foi inscrita na Lista do Patrimônio da Humanidade no ano de 1999, como Bem Natural. Ainda, o Governo do Estado do Paraná inscreveu o Parque do Superagüi no Livro Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico com a inscrição nº 15-I, Processo Número 001/85, em 10 de julho de 1.985; e a Mata Atlântica foi inscrita no Livro Tombo do Estado em 13 de agosto de 1986, nº 17-I, Processo Número 001/86.

A região do litoral paranaense possui uma grande quantidade de sítios arqueológicos tombados em 1961 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Os Sambaquis, principal forma encontrada, possuem formações de pequena elevação compostas por restos de alimentos de origem animal, esqueletos humanos, artefatos de pedra, conchas e cerâmica, vestígios de fogueira e outras evidências primitivas, e podem ser encontrados em todo o litoral.

Destaca-se a ocupação histórica na Barra da Ararapira, porção extremo norte da ilha do Superagüi, que no meio caminho entre Iguape e Paranaguá, passagem obrigatória de todos os viajantes entre São Paulo e Curitiba, nos tempos da colonização, cresceu e prosperou com o comércio da região. Na década de 30 com aproximadamente 500 famílias, hoje devido a erosão e a proteção da área, possui aproximadamente 70 famílias.

Guaraqueçaba quer dizer "lugar do Guará", ave avermelhada muito comum na região no início da colonização pelos portugueses (1545). Símbolo do município, o guará foi esculpido no centro da praça William Michaud, entrada da cidade, com mais de dois metros de altura.

Na praça William Michaud, homenagem ao pintor suíço destaque na região, reserva construções do século XIX, que mantém em parte o estilo colonial. Além da escultura do Guará a praça possui um coreto e um centro atendimento ao turista. É utilizada para a realização de festas típicas, bem como para o desembarque de turistas. As principais festividades são: aniversário da cidade, Festa de São Pedro e Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus dos Perdões. Vale destacar a paisagem da praça, primeira vista da cidade para quem visita a cidade de barco.



FIGURA 16 Praça William Michaud e edificações históricas

Ao longo da praça destacam-se três construções históricas: o sobrado, utilizado pelo Governo do Estado para o atendimento ao turista com exposição permanente sobre a história do município; o antigo mercado, desativado; e a Casa das Águias, utilizada por uma secretaria municipal.

Por fim, destaca-se a Igreja do Senhor Bom Jesus dos Perdões, localizada na rua Major Domingues, construída em 1838 em estilo colonial, com grossas paredes de pedra, sendo a primeira construção da cidade. Em seu interior destaca-se o altar em forma de embarcação cuja base é um peixe esculpido em madeira, uma homenagem aos pescadores da região. Duas fontes podem ser vistas na sede, uma localizada entre as edificações que circundam a praça William Michaud (poluída) e outra na praça do ginásio de esportes (ainda ativa).

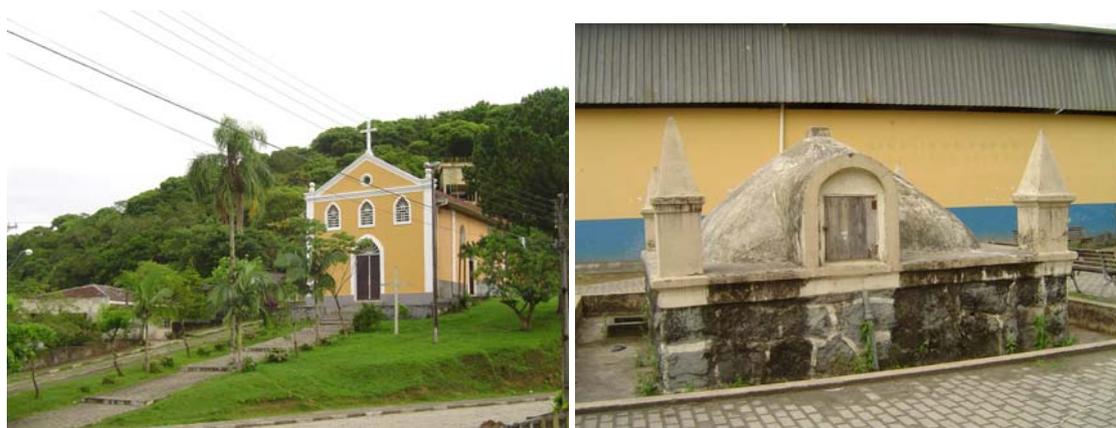


FIGURA 17 Igreja do Senhor Bom Jesus dos Perdões e Fonte da praça do Ginásio

5.2.3 ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

Para analisarmos a distribuição da população no território municipal e urbano utilizaremos como fonte de informação os dados do Censo Demográfico IBGE 2000 por setores censitários, que se constituem em 4 para a zona urbana e 16 para a zona rural.

Segundo tal fonte, entre 1991 e 2000 Guaraqueçaba apresentou uma taxa de crescimento populacional de 0,73%. A partir deste parâmetro, a população estimada para 2006 foi de 8.657 habitantes e para 2016, ano em que obrigatoriamente deverá ser revisto o Plano Diretor, prevê-se uma população de 9.516 habitantes.

O crescimento geral da população tem se mantido estável, com taxas de 0,6% a 0,7% ao ano, entre 1991 e 2000, ressaltando-se que para a área urbana seu crescimento tem se mostrado superior ao geral do município, entre 4% e 5% ao ano. Já na área rural esta taxa vem apresentando crescimento de -0,82%, entre 1991 e 1996 e de -0,24%, entre 1996 e 2000.

O município de Guaraqueçaba é formado por três distritos: Serra Negra, Ararapira e sede de Guaraqueçaba. A sede é o que concentra a maior parcela da população, com 5.829 habitantes, e destes 70% habitam a área urbana. O distrito com a menor parcela da população é Ararapira, que não apresenta habitantes no núcleo considerado urbano. Dos três distritos o único que apresenta taxas crescentes de população é a sede, 1,26% ao ano no período entre 1991 e 2000. A Tabela 27 apresenta a população residente nas áreas urbana e rural, de acordo com o distrito a que pertencem.

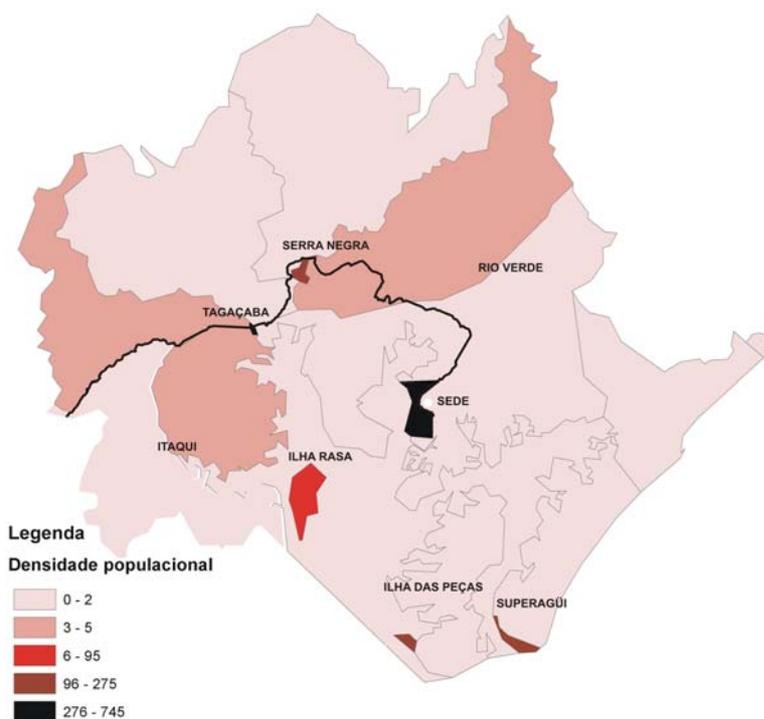
TABELA 27 - População Residente por Distrito e Localização do Domicílio

Distrito	Situação do domicílio	Variável X Ano					
		População residente (Habitante)			Taxa de Crescimento		
		1991	1996	2000	1991 - 1996	1996-2000	1991-2000
Ararapira	Total	282	247	221	-2,62%	-2,20%	-2,67%
	Urbana	19	10	-	-12,05%	-	-
	Rural	263	237	221	-2,06%	-1,39%	-1,91%
Guaraqueçaba	Total	5.209	5.796	5.829	2,16%	0,11%	1,26%
	Urbana	1.574	2.059	2.382	5,52%	2,96%	4,71%
	Rural	3.635	3.737	3.447	0,56%	-1,60%	-0,59%
Serra Negra	Total	2.271	1.992	2.238	-2,59%	2,36%	-0,16%
	Urbana	149	190	200	4,98%	1,03%	3,32%
	Rural	2.122	1.802	2.038	-3,22%	2,49%	-0,45%
TOTAL	Total	7.762	8.035	8.288	0,69%	0,62%	0,73%
	Urbana	1.742	2.259	2.582	5,34%	2,71%	4,47%
	Rural	6.020	5.776	5.706	-0,82%	-0,24%	-0,59%

Fonte: Censo Demográfico do IBGE 2000

De acordo com a Figura 18, produzida a partir de dados do Censo Demográfico do IBGE 2000, as localidades de maior densidade populacional são sede, Tagaçaba, Serra Negra, Superagüi, Ilha das Peças e Ilha Rasa. Estas são comunidades caracterizam-se por localizarem-se ao longo da PR-405, terem facilidade de acesso por transporte marítimo ou por serem atrativos turísticos.

FIGURA 18 - Densidade populacional (hab/ha) por localidades.



Com relação ao número de domicílios e tipos de uso, a Copel, empresa que presta serviços de energia elétrica no município, possui um levantamento atualizado das principais comunidades. Embora relacionado diretamente ao crescimento do atendimento da empresa, os números apresentados na Tabela 28 demonstram relativamente a dinâmica do crescimento populacional nas principais localidades do município.

Dentre estas se destaca Tagaçaba, comunidade localizada ao longo da PR-405, no encontro com o rio Tagaçaba, com aproximadamente 375 domicílios em 2005, sendo a maior concentração populacional depois da sede (819 domicílios). Esta comunidade é o centro de referência para as demais comunidades rurais, pois possui equipamentos e serviços públicos não fornecidos para todas as outras comunidades, além de comércio e serviços de maior porte (mercado, panificadora, pousadas entre outros).

A localização de Tagaçaba nas margens do rio de mesmo nome agrega potencial turístico de pesca a esta comunidade. Esta característica, contudo, produz uma dinâmica social perniciososa, pois, pressionada a vender seus terrenos a turistas, a população desloca-se para áreas mais afastadas, ampliando a ocupação. Esta forma de apropriação do território não segue parâmetros urbanísticos, o que resulta em uma configuração desarticulada e imprópria da malha viária. Tagaçaba é considerada área urbana pela Lei nº 12/84.



FIGURA 19 Tagaçaba e Ilha do Superagüi

A comunidade do Superagüi, área urbana segundo lei nº 08/93, e a comunidade da Ilha das Peças estão inseridas na área de amortecimento do Parque Nacional do Superagüi. São os principais destinos de veranistas que visitam Guaraqueçaba, por isso possuem infraestrutura para atender o turismo (pousadas, restaurantes, bares, lanchonetes entre outros), além de serviços de educação e saúde fornecidos pelo poder público municipal. Por se tratarem de bens imóveis de domínio da União, a Prefeitura Municipal não tem atuado no controle e planejamento do uso do solo. A Secretaria do Patrimônio da União, em parceria com o IBAMA e a comunidade local, realizou o cadastramento e regularização dos moradores da ilha das Peças e espera ampliar o programa para as demais comunidades assentadas em áreas de domínio da União.



FIGURA 20 Ilha das Peças e Ilha Rasa

Enquanto o Superagüi e a Ilha das Peças destacam-se pela dinâmica do turismo, comunidade da Ilha Rasa caracteriza-se pela presença de pescadores. Depois de Tagaçaba é a localidade com o maior número de residentes na área rural. A Ilha Rasa abriga

aproximadamente 180 famílias entre as comunidades de Ilha Rasa (Sudeste da ilha) e Almeida (noroeste da ilha), os próprios moradores, entretanto, destacam um crescimento moderado da população. Assim como o Superagüi, estas comunidades não possuem cadastro atualizado dos moradores, das edificações e dos terrenos.

TABELA 28 - Levantamento de Domicílios 2001 – 2005 COPEL

Localidade	Ano	Resid.	Indust.	Com.	Rural	Público	Ilum. Pub.	Ser. Pub.	Próprio	TOTAL
Acungui	2001	0	0	2	67	1	1	0	0	71
	2002	1	0	2	69	1	1	0	0	74
	2003	1	0	2	67	1	1	0	0	72
	2004	1	0	2	74	1	1	0	0	79
	2005	1	0	2	75	1	1	0	0	80
Cachoeira de Baixo	2001	4	0	4	130	5	0	0	0	143
	2002	3	0	4	141	5	0	0	0	153
	2003	2	0	4	137	4	0	0	0	147
	2004	3	0	5	141	4	0	0	0	153
	2005	3	0	11	140	4	0	0	0	158
Guaraqueçaba	2001	605	3	54	4	25	1	1	1	694
	2002	636	4	52	3	25	1	1	1	723
	2003	662	4	54	4	26	1	1	1	753
	2004	689	4	54	4	27	1	3	1	783
	2005	724	4	55	4	27	1	3	1	819
Ilha Superagüi	2001	143	0	1	0	4	0	0	0	148
	2002	3	0	2	134	4	0	0	0	143
	2003	4	0	3	139	4	0	0	0	150
	2004	4	0	4	141	4	0	0	0	153
	2005	5	0	6	141	3	0	0	0	155
Ilha das Peças	2001	138	0	9	0	2	0	0	1	150
	2002	6	0	9	133	2	0	0	1	151
	2003	9	0	9	145	2	0	0	0	165
	2004	10	0	9	140	2	0	0	0	161
	2005	22	0	9	128	2	0	0	0	161
Ilha Rasa	2001	19	0	3	95	4	0	0	0	121
	2002	13	0	1	121	4	0	0	0	139
	2003	15	0	1	123	4	0	0	0	143
	2004	22	0	1	127	4	0	0	0	154
	2005	22	0	3	152	4	0	0	0	181
Ipanema	2001	13	0	3	24	1	1	0	0	42
	2002	7	0	3	29	1	1	0	0	41
	2003	7	0	2	33	1	1	0	0	44
	2004	5	0	3	35	1	1	0	0	45
	2005	6	0	4	39	1	1	0	0	51
Itaqui	2001	5	0	1	80	4	1	0	0	91
	2002	6	0	1	75	4	1	0	0	87
	2003	4	0	1	74	4	1	0	0	84
	2004	5	0	1	78	4	1	0	0	89
	2005	5	0	2	75	4	1	0	0	87
Salto Morato	2001	1	0	3	87	4	1	0	0	96
	2002	1	0	3	88	4	1	0	0	97
	2003	1	0	3	101	4	1	0	0	110
	2004	2	0	4	121	4	1	0	0	132
	2005	2	1	10	114	4	1	0	0	132
Serra Negra	2001	4	0	6	113	6	1	0	0	130
	2002	3	0	6	108	6	1	0	0	124
	2003	4	0	6	107	6	1	0	0	124
	2004	6	0	6	115	6	1	0	0	134
	2005	4	0	6	115	6	1	0	0	132
Tagaçaba	2001	45	0	20	263	13	1	0	1	343
	2002	3	0	19	319	13	1	0	1	356
	2003	5	0	19	314	13	1	0	1	353
	2004	9	0	13	350	13	1	0	1	387
	2005	11	0	16	332	14	1	0	1	375

Fonte: Copel 2005

MAPA 11 Municipal - Tagaçaba

MAPA 12 Municipal - Superagüi

MAPA 13 Municipal - Ilha das Peças

MAPA 14 Municipal - Ilha Rasa

5.2.4 USO DO SOLO

O uso e a ocupação do solo municipal foram avaliados a partir de dois estudos: o Zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba realizado pelo convênio IPARDES e IBAMA em 2001, que teve como base em imagens de satélite para o ano de 1992, e o levantamento do uso e ocupação do solo elaborado pelo PRÓ-ATLÂNTICA, em 2005.

Segundo o levantamento do PRÓ-ATLÂNTICA, o Município de Guaraqueçaba possui, 125,64 ha destinados à ocupação da população (área urbana baixa, vila, loteamentos), que representam 0,05% do território utilizado. De acordo com o mapa de uso do solo, verifica-se que a forma de ocupação destas áreas deu-se ao longo dos principais rios do município, que deram nome às comunidades rurais. As áreas destinadas à agropecuária também representam uma parcela pequena do município, 2,6%, bem como as praias e áreas de reflorestamento, inferiores a 1%. As maiores extensões de terra são ocupadas pela Floresta Ombrófila Densa⁸, que ocupam 48,13% do território, as Fases de Sucessão⁹ correspondem a 27,54%, e as Formações Pioneiras¹⁰ representam 9,97% do município. A Tabela 29 apresenta percentual do solo do município de acordo com seu uso.

TABELA 29 – Uso do Solo Municipal

Classe	Área (ha)	Percentual
Agricultura, pecuária e Outros	6.175,20	2,66%
Áreas urbanas	125,64	0,05%
Corpos d'água	26.858,46	11,59%
Fase Inicial de Sucessão	29.517,19	12,74%
Fase Intermediária de Sucessão	34.318,87	14,81%
Floresta Ombrófila Densa Altomontana	49,93	0,02%
Floresta Ombrófila Densa Aluvial	772,92	0,33%
Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas - solos hidromórfos	12.432,86	5,36%
Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas - solos semi-hidromórfos e não hidromórfos	10.406,82	4,49%
Floresta Ombrófila Densa Montana	22.920,79	9,89%
Floresta Ombrófila Densa Submontana	64.966,53	28,03%
Formações Pioneiras com Influência Fluvial - arbórea	1.075,89	0,46%
Formações Pioneiras com Influência Fluvial - herbácea / arbustiva	4.712,57	2,03%
Formações Pioneiras com Influência Fluviomarina - arbórea	11.233,90	4,85%
Formações Pioneiras com Influência Fluviomarina - herbácea / arbórea	1.412,07	0,61%
Formações Pioneiras com Influência Marinha - arbórea	4.146,44	1,79%
Formações Pioneiras com Influência Marinha - herbácea / arbustiva	519,07	0,22%
Praia	46,73	0,02%
Reflorestamento	33,80	0,01%
Refúgios Montanos e Altomontanos	27,43	0,01%
TOTAL	231.753,11	100,00%

Fonte: Pró-Atlântica 2005

⁸ Caracteriza-se pela presença dominante de árvores que ocorrem em ambientes úmidos, praticamente sem épocas secas durante todo o ano, de clima quente e com pouca variação anual. É composta por uma vegetação complexa, estratificada, de maior altura, que ocorre em ambientes úmidos e de temperatura elevada. É classificada de acordo com o gradiente topográfico em: terras baixas ou planície (aproximadamente 20m), submontana (20m a 600m), montana (600m a 1200m), altomontana (1200m a 1500m) e aluvial (marginais de rios).

⁹ As Fases de Sucessão são áreas nas quais a vegetação original está sendo recomposta. A Fase Inicial é baixa, esparsa e pouco diversificada e a Fase Intermediária não possui clareiras, é úmida e sombreada.

¹⁰ Vegetação de primeira ocupação que se desenvolve em áreas instáveis do ponto de vista pedológico, com constante deposição de sedimentos.

MAPA 15 Municipal - Uso do Solo

Dentre as formas de ocupação e usos destinados aos terrenos pertencentes a área urbana identificam-se cinco áreas distintas:

a) **Uso Comercial e de Serviços:** os usos de comércio de serviços concentram-se no entorno da praça central da cidade, na rua Paula Miranda e ao longo da avenida Ararapira. Entre as zonas residenciais é possível encontrar comércio vicinal. Na rua Paula Miranda os imóveis são construídos no alinhamento e não há áreas vazias para construção de novos empreendimentos. Grande parte da calçada está coberta por uma galeria, descontínua na sua parte central, que abriga mesas de bares e mercadorias. Os imóveis possuem em sua maioria dois pavimentos (Figura 21).



FIGURA 21 Galeria ao longo da rua Paula Miranda

b) **Uso Misto:** a avenida Ararapira apresenta uma ocupação mais heterogênea, com a presença de edifícios públicos, imóveis comerciais e residenciais. Algumas construções encontram-se no alinhamento predial e outras possuem recuo de 4 metros. As edificações têm no máximo dois pavimentos, sendo a maioria térrea. A ocupação desta via concentra-se no encontro com a Avenida Maria Carolina e Lisboa, e vai ficando rarefeita a medida que se aproxima da bifurcação para a PR-405. Cerca de metade da avenida não está loteada. Outro setor compreende áreas ao longo da rua Major Domingues Nascimento, onde se encontram edificações de uso institucional, comercial, religioso e residencial. Neste bairro, Vila da Rua da Praia, concentram-se as sedes da Prefeitura, da Câmara Municipal e da Sanepar (Figura 22).



FIGURA 22 Avenida Ararapira e Rua Major Domingues Nascimento.

c) **Uso Residencial:** os terrenos destinados ao uso residencial encontram-se entre a avenida Ararapira e o Rio Cerquinho, e ao longo do sopé do Morro do Franco.

Os bairros Rocio, Centro e Cerquinho, próximos a Praça Central, são aqueles de maior densidade e com edificações de maior porte e bom estado de conservação. Os bairros Cemitério, Campo Novo apresentam uma ocupação menos densa, com edificações de menor porte e em estado de conservação inferior às demais. Os bairros Vila Graciosa, Vila Esperança, Ponte de Ferro e Campo da Aviação possuem ocupação esparsa.

Na margem do Rio Cerquinho, que passa pelos bairros do Rocio, Cerquinho, Centro, Cemitério, Campo Novo e Ponte de Ferro, existem ocupações em áreas de preservação permanente sobre mangue.

O bairro do Costão possui uma única via de acesso, rua Dr. Ramos Figueira, que contorna o Morro do Franco. As edificações desta região ocupam o morro de forma desordenada e sem o devido preparo do terreno. Esta área caracteriza-se por declividades superiores a 30%, com riscos de desabamento, sendo proibida a ocupação de qualquer espécie. A implantação destes imóveis nestas condições, muitos deles autorizados pelos órgãos ambientais do Estado, põe em risco a vida de seus moradores (Figura 23).



FIGURA 23 Ocupações no Rio Cerquinho e ocupações do Costão

d) **Áreas de Lazer e Recreação:** a sede de Guaraqueçaba possui duas áreas destinadas ao lazer: a praça central Wiliam Michau e a zona especial de lazer ao longo do rio Cerquinho (Lei nº 42/2002). A praça Wiliam Michaud (Figura 24) é local de desembarque de turistas e moradores, possui um coreto, um posto de informações turísticas onde também se localizam a Secretaria Municipal de Turismo, uma escultura do Guará (ave símbolo do município) e a estação de tratamento de esgoto da Sanepar.



FIGURA 24 Praça Central Wiliam Michaud

Segundo a Lei nº 42/2002 a Zona Especial de Lazer seria a principal área de recreação e lazer da cidade, e para que sua função se realizasse deveria ser desenvolvido um projeto ambiental que definisse equipamentos de lazer e o traçado de vias de acesso. Este projeto, porém não foi desenvolvido e a área destinada à recreação vem sendo ocupada por residências.

O mapa a seguir apresenta o uso do solo na zona urbana. As fontes de informação utilizadas na sua confecção foram a imagem de satélite e as visitas de campo.

MAPA 16 Urbano - Uso do Solo

5.2.5 ÁREAS DE EXPANSÃO

De acordo com o Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano do município elaborado no ano de 1995, realizado pelo Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR), a cidade de Guaraqueçaba foi classificada em cinco áreas, de acordo com as restrições de ocupação do solo.

Os critérios utilizados neste documento para classificação foram:

- Presença de declividade entre 15% e 30% e superiores a 30%;
- Áreas de manguezais com solos argilo-arenosos, que dificultam tecnicamente a execução de obras de engenharia, e onde é proibida a ocupação por constituírem áreas de preservação permanente;
- Áreas de sedimentos arenosos a argilosas de deposição fluvial ou marinha, aptas para a ocupação, de acordo com critérios técnicos que considerem restrições tais como pequena profundidade do lençol freático;
- Áreas com depósitos coluviais de pé de relevo, formados por sedimentos, continentais inconsolidados, mal selecionados, contendo blocos métricos de rocha, inadequados à ocupação por risco de deslizamentos e instabilidade de encostas.

Segundo o mapa apresentado a seguir, as ocupações localizadas ao longo do Morro do Franco e na margem oeste da rua João Vidal estão assentadas em terrenos com declividades superiores a 30%, com solos instáveis e com possibilidade de deslizamentos. As ocupações ao longo do rio Cerquinho também merecem destaque, pois têm exercido pressão sobre as áreas de mangue.

As áreas aptas para a ocupação são aquelas localizadas ao longo da avenida Ararapira compreendidas ente o rio Cerquinho e o Morro do Franco, excetuando-se as áreas de preservação permanente.

MAPA 17 Urbano - Áreas Adequadas à Ocupação

5.2.6 REGULAMENTAÇÃO DO USO DO SOLO

Das três áreas classificadas como urbanas em Guaraqueçaba, Tagaçaba (lei nº 12/84) e Superagüi (lei nº 08/83) não possuem regulamentação do uso do solo. Já a sede é regulamentada pela Lei nº 42/2002, que define o perímetro urbano, estabelece o macrozoneamento urbano, o zoneamento urbano, as normas da edificação e posturas.

O limite da ocupação da sede é estabelecido pela mesma lei que define o perímetro urbano. A área por ele delimitada corresponde a 12,25 Km², e segundo o macrozoneamento apenas 21,94% desta área está destinada a ocupação, uma vez que 9,56 Km² de terra, situados ao norte do Morro do Franco e ao sul do rio Cerquinho, são consideradas áreas não urbanizáveis por se tratarem de mangue, morro e planícies alagáveis.

A Lei nº 42/2002 estabelece dez zonas de ocupação (Ver Tabelas 30 e 31), sendo:

1. **Setor Histórico**, com predomínio de uso comercial e serviços de pequeno e médio porte, sendo permitido o uso residencial. Em função de seu caráter histórico todos os imóveis desta área só poderão ser alterados após avaliação da Prefeitura Municipal.
2. **Zona de Comércio e Serviços Vicinal** na qual é permitido o uso de comércio e serviços de pequeno e médio porte, indústrias de médio porte não poluentes e o uso residencial.
3. **Zona de Comércio e Serviços Atacadista** na qual é permitido o uso de comércio e serviços de médio e grande porte, indústrias de médio porte não poluentes devendo ser restrito o uso residencial.
4. **Zona Residencial de Ocupação Restrita**, destinada predominantemente ao uso residencial unifamiliar podendo possuir comércio e serviço vicinal, uso institucional e de lazer.
5. **Zona de Urbanização Prioritária** que compreende a área parcelada, definida com uso predominantemente residencial, onde serão permitidos o comércio e serviço vicinal.
6. **Zona Residencial** corresponde à área em parcelamento com ocupação rarefeita, tem uso predominantemente residencial, sendo permitido o uso de comércio, serviços, lazer, recreação e serviços públicos. As atividades que provoquem excesso de ruído, lancem ou fumaça, exalem fortes odores ou qualquer outro tipo de incômodo a vizinhança não poderão se localizar nesta zona.
7. **Zona de Expansão I e II** correspondem a área de glebas vazias que reúnem condições para implantação de futuros loteamentos a médio e longo prazo. O Poder Público deverá providenciar a definição das diretrizes de arruamento destas zonas, antes do seu parcelamento. O uso do solo será predominantemente residencial, admitindo-se os usos permitidos na Zona Residencial.

8. **Zona de Baixa Densidade**, ocupação com predominância residencial e área mínima do lote com 5.000 m² (cinco mil metros quadrados), adquirindo uma característica de loteamento tipo chácaras.
9. **Zona Especial de Lazer** corresponde ao entorno do Rio Cerquinho, destinada à recreação e ao lazer da cidade em função de seus valores paisagísticos. Para esta área deveria ser desenvolvido projeto específico na Zona Especial de Lazer compreendendo projeto ambiental, definição de equipamento de lazer e traçado das vias de acesso. Nesta área não será permitido desmatamento, aterro ou qualquer tipo de construção.

TABELA 30 - Uso do Solo Urbano

ZONAS	ÁREA (M ²)	PERCENTUAL
Setor Histórico	22.209,40	0,18%
Zona residencial de ocupação restrita	41.000,85	0,33%
Zona de baixa densidade	786.842,28	6,42%
Zona de expansão III	481.301,64	3,93%
Zona de comércio e serviço atacadista	33.389,21	0,27%
Zona de comércio e serviço vicinal	86.491,87	0,71%
Zona de urbanização prioritária	251.981,97	2,06%
Zona residencial	129.902,48	1,06%
Zona de expansão I	130.043,98	1,06%
Zona especial de lazer	724.729,02	5,92%
Área Total Urbanizável(m ²)	2.687.892,70	21,94%
Área Total não Urbanizável	9.562.107,30	78,06%
Área Total do Perímetro Urbano	12.250.000,00	100,00%

Fonte: Lei Municipal nº 42/2002.

TABELA 31 - Requisitos Urbanísticos para Ocupação do Solo

ZONA	Dimensões Mínimas		Pavimentos	Índices		Afastamentos Mínimos (m)		
	Testada (m)	Lote (m ²)		Nº	Coef. de Aproveitamento (5)	Tx.Ocupação (%) (1)	Frente	Lateral (2)
S.H.	12	360	02	01	50	-	1,5	5,0
Z.C.S.V.	10	400	03 (6)	01	80	4,0	1,5	4,0
Z.C.S.A.	12	600	02	01	85	4,0	1,5	-
Z.R.O.R.	10	150	02	01	50	4,0	1,5	5,0
Z.U.P. e Z.R.	10	400	02	01	50	4,0	1,5	4,0
Z.E. I E II (3 e 4)	10	200	02	01	50	4,0	1,5	4,0

Fonte: Lei Municipal nº 42/2002.

- (1) – Será mantido um mínimo de 15% (quinze por cento) de área permeável do terreno, sobre o qual não poderá haver nenhuma projeção de edificação, nem mesmo o avanço do subsolo e não poderá receber nenhum tipo de revestimento impermeável ou cobertura.
- (2) – O afastamento lateral não é obrigatório para edificações de até 02 pavimentos, desde que não haja aberturas. Havendo aberturas, o afastamento mínimo é igual a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).
- (3) – O parcelamento na Z.E. I e II ficará condicionado à ordem de prioridade definida no Capítulo II – DO PARCELAMENTO DO SOLO, art. 7.
- (4) – O parcelamento na Z.E. I e II seguirá orientação do Capítulo III – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO – art. 24 e parágrafos 1º, 2º e 3º.
- (5) – As áreas destinadas à recreação e garagem não serão computadas no cálculo de coeficiente de aproveitamento.
- (6) – Nas edificações com 03 pavimentos é obrigatório o afastamento lateral de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de cada lado.

As determinações da lei nº 42/2002 foram elaboradas pela Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná (FAMEPAR) em 1995, e aprovadas pela Câmara Municipal em 12 de junho de 2002. Durante o mês de julho de 2002 a lei foi encaminhada à Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ao Conselho do Litoral e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

De acordo com a avaliação do COLIT, esta legislação possui incompatibilidades com o Decreto Federal nº 90.883/95, Decreto Federal nº 750/93 e Decreto Estadual nº 2.722/84. Para dirimir os pontos em conflito foi sugerida a convocação de uma Câmara Técnica com a participação de um representante do município, um técnico do IBAMA, um técnico da Secretaria de Cultura e um técnico do COLIT.

As principais questões levantadas pelo COLIT no relatório de Informação Técnica nº 41/02 do processo nº 5.243.681 – 8 de 04 de julho de 2002, foram:

- Divergências dos parâmetros construtivos da Lei Municipal em relação aos parâmetros estabelecidos pelo Decreto Estadual nº 2722/84;
- Ausência da regulamentação da construção de edículas e dos afastamentos laterais;
- A ocupação irregular da região do Costão por se tratar de área situada dentro dos 80m perpendicular ao longo da baía e possuir declividades superiores a 20%, área de maior restrição segundo decreto;
- A ocupação em desacordo com a Lei Federal nº 750/93, na margem esquerda da avenida Ararapira, no sopé do Morro do Fraco, e nas margens do Rio Cerquinho;
- A Zona de Baixa Densidade, não pode ser ocupada por tratar-se de área de restinga, onde não é permitida o desmate segundo Lei Federal nº 750/93.

Destaca-se ainda, o desconhecimento da aprovação da Lei Municipal nº 42/2002 por parte do corpo técnico da Secretaria Municipal de Planejamentos e Projetos responsável pela fiscalização e aplicação das normas de uso do solo.

Os mapas a seguir apresentam, o perímetro urbano, o macrozoneamento da área urbana e o zoneamento da área urbana definidos pela Lei Municipal nº 42/2002.

MAPA 18 Urbano – Perímetro Urbano da Sede - Lei nº 42/2002

Mapa 19 Urbano - Perímetro Urbano de Taçaçaba – Lei nº 12/84

MAPA 20 Urbano - Macrozoneamento da Sede - Lei nº 42/2002

MAPA 21 Urbano - Zoneamento da Sede - Lei nº 42/2002

5.2.7 PLANTA GENÉRICA DE VALORES

A planta genérica de valores da sede de Guaraqueçaba para fins de IPTU encontra-se em processo de avaliação pelas Secretarias Municipais de Finanças e de Planejamento. O mapa apresentado a seguir refere-se à proposta que está sendo encaminhada para análise final. De acordo com ela, a área urbana será dividida em 6 setores, sendo:

Setor 1: corresponde a ocupação mais antiga da cidade com uso predominantemente comercial e institucional, possui atendimento completo de infra-estrutura e serviços. O valor desse setor, compreendido entre a rua Ferreira Lopes, Cel. Isidoro e Paulo Miranda, é de R\$ 20,00/m²;

Setor 2: corresponde a área compreendida entre as ruas Ferreira Lopes e Antônio Barbosa Pinto e as avenidas Ararapira e Doutor Agrícola Fonseca, com atendimento completo de infra-estrutura e serviços. Esta área possui o valor de R\$18,00 /m²;

Setor 3: corresponde aos imóveis localizados na margem norte da avenida Ararapira, com o valor de R\$ 17,00/m². Possui água, esgoto, coleta de lixo, iluminação, porém não é pavimentada.

Setor 4: corresponde a área compreendida entre as ruas Antônio Barbosa Pinto, Tibicanga e Mário Ferreira Lopes e a avenida Ararapira. Possui água, esgoto, coleta de lixo, iluminação, porém algumas vias não são pavimentadas. O valor desta área é de R\$ 13,00/m².

Setor 5: corresponde a região do Costão, a ocupação ao norte da avenida Ararapira e a área compreendida entre as ruas Ferreira Lopes, Celso Ribeiro Xavier, avenida Ararapira e rio Cerquinho. Embora essas áreas tenham o mesmo valor (R\$ 10,00/m²), elas diferem em termos de infra-estrutura e tamanho de lote.

Setor 6: corresponde a última porção da ocupação da cidade, da rua Celso Ribeiro Xavier até a pista de pouso. Possui água, esgoto, coleta de lixo, iluminação, mas sem pavimentação. O valor desta área é de R\$ 8,00/m².

Analisando-se os limites dos setores apontados na Planta Genérica em estudo, observa-se que os valores definidos para os mesmos não refletem o uso do solo atual. Além disso, para áreas com mesma infra-estrutura são propostos valores de solo diferentes, não sendo possível identificar claramente os critérios utilizados para tal definição.

A Planta Genérica de Valores em estudo é apresenta no mapa a seguir.

MAPA 22 Planta Genérica de Valores

5.3 SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA

Do ponto de vista da análise físico territorial, o primeiro aspecto que deve ser ressaltado refere-se a dinâmica de distribuição e às taxas de crescimento da população no território. Através dos dados levantados, observou-se taxa de crescimento negativa na área rural (-0,6%) e positiva para a urbana (4,51%). Estes números indicam, e a pesquisa de campo confirmou, a existência de uma dinâmica de migração da população rural em direção às áreas urbanas de Guaraqueçaba e Paranaguá.

Este movimento migratório, motivado pela busca da população por melhores condições de vida, é também reflexo das questões territoriais, envolvendo as características do ambiente natural e a extensão e ocupação dispersa do território do município. A distância entre as comunidades e a dificuldade de acesso e comunicação entre elas, somada a baixa capacidade de investimento municipal, inviabiliza e encarece a instalação dos serviços e equipamentos públicos em todas as localidades. Estas características acabam onerando o poder público municipal, dificultando o atendimento das demandas da população que acabam piorando as condições de vida da população rural e potencializando a migração.

Do ponto de vista da produção do espaço urbano, este fenômeno, deverá significar o aumento da demanda por solo urbanizado nos próximos anos. Esta pressão já constitui uma ameaça para o processo de ocupação do espaço urbano, na medida que esta população, de perfil de renda baixo e sem condições de adquirir as áreas urbanizadas tem ocupado áreas impróprias, com risco de desabamentos (Costão) ou insalubres (mangues e fundos de vale). A ocorrência desta dinâmica pode ser observada no Mapa de Análise Físico-territorial.

Além do aumento da população urbana na sede de Guaraqueçaba, a pesquisa de campo identificou o crescimento na Vila de Tagaçaba, que embora rural já apresenta feições urbanas. Dados do número de domicílios fornecidos pela COPEL para 2005, indicam que esta é a segunda aglomeração mais populosa do município, totalizando aproximadamente a metade dos domicílios da sede.

A dinâmica populacional tem reflexos diretos sobre o uso do solo municipal, observando-se portanto, a necessidade de se definir claramente os usos tanto da área urbana quanto da rural onde as maiores extensões de terra são de proteção ambiental.

No que diz respeito ao uso do solo urbano, através de pesquisa de campo observou-se certo descompasso entre os previstos na atual legislação urbanística e os efetivamente praticados. Observa-se em primeiro lugar um excesso de zonas. Em segundo, identificou-se que a área destinada à Zona Especial de Lazer (Lei 42/2002), onde não seria permitido desmatamento, aterro ou construções, vem sendo ocupada com construções, contrariando assim a legislação urbana municipal. Em síntese, observa-se ao longo de várias áreas localizadas no perímetro urbano, o descumprimento dos limites definidos para a ocupação.

Outra questão envolve a dimensão do perímetro urbano municipal. O primeiro dado que chama atenção é que 78,06% de sua superfície possui restrições ambientais à ocupação, e

não pode ser urbanizada. Observando-se mais detalhadamente, numa região ao norte do Morro do Franco, verifica-se uma série de loteamentos aprovados e ainda não ocupados, assentados em grande parte sobre área de mangue. Além dessa área identificam-se outras ocupações em áreas com sérias restrições ambientais: encostas do Morro do Franco de frente para a baía, fundo de vale do rio Cerquinho, áreas de mangue ao longo da rua Agrícola Fonseca, Tibicanga, Mario Ferreira, Celso Ribeiro Xavier, Antônio Inácio Natal e Avenida Marechal Carolina de Lisboa.

Por outro lado, identifica-se dentro deste mesmo perímetro, áreas já urbanizadas ou muito próximas à infra-estrutura instalada, aptas para a ocupação e que através da aplicação de determinados instrumentos urbanísticos, poderão absorver a demanda populacional prevista para os próximos anos.

Uma questão fundamental para a definição dos parâmetros de uso e ocupação do solo, encontra-se no fato de que grande parte da área urbana consolidada está localizada dentro da faixa definida pelo Decreto Estadual 2722/84 como proibida para ocupação. Para tanto, haverá a necessidade de discussão desta questão com os órgãos estaduais pertinentes, de forma que as propostas e diretrizes previstas para esta área no novo Plano Diretor possam aproximar-se da realidade encontrada.

Ao longo do processo de levantamento de dados sobre o território, despertou atenção também os valores do solo e os limites dos setores definidos para a Planta Genérica de Valores. Observou-se que os valores definidos não refletem o uso do solo atual. Além disso, para áreas com mesma infra-estrutura foram propostos valores de solo diferentes, não sendo possível identificar claramente os critérios utilizados para tal definição. Esta é uma questão importante para a solução dos problemas e a discussão das propostas físico-territoriais, já que os valores do solo poderão influenciar diretamente a implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade que deverão incidir sob as áreas urbanas consideradas não utilizadas ou sub utilizadas.

Apresenta-se a seguir o mapa de análise territorial urbano e a matriz de análise territorial.

MAPA 23 Urbano – Análise Territorial

MATRIZ 4 Análise Territorial

6 ASPECTOS SOCIAIS

6.1 ESCALA REGIONAL

Tomando-se como referência a divisão administrativa do Litoral Paranaense, pode-se classificar a tipologia dos municípios que compõem o seu território da seguinte forma: município portuário-histórico; municípios de turismo de veraneio e municípios rurais.

Paranaguá e Antonina são representativos do primeiro tipo, ressaltando que o segundo que detém o Porto Ponta do Félix, menor, especializado em cargas frigoríficas. Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná representam o segundo grupo, e apresentam uma população flutuante muito acentuada, são altamente urbanizados e especializados nesta modalidade econômica. Guaraqueçaba, Morretes e, em certa medida Antonina são os municípios onde há presença das principais atividades agropecuárias associadas à questão da preservação ambiental. No caso específico de Guaraqueçaba a realidade é contraditória e complexa, pois se de um lado a dificuldade de acesso restringe a atividade turística, de outro ela é um dos fatores que garante na prática a sua condição de área de preservação.

Do ponto de vista territorial-ambiental pode-se dividir o Litoral Paranaense em áreas urbanas, ilhas (incluídas as áreas continentais cujo acesso só é possível de barco) e colônias. Nas áreas urbanas as questões sociais dizem respeito às aglomerações cuja fragilidade ambiental está associada à baixa capacidade econômica da maioria dos seus moradores, e a uma rede bem constituída de oferta de serviços públicos, mas que necessita aumentar sua eficiência. Nas ilhas e colônias, os problemas quase sempre estão relacionados à forma como o território é apropriado e explorado, observando-se que é dele que a população residente tira seu sustento, ou através da exploração econômica de base monetária ou da atividade extrativa. Com relação às questões sociais, observadas pela Vertrag na pesquisa de campo desenvolvida nas ilhas e colônias, é possível concluir que elas se concentram na falta de acesso aos serviços (disponíveis) de educação e saúde, provocado pela grande dificuldade de locomoção dessas comunidades.

Em síntese, tanto nas áreas urbanas como nas rurais, em municípios maiores ou menores do ponto de vista populacional, em economias urbanas mais ou menos complexas, o ponto central das questões sociais se assenta na dificuldade de obtenção de trabalho e renda pela população. Esta característica interfere diretamente nas condições de vida do morador mais pobre, e indiretamente na capacidade das atividades econômicas produzirem efeitos multiplicadores no que diz respeito à absorção produtiva, da maioria da população em idade de trabalhar.

Sob o ponto de vista da qualidade de vida da população, a taxa de pobreza, que indica o percentual de famílias com renda familiar mensal per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo em relação ao número total de família residentes numa determinada área, é um dos indicadores mais sintéticos para se aferir tais condições (Tabela 32). No caso do conjunto de municípios do Litoral Paranaense, este indicador não difere do encontrado para o Paraná, em torno de 20%.

TABELA 32 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Ranking Estadual e Taxa de Pobreza, Segundo os Municípios do Litoral Paranaense Mesorregião Metropolitana de Curitiba

Municípios	1991	2000	Ranking estadual 2000	Taxa de Pobreza(1)
Antonina	0,687	0,770	90	33,9
Guaraqueçaba	0,584	0,659	393	49,1
Guaratuba	0,678	0,764	107	21,9
Matinhos	0,726	0,793	33	18,5
Morretes	0,667	0,755	141	23,8
Paranaguá	0,718	0,782	60	19,1
Pontal do Paraná	0,670	0,788	43	20,2
Metrop. de Curitiba	-	-	-	14,1
Paraná	0,760	0,787	-	20,9

Fonte: PNUD, IPARDES 2000.

Nota: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) A taxa de pobreza indica o percentual de famílias com renda familiar mensal per capita até ½ salário mínimo, em relação ao número total de família residentes na área em estudo.

Entre os municípios do Litoral, verifica-se uma estreita relação entre ruralidade e taxa de pobreza. Desta forma, Guaraqueçaba apresenta-se como o município mais rural e também o que apresenta a maior pobreza e o de Matinhos com a maior taxa de urbanização se combina com a menor taxa de pobreza. Longe de estabelecer uma relação determinista indicativa de que taxas baixas de ruralidade impõem baixas taxas de pobreza, no caso particular do Litoral esta situação pode ser verificada, uma vez que a atividade econômica urbana é derivada direta e indiretamente do trabalho nos Portos, ou dos serviços vinculados ao turismo.

Cabe destacar ainda que esta é uma região bastante diversa, composta por municípios de grande extensão territorial onde estão presentes áreas de preservação, como é o caso de Guaraqueçaba de baixo volume populacional, e também por municípios de pequena extensão, Matinhos e Pontal do Paraná, por exemplo, voltados para o mar, sem possibilidade de atividade econômica significativa em seu espaço territorial, quase totalmente ocupados por mangues, várzeas e áreas de preservação.

6.1.1 EDUCAÇÃO

Os dados de educação são os que apresentam resultados mais próximos da oferta universal de serviços. Segundo a Constituição Federal, o ensino fundamental, de 7 a 14 anos tem caráter obrigatório, significando que as políticas públicas de caráter social visam atingir a totalidade das pessoas desse grupo etário. Cabe ao município, preferencialmente realizar oferta de educação infantil (creches e pré-escola) para a população de zero a seis anos, e ao poder público estadual, ofertar a educação e ensino médio.

Quando se analisam as taxas de frequência à escola por faixas de idade, mais uma vez se observa a relação entre urbanização e oferta dos serviços públicos, como é o caso da educação, pois a aglomeração urbana por aumentar a densidade populacional em alguns espaços do território, potencializa o uso dos investimentos públicos (Tabela 33). Dessa forma, somente no município de Guaraqueçaba verifica-se que a taxa de escolarização das crianças de 7 a 14 anos está abaixo dos 90% (84,13%). Já municípios como Paranaguá e Pontal do

Paraná estão bastante próximos da universalização dos municípios, com taxas de freqüência à escola da ordem de mais de 95%.

TABELA 33 - Taxa de Freqüência à Escola ou Creche Segundo Grupos Etários e Municípios do Litoral Paranaense

MUNICÍPIOS	GRUPOS ETÁRIOS					
	0 ^a 3anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 22anos	Mais de 22 anos
Antonina	3,82	41,78	91,89	66,46	33,72	3,43
Guaraqueçaba	1,74	21,04	84,13	43,91	18,42	3,15
Guaratuba	10,36	54,98	93,45	67,72	22,47	4,39
Matinhos	16,51	50,54	93,17	65,58	31,71	4,34
Morretes	3,03	38,17	94,86	73,03	30,16	3,74
Paranaguá	6,03	43,28	95,57	72,38	31,95	4,96
Pontal do Paraná	6,33	49,52	97,51	73,10	28,70	3,36
Paraná	9,67	53,26	95,65	73,09	33,39	6,01

Fonte: IBGE – 2000 Censo Escolar - INEP.
Nota: Dados trabalhados pelo IPARDES

Os adolescentes entre 15 a 17 anos, idade em que muitos já concluíram o ensino fundamental e estão no ensino médio e/ou buscam o ingresso no mercado de trabalho, apresentam freqüência escolar diferenciada frente à faixa de ensino fundamental. De um lado, como não é de oferta obrigatória, o Estado não garante vagas para todos; de outro, muitos abandonam a escola ao término do ensino fundamental, buscando acessar precocemente o mercado de trabalho por pertencerem a famílias de baixa renda. Some-se a isso, o fato de as taxas de escolaridade encontradas para esse grupo etário conterem número significativo de alunos que ainda não concluíram o ensino fundamental, posto que a defasagem idade-série ainda é um componente da estrutura educacional brasileira. Conclui-se, portanto, que as taxas de freqüência à escola entre os jovens de 15 a 17 anos, são menores que as do grupo etário anterior (7 a 14 anos). Este dado para a região em ordem decrescente, tem-se: Pontal do Paraná (73,10%) Morretes (73,03%), Paranaguá (72,38%), Guaratuba (67,72%), Antonina (66,46%), Matinhos (66,58%) e Guaraqueçaba (43,91%). De maneira geral, o conjunto dos municípios do Litoral Paranaense se aproximam da taxa média do Paraná.

Seguindo a tendência do Paraná, quanto à educação infantil (creches e pré-escola) verifica-se que esta é uma modalidade de ensino pouco ofertada, porque não possui caráter obrigatório, sendo que apenas Guaratuba e Matinhos apresentam taxas um pouco superiores aos 50%. Pontal do Paraná, Paranaguá e Antonina oscilam entre 40 e 50%, Morretes tem 38,17% e, por último, Guaraqueçaba com 21,6%.

Tais informações estatísticas, coletadas em 2.000, foram confirmadas na pesquisa de campo realizada através das visitas técnicas no início de 2006, nas quais as comunidades, em especial os moradores das ilhas e das áreas rurais, falam da dificuldade de acesso ao sistema de educação. Apesar da extensa capilaridade do sistema ainda há problemas pontuais de cobertura, devido às dificuldades de acesso e a existência de pequena demanda por séries específicas. Julgamos que, na situação atual de cobertura, o maior problema da educação no

Litoral centre-se na qualidade do ensino. Conteúdos padrão, como tende a ser a orientação das secretarias municipais, são ministrados tanto para crianças de áreas urbanas, como para ilhéus e moradores em comunidades rurais de difícil acesso, por exemplo. Observou-se ainda que há dificuldades de inserção de jovens no mercado de trabalho e, situação agravada pela inexistência do ensino profissionalizante em nível de ensino médio. A oferta de ensino superior somente agora se volta para as questões locais e regionais, com a instalação do campus Litoral da UFPR.

Através do contexto apresentado, observa-se a urgência que o aparato público de educação, nos níveis municipais, estadual e federal, tome como referência questões de ordem quantitativa (cobertura) e qualitativas (para quê e para quem ofertar as diferentes modalidades de ensino), de forma que a educação transforme-se num fator propulsor para socialização dos indivíduos e o desenvolvimento regional.

6.1.2 SAÚDE

Trabalhou-se, aqui, com três indicadores gerais para análise da saúde no Litoral Paranaense: coeficiente de mortalidade infantil, número de hospitais (SUS) e número de leitos hospitalares (SUS). O primeiro, sintético, aponta para a qualidade de vida da população, expressa pela capacidade de sobrevivência das crianças de até 1 ano de idade (Tabela 34). Tal capacidade indica se ela nasceu em famílias com renda capaz de lhe garantir as condições de alimentação, tratamento de saúde e condições ambientais de saneamento básico. Como parte dessas condições advêm da ação das políticas públicas de saúde, saneamento, limpeza do ambiente e geração de emprego e renda, o coeficiente de mortalidade infantil é, junto com as informações de educação e renda, o tripé que sustenta o indicador de desenvolvimento humano de uma população.

TABELA 34 - Coeficiente de Mortalidade Infantil, Segundo os Municípios do Litoral Paranaense

MUNICÍPIO	COEFICIENTE
Antonina	11,8
Guaraqueçaba	31,7
Guaratuba	24,0
Matinhos	16,6
Morretes	24,0
Paranaguá	22,7
Pontal do Paraná	15,8
PARANÁ	20,3

Fonte: PNUD 2000

A saúde no Litoral Paranaense apresenta o maior coeficiente de mortalidade infantil do Paraná. Em Guaraqueçaba, o percentual é de 31,7 mortes por mil nascidos vivos no ano de 2.000, seguido por Morretes e Guaratuba com 24 índices que ficam, bem acima do Paraná, cujo coeficiente médio é de 20,3 por mil nascidos vivos. Outro aspecto que reforça essa situação é o número de hospitais, 1 por município, sendo que o número de leitos fica em média 1,5 por mil habitantes, metade da média do Estado que é de 3 leitos por mil habitantes (Tabela 35).

TABELA 35 - Numero de Hospitais e Oferta de Leitos Hospitalares Vinculados à Rede Sus, segundo os Municípios do Litoral Paranaense.

Municípios	Número de hospitais	Total de leitos hospitalares (inclusive UTI)	leitos hospitalares por mil habitantes
Antonina	1	21	1,1
Guaraqueçaba	1	16	1,9
Guaratuba	1	51	1,9
Matinhos	1	37	1,5
Morretes	1	31	2
Paranaguá	2	140	1,1
Pontal do Paraná		0	0
Metrop. De Curitiba	75	9508	3
Paraná	474	29160	3

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares da SUS (SIH/SUS)

Nota: Dados trabalhados pelo IPARDES.

6.1.3 HABITAÇÃO

O Litoral Paranaense tem um número de habitantes/domicílio com média ligeiramente mais alta que a do Paraná e da Mesorregião. Esse dado pode ser indicativo de uma baixa qualidade de vida da população, apontando para altas densidades habitacionais em bolsões de pobreza, fato confirmado na pesquisa qualitativa. Embora não se tenha esta informação quantificada, nas visitas técnicas observou-se que em áreas de habitações irregulares, quer porque estão em pequenas invasões urbanas, quer pela sua precariedade construtiva, há maior concentração de pessoas por domicílios. Ou seja, soma-se à precariedade da moradia e à baixa renda, uma concentração maior de pessoas por habitação, piorando o quadro de qualidade de vida nestas áreas.

O quadro do saneamento, na questão do esgotamento sanitário é preocupante para todo o Litoral, pois se observa na somatória dos sete municípios, a ligação na rede em apenas 45,1 % dos domicílios. Os problemas são agravados nas áreas de ocupação irregular e mesmo nas áreas regularizadas cuja qualidade física das moradias está comprometida¹¹.

TABELA 36 – Domicílios Particulares Permanentes, por Existência de Banheiro ou Sanitário e Tipo de Esgotamento Sanitário.

Região		Tinham banheiro ou sanitário								Sem banheiro ou sanitário
		Total	Tipo de esgotamento sanitário							
			Total	Rede Esgoto ou pluvial	Fossa Séptica	Fossa Comum	Vala	Rio, lago ou mar	Outro	
Paraná	ABS	2.664.276	2.608.207	1.003.340	409.701	1.095.661	50.123	33.318	16.064	56.069
	%	100,00	97,89	37,66	15,38	41,12	1,88	1,25	0,60	2,10
Metropolitana de Curitiba	ABS	864.853	851.139	504.943	201.911	97.820	24.142	17.172	5.151	13.714
	%	100,00	98,41	58,38	23,35	11,31	2,79	1,98	0,60	1,59
Litoral Paranaense	ABS	64.367	62.554	29.030	22.623	6.002	1.535	3.146	218	1.813
	%	100,00	97,18	45,10	35,15	9,32	2,38	4,89	0,34	2,82

Fonte: IBGE - Censo Demográfico –2000 Resultados do universo.

¹¹ Trata-se da qualidade material dos domicílios, expressa na qualidade dos materiais utilizados para sua edificação. Isso não foi objeto de quantificação na pesquisa de campo e nem o Censo Demográfico disponibiliza informações que permitem uma melhor quantificação sobre esses aspectos.

Tais condições de moradia são provocadas principalmente pelas condições econômicas vividas pela população local, com graves problemas de desemprego, baixa renda e restrição ocupacional da região o que os leva a procurarem lugares sem infra-estrutura para morar. A combinação entre falta de renda e uma política de ocupação de solo incapaz de atender aos mais pobres, situações associadas às restrições ambientais da região, essa população invade os manguezais. Portanto, conclui-se que o déficit quantitativo e qualitativo de habitação é um dos mais graves problemas sócio-econômicos e ambientais em todo o Litoral.

TABELA 37 – Domicílios Particulares Permanentes, Déficit e Inadequação Habitacional.

Município	Domicílios, Particulares permanentes	Déficit habitacional		Inadequação habitacional Por infra – estrutura	
		Absoluto	%	Carência	Deficiência
Antonina	5.074	464	9,14	1.540	308
Guaraqueçaba	2.138	152	7,10	1.379	406
Guaratuba	7.331	572	7,81	1.022	597
Matinhos	6.931	445	6,42	781	1.114
Morretes	4.168	332	7,96	1.853	446
Paranaguá	34.541	2.771	8,02	4.993	3.416
Pontal do Paraná	4.207	194	4,62	315	312

Fonte: IBGE – Censo Demográfico –2000, IPARDES.

6.1.4 TRABALHO E RENDA

Com relação à capacidade de gerar emprego e renda, o Litoral Paranaense tem características bastante polarizadas, com o município de Paranaguá num extremo, que sintetiza o a aglomeração de maior densidade e complexidade, com atividades econômicas dependentes da dinâmica econômica mundial (Porto), e, no outro, Guaraqueçaba, quase natureza intocada, bucólica, pequena e inacessível.

Guaraqueçaba é um município de alta complexidade social, onde convivem um pequeno aglomerado urbano, ilhas distantes e de acesso restrito, comunidades rurais tradicionais, bolsões de populações indígenas, caiçaras e moradores rurais espalhados na extensa área territorial do município, situação agudizada pela maior taxa de pobreza da região.

A Tabela 38 mostra, sinteticamente, a situação de ocupação da população em idade ativa (PIA); destas as que trabalhavam ou procuravam trabalho na semana do Censo (PEA) e, mais especificamente, as que estavam realmente ocupadas.

TABELA 38 - População em Idade Economicamente Ativa, Ocupada, Taxas de Atividade e de Desemprego e Distribuição Setorial dos Ocupados.

Município	PIA	PEA	Ocupados	Tx (%) de Atividade	Tx (%) de Desemp.	Distribuição dos Ocupados (%)			
						Agropecuária	Industria	Comércio	Serviços
Antonina	15.279	7.356	5.959	48,1	19,0	12,0	19,7	9,3	55,8
Guaraqueçaba	6.372	3.067	2.833	48,1	7,6	50,5	8,2	7,0	30,2
Guaratuba	21.248	12.176	10.621	57,3	12,8	17,4	22,6	15,7	41,9
Matinhos	19.051	11.598	9.646	60,9	16,8	4,1	23,6	21,3	50,2
Morretes	12.157	6.785	6.178	55,8	8,9	27,8	14,3	14,8	42,5
Paranaguá	100.237	52.762	45.058	52,6	14,6	3,3	18,1	21,4	55,6
Pontal do Paraná	11.390	6.884	5.568	60,4	19,1	8,0	28,0	23,6	39,5

Fonte: IBGE – Censo Demográfico –2000. Nota: Dados trabalhados pelo IPARDES.

A partir da análise dos dados demonstrados algumas conclusões são possíveis:

- O Litoral paranaense é uma região cuja oferta de trabalho se concentra nos serviços, seguidos de quase igual proporção entre o comércio e a indústria e, por último na agropecuária;
- Quanto mais urbano o município, maior a taxa de atividade¹², maior o número de pessoas que trabalham ou procuram trabalho. Isso é facilmente explicado porque, em uma economia urbana, a única possibilidade de sobrevivência é através da inserção em atividade econômica de base monetária. Assim, temos a seguinte ordem dos municípios: Matinhos, Pontal do Paraná, Guaratuba, Morretes, Paranaguá;
- Possuir maior contingente de PEA não significa que esta população consegue estar efetivamente ocupada. Com população predominantemente urbana, a falta de ofertas perenes de trabalho, associada ao baixo grau de complexidade das atividades econômicas explica porque as taxas de desemprego de Pontal do Paraná, Antonina e Matinhos são as maiores da região. Paranaguá, por outro lado, apresenta taxas razoáveis de desemprego porque sofre, como cidade pólo, os efeitos da migração econômica (busca de condições de trabalho) e da sazonalidade das atividades econômicas de serviços e comércio associadas à exportação de grãos;
- Os municípios rurais combinam altas taxas de pobreza, com baixas taxas de desemprego. Isso aponta para o fato de que, sendo parte das atividades da agropecuária local, de subsistência, portanto não completamente integradas à economia monetária, outras formas de rendimentos (em espécie e fruto do próprio trabalho) estão presentes. Assim, é possível relativizar as taxas de pobreza, pois aí devem estar incluídas famílias cuja renda se compõem em parte por renda monetária, parte por renda em espécie. Pela falta de pesquisas in loco para realizar tal quantificação, as taxas de pobreza calculadas sob o pressuposto de renda monetária, apresentam tais resultados.

6.1.5 SEGURANÇA

As informações relativas à segurança pública são as mais difíceis de se obter pelas seguintes razões: como se trata de dados que, enquanto não estejam consistidos, possuem alto grau de confiabilidade, em geral os mesmos só são disponibilizados após um espaço de tempo relativamente largo; quando o são, estão em nível de Estados ou capitais, possuem problemas de sub e sobre enumeração, uma vez que advêm de fontes como registro de ocorrências feitos pelas Polícias Militares, registro feitos pela Polícia Civil que, muitas, os duplicam.

¹² A taxa de atividade refere-se à relação entre os que trabalhavam e procuravam trabalho no total das pessoas de 10 anos e mais e a taxa de desemprego é a diferença percentual entre os que estavam ocupados sobre a PEA.

Dessa forma, consultando as bases de informações disponíveis, de acesso universal, apenas as informações fornecidas pelo DETRAN/PR estão disponíveis na base pública de dados do IPARDES e, ainda assim, sem uma série histórica que nos permita analisar a situação com mais detalhes.

A partir dessas restrições de fontes, verifica-se que com relação aos acidentes de trânsito, o Litoral Paranaense, por ser uma região de pequenas cidades, exceto Paranaguá, apresenta uma situação de baixa ocorrência de acidentes. Mesmo o município de Paranaguá, em que pese possuir em torno de 120 mil habitantes, apresentar tráfego pesado de caminhões por conta do movimento portuário, ainda assim apresenta resultados que indicam uma baixa ocorrência de acidentes, conforme pode ser constatados nas Tabelas 39 e 40.

TABELA 39 - Acidentes de Trânsito por Tipo de Ocorrência, segundo os Municípios do Litoral

Acidentes de trânsito	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná	Total
Com vítima	29	2	34	33	13	577	7	683
Colisão	16	1	13	10	7	295	4	346
Atropelamento	5		20	6	4	45	3	83
Outros	8	1	67	49	2	91	0	218
Sem vítimas	38		141	118	26	431	47	781
Total	67	2	208	167	39	1008	54	1545

FONTES: DETRAN/PR 2003. NOTA: Não inclui acidentes ocorridos nas rodovias federais e estaduais; acidentes sem vítimas; em Curitiba não foram incluídas queixas.

TABELA 40 - Vítimas em Acidentes de Trânsito, por Modalidade de Ocorrência, segundo os Municípios Do Litoral

Acidente	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná	Total
Feridos	32	5	81	55	24	541	9	738
Mortos no local	3	1	3	1	1	10	2	21
Total	35	6	84	56	25	551	11	754

FONTES: DETRAN/PR. NOTA: Não inclui acidentes ocorridos nas rodovias federais e estaduais; acidentes sem vítimas; em Curitiba não foram incluídas queixas.

Os dados municipais informam que nos pequenos municípios esta modalidade de ocorrência policial é mínima ficando, portanto, uma análise incompleta uma vez que as informações sobre as outras formas de delito, número de policiais e outros serviços não estão disponíveis. Faltam, também, pesquisas cuidadosas, conduzidas sob critérios científicos, sobre a percepção da segurança e as representações sociais que a população constrói sobre o tema.

6.2 ESCALA MUNICIPAL

6.2.1 EDUCAÇÃO

Conforme registros do MEC/INEP em 2003, no município de Guaraqueçaba existem 2.128 alunos matriculados nas modalidades de ensino infantil, fundamental e médio, distribuídos em 30 estabelecimentos (Tabela 41). No que diz respeito ao quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação, 101 são professores, que se distribuem em 30 escolas, sendo a grande maioria na área rural e ilhas¹³. De todos os serviços públicos ofertados pela

¹³ Informação obtida em coleta de dados diretamente junto à Secretaria Municipal de Educação – 2005/2006.

Prefeitura Municipal, este é o melhor avaliado pela população, chegando a todas as comunidades. Todavia, o grande número de escolas não representa para a comunidade maior qualidade no ensino ofertado.

TABELA 41 - Alunos Matriculados por Zona e Dependência Administrativa – 2003.

Zona e Dependência administrativa	Níveis De Ensino			
	Infantil	Fundamental	Médio	Total
Urb/ Rural - Federal	-	-	-	
Urb/Rural- Estadual	-	778	183	
Urb/Rural –Municipal	52	1.043	-	
Urbana - Particular	28	44		
TOTAL	80	1865	183	2.128

Fonte: Dados populacionais brutos – IBGE; MEC/INEP

Projetando-se a população por faixa etária para 2003 e comparando-a aos alunos matriculados, neste ano por níveis de ensino, verifica-se que para o ensino fundamental há cobertura total. Tal indicador aponta-nos para as seguintes situações: alta taxa de cobertura do sistema; e percentual significativo de alunos com defasagem idade-série, demonstrando que muitos alunos são reprovados, abandonaram e depois retornaram à escola e/ou ingressaram tardiamente no sistema.

TABELA 42 - Relação Idade e Série para o Município de Guaraqueçaba – 2003

Faixa etária	População em idade escolar
0 a 6 anos	1.360
7 a 10 anos	764
11 a 14 anos	745
15 a 19	909
Total	3.778

Fonte: Dados populacionais brutos – IBGE; MEC/INEP

Se a cobertura para o Ensino fundamental está contemplada, o mesmo não ocorre com os outros níveis. Isso fica evidente quando observamos a relação entre a população de 11 a 19 anos e os alunos do Ensino Médio. Embora muitos nesta faixa etária estão cursando o ensino fundamental, o que explica, em parte uma cobertura maior que o número de pessoas, outra parte está fora da escola devido ao ingresso precoce no mercado de trabalho, a gravidez na adolescência, a falta de oferta de vagas em escolas públicas, a indisponibilidade de horários que permitam que esses jovens possam continuar estudando, e o desinteresse por não perceber o ensino como recurso para melhoria da qualidade de vida.

São nas classes especiais e na educação infantil, que se encontram o menor número de alunos por turma, exigindo do município maior disponibilidade de professores com formação especializada para atendê-los, bem como a infra-estrutura dos estabelecimentos onde funcionam tais modalidades de ensino de equipamentos especiais.

Em síntese, pode-se afirmar que, tanto o estado como o município, cumprem a função de oferta do ensino fundamental. No entanto, falha o estado ao não ofertar ensino médio aos

jovens e falha o município ao não propiciar às crianças de 3 a 6 anos a educação infantil. Esta falta de oferta tem como desdobramento o ingresso de crianças com dificuldades escolares na primeira série do ensino fundamental, o que contribui para que muitas reprovem e até abandonem o sistema.

A tabela a seguir apresenta o número de alunos por série e professores das escolas municipais dos anos de 2005 e 2006.

TABELA 43 - Relação de Escolas e Professores em 2005 e 2006

Escola	Professores	Série	Alunos 2006	2005
Escola Rural Municipal Alice da Silva Sobrinho – Ilha das Peças	Adriana do Rocio G. Martins do Santos	4 ^a	6	28
	Dinair Rodrigues	1 ^a	7	
	Regina das Neves Pereira	3 ^a	8	
	Rosalinda de Oliveira Engel	2 ^a	4	
	Ana Maria Xavier Pereira	Pré	12	
Escola Rural Municipal de Barbado	Rosália Lopes Michaud	Multisseriada – 1 ^a à 4 ^a	19	17
Escola Rural Municipal da Barra De Ararapira	Margarida de Jesus Muniz	Multisseriada – 1 ^a à 4 ^a	10	10
Scola Rural Municipal de Bertoga	Janete Silva Pereira	Multisseriada – 1 ^a à 4 ^a	10	15
Escola Rural Municipal Brasilina Gomes Da Costa – Itaqui	Dirce da Veiga Modesto	1 ^a	9	51
	Vera Lúcia Domingues da Silva	2 ^a	10	
	Paulo Mendes	3 ^a à 4 ^a	18	
	Zelma Nunes Mendes	Pré	9	
Escola Rural Municipal Gabriel Ramos da Silva – Ilha Rasa	Maria Aparecida dos Santos	1 ^a à 2 ^a	20	22
	Oromar Cordeiro Barbosa	3 ^a à 4 ^a	13	
Escola Rural Municipal de Ipanema	Adélia Rodrigues de Araújo Dias	3 ^a	9	22
	Alair Dorigon Gouvêa	1 ^a 2 ^a 4 ^a	9	
Escola Rural Municipal João Luiz da Silva Araújo – Superagüi	Creusa Maria Neves Gomes	1 ^a	35	95
	Lúcia Pinheiro Francisco	2 ^a	18	
	Lucimar Francisco dos Santos	3 ^a	26	
	Marisa da Silva Araújo Ogawa	4 ^a	21	
	Jair da Silva Araújo	pré	15	
	Vilma Gonçalves Neves			
Escola Rural Municipal de Juvenal Xavier – Batuva	Ilton Gonçalves da Silva	3 ^a e 4 ^a	19	43
	Conceição Barreto	1 ^a e 2 ^a	21	
Escola Rural Municipal Mário Ferreira Lopes – Costão	Áurea Ferreira dos Santos	pré	12	56
	Leodete Maria Vidal Cordeiro	1 ^a	12	
	Oseli Costa Silveira	2 ^a	9	
	Otoniel Pedro	3 ^a	8	
	José João Lopes	4 ^a	10	
Escola Rural Municipal de Massarapoã	Dionéia do Rosário Xavier	Multisseriada – 1 ^a à 4 ^a	12	9
Escola Rural Municipal de Medeiros	Lucilene do Rosário Gomes	Multisseriada – 1 ^a à 4 ^a	14	15
Escola Rural Municipal do Morato	Antonio Gonçalves da Silva	3 ^a e 4 ^a	11	17
	Reginaldo Pontes Gonçalves	1 ^a e 2 ^a	28	
Escola Rural Municipal de Potinga	Vanessa Gomes Vidal	1 ^a e 2 ^a	16	26
	Lílian Vidal	3 ^a	9	
Escola Rural Municipal do Rio do Cedro	Elizabeth Pinto Padovani	1 ^a e 2 ^a	14	43
	Elizabeth Pinto Padovani	3 ^a e 4 ^a	15	
Escola Rural Municipal de Serra Negra – Rio Serra Negra	Maria Roseli Correa	1 ^a	16	59
	Iolanda Lola L. dos Santos	2 ^a	16	
	Maristela Rocha L. Loshner	3 ^a	10	
	Maristela Rocha L. Loshner	4 ^a	11	
	Fernanda do Rosário Siqueira			
Escola Rural Municipal Salim do Carmo – Tagaçaba P. da Linha	Lenes Mari Reded Antonio	1 ^a	17	51
	Arzeli Sebold Reded	2 ^a	13	
	Eunice Reded	3 ^a	10	
	Maria Célia de Lima	4 ^a	15	

Escola	Professores	Série	Alunos 2006	2005
Escola Rural Municipal Santa Terezinha – Almeida	Adauto Mendes dos Santos	2ª	11	47
	Diva Pinto de Oliveira	1ª	11	
	Adauto Mendes dos Santos	3ª à 4ª	22	
Escola Rural Municipal de Sibui	Rozária Mendonça Dias	Multisseriada – 1ª a 4ª	17	14
Escola Rural Municipal de Tagaçaba Capivari	Jesiel Moreira Batista	3ª e 4ª	13	28
	Jesiel Moreira Batista	2ª	9	
	Saul Moreira Batista	1ª	10	
Escola Rural Municipal de Tagaçaba De Cima	Edília Rocha Gomes	Multisseriada – 1ª à 4ª	15	12
Escola Rural Municipal de Tromomô	Ivone Calado da Costa	Multisseriada – 1ª a 4ª	11	14
Escola Rural Municipal de Venceslau De Araújo – Tibicanga	Andréia Chagas das Dores Miranda	3ª e 4ª	7	12
	Andrieli Chagas das Dores	1ª e 2ª	12	
Scola Rural Municipal de Utinga	Maria Olinda Pires	Multisseriada 1ª a 4ª	8	10
Escola Rural Municipal de Guapeçum				9
Escola Rural Municipal do Canal Do Varadouro	Geanete Pires	Multisseriada 1ª a 4ª	14	14
Escola Rural Municipal de Vila Fátima		1ª a 4ª	6	10
Escola Rural Municipal de Taguanduva		1ª a 4ª	18	13
Escola Municipal Antonio Barbosa Pinto	Ageu Cunha França		245	236
	Alessandra Moraes da Costa			
	Claudiana Vidal Oelke			
	Elizete Batista Cunha			
	Fátima Aparecida da Silva			
	Isolina Dias Mendonça			
	Jurema Claudete F. Reded			
	Lucilene Vidal Lima			
	Maria Bernardina Lopes Barbosa			
	Neuciane Soares dos Santos			
	Norma Galdino Silveira			
	Roseane Mendes Deud			
	Sydney Leandro de Oliveira França			
	Vera Lúcia Francisco			
Alzira Maria de Oliveira Lopes				
Telma Terezinha Vidal de Oliveira				
Claudete dos Santos Barcelos				
Escola Municipal Padre Mário de Maria - Rio Verde			36	30
Escola Rural Pedra Chata			10	14
Escola Rural Potinga			24	26
Escola Rural Puruquara			-	2

Fonte: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba – Secretaria de Educação

6.2.2 SAÚDE

Com relação à saúde, entre os menores de 10 anos, mais da metade das mortes ocorridas são decorrentes de afecções no período perinatal, diminuindo significativamente depois que as crianças ultrapassam um ano de idade. Como são situações fortemente associadas à pobreza, pode-se inferir que a rede de atendimento de saúde, mesmo abrangendo todo o município, é insuficiente para melhoria da saúde. Isso pode ser observado através dos indicadores de mortalidade infantil que correspondem a 40,82 (CMI) em 2002 (SESA).

A medida em que se avança na idade cronológica, verifica-se uma mudança no perfil dos óbitos: entre os jovens de 15 a 29 anos, a maior causa são as externas, não sendo possível uma política preventiva dentro do aparato institucional da saúde. Entre 30 e 49 anos

prevalecem as causas externas, mas os problemas circulatórios despontam como significativos, chegando a se equiparar às causas externas na faixa de 40 a 49 anos. Dos 50 aos 69 anos os problemas circulatórios, seguidos das neoplasias e dos problemas de origem endócrinos, nutricionais e metabólicos. A mesma tendência se verifica para o grupo etário mais velho, 70 anos e mais, figurando também complicações respiratórias.

O município conta com 11 unidades básicas de saúde e 16 leitos hospitalares, que atendem todo o território do município. Conta com 72 funcionários, sendo 5 médicos, 4 enfermeiros, 1 assistente social, 24 agentes comunitários e 38 administrativos. Nota-se a deficiência do número de médicos para atendimento da população do município, fato que corrobora para a precariedade do atendimento de saúde. Destaca-se que a saúde é o serviço público de maior reclamação por parte da população.

Na Tabela 44, apontamos a estrutura das unidades básicas de saúde no município e a Tabela 45 apresenta o número de médicos, enfermeiros, assistentes sociais e assistentes comunitários de acordo em a atuação no exercício de 2006.

TABELA 44 - Postos de Saúde e Hospital

Hospital	Localização
01	16 Leitos – Baixa/Media Complexidade
Posto de Saúde	Localização
Nucleo Integrado De Saúde	Sede
Ubs – Ilha Rasa	Ilha Rasa
Ubs – Ilha Das Peças	Ilha Das Peças
Ubs- Calil Abalem	Tagaçaba De Cima – Sítio
Ubs- Ivam Belvedere	Serra Negra – Sítio
Ubs- Bom Samaritano	Tagaçaba De Baixo – Sítio
Ubs- Vila Fatima	Ilha De Vila Fatima
Ubs- Lidio Michaud	Ilha Do Superagüi
Ubs- Jose Muniz	Ilha Do Ararapira
Ubs- Americo Pontes	Rio Verde – Sítio
Ubs- Joao Popools	Itaqui – Sítio

Fonte: Secretaria de Saúde de Guaraqueçaba. Obs. todos estes postos dão atendimentos básicos de primeiros socorros.

TABELA 45 - Funcionários da Saúde

Função	Nº	Local
Médicos	3	Sede – Sendo Um Plantonista
	1	Região de Ilheus
	1	Região Rural
Enfermeiro	2	Sede – Sendo um no Hospital
	1	Região De Ilheus
	1	Região Rural
Assistentes Sociais	1	Sede – Lotada no Dep. de Ação Social
Agentes Comunitários	10	Região Rural
	8	Região De Ilheus
	6	Região Urbana

Fonte: Secretaria de Saúde de Guaraqueçaba.

A Tabela 46 apresenta os equipamentos e serviços de saúde prestados à população de Guaraqueçaba, destaca-se, no entanto, que alguns serviços são realizados em parceria com o município de Paranaguá.

TABELA 46 - Serviços de Saúde 2002

Serviços de Saúde	Nº
Internações no ano de 2001	855
Postos de trabalho de nível técnico/auxiliar	24
Leitos	16
Leitos disponíveis ao SUS	16
Postos de trabalho de nível superior	15
Postos de trabalho de auxiliar de enfermagem	15
Estabelecimentos de Saúde total	13
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviços ao SUS	13
Estabelecimentos de Saúde públicos	12
Estabelecimentos de Saúde sem internação	12
Estabelecimentos de Saúde sem internação públicos	12
Postos de trabalho de médicos	8
Postos de trabalho de odontólogos	4
Equipo odontológicos	4
Postos de trabalho de enfermeiros	2
Equipamentos de diagnóstico através de imagem	2
Estabelecimentos de Saúde privados	1
Estabelecimentos de Saúde com internação	1
Estabelecimentos de Saúde com internação privados	1
Equipamentos de infra-estrutura	1
Equipamentos por métodos gráficos	1
Equipamentos para manutenção da vida	1
Eletrocardiógrafos	1
Raio X de 100 a 500mA	1
Grupo de geradores	1

Fonte: IBGE, Assistência Médica Sanitária 2002; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2005

6.2.3 SEGURIDADE SOCIAL

A Secretaria Municipal de Ação Social, órgão que atende as demandas das populações carentes e realiza o acompanhamento desta população, atua principalmente em parceria com programas do governo federal. Dentre os programas e projetos desenvolvidos a Tabela 47 apresenta os de maior destaque no município.

A Secretaria Municipal não possui um cadastro sistematizado das demandas do município, há falta de estrutura física e de funcionários para o atendimento público. Dessa forma comprometendo a realização dos programas (federais e estaduais) que exigem contrapartida do município. Verifica-se também a dificuldade de planejamento e definição as atribuições da secretaria, bem como a desarticulação entre as ações das demais secretarias, o que diminui a efetividade das políticas públicas e amplia os esforços municipais.

TABELA 47 - Programas e Projetos da Secretaria Municipal de Ação Social

Projeto/ Atividade	Descrição	Período
PSB - Atividade	Centro-dia Atendimento de 0 ^a a 6 anos. Recursos humanos, material de consumo e equipamentos.	2006 a 2009
PSB - Atividade	Atendimento de 7 a 17 anos. Atividade recreativas, esportivas, lúdicas e culturais. Recursos humanos, material de consumo e equipamentos.	2006 a 2009
PSB - Projeto	Atividade relacionada ao trabalho e a geração de renda, famílias. Recursos humanos, material de consumo e equipamentos.	2006 a 2009
PSB - Projeto	Centro de referência de Assistência Social - Cras famílias. Recursos humanos, material de consumo e equipamentos.	2006 a 2009
PSB - Projeto	Construção do CRAS	2006 a 2009
PSB - Projeto	Benefícios eventuais, auxílios emergenciais funeral, alimentos, passagens. Recursos humanos, materiais de consumo e equipamentos.	2006 a 2009
PSB - Atividade	Centro de Convivência idosos. Recursos humanos, materiais de consumo e equipamentos.	2006 a 2009
PSB - Atividade	Benefício de Prestação continuada idosos e deficientes. Recursos humanos, materiais de consumo e equipamentos.	2006 a 2009
PSB - Atividade	Atendimento Psico-social. Criança e Adolescente. Recursos humanos, materiais de consumo e equipamentos.	2006 a 2009
PSB - Atividade	Projetos e Programas de enfrentamento da fome. Famílias. Criação do Banco de Alimentos. Recursos humanos, materiais de consumo e equipamentos.	2006 a 2009
PSB- Projeto	Atendimento especializado à pessoa com deficiência, criança e adolescente. Recursos humanos, materiais de consumo e equipamentos.	2006 a 2009
PSB - Atividade	Programa de Erradicação do Trabalho infantil Bolsa. Recursos humanos, materiais de consumo e equipamentos.	2006 a 2009
PSB - Atividade	Construção da Casa de Acolhida. Recursos humanos, materiais de consumo e equipamentos.	2006 a 2009
PSB - Projeto	Atendimento domiciliar famílias. Recursos humanos, materiais de consumo e equipamentos.	2006 a 2009
PSB - Atividade	Atendimento reabilitação na comunidade- criança e adolescente e idosos. Recursos humanos, materiais de consumo e equipamentos.	2006 a 2009
PSB - Projeto	Programa Agente Jovem cidadão- adolescente de 15 a 17 anos. Recursos humanos, materiais de consumo e equipamentos.	2006 a 2009
Aprimoramento de Gestão	Capacitação órgão gestor, usuários e conselhos. Recursos humanos, materiais de consumo e RH.	2006 a 2009
Aprimoramento de Gestão	Apoio às instancias do sistema Descentralizado e Participativo Associações e Afins. Recursos humanos, materiais de consumo e RH.	2006 a 2009
Criança e Adolescente	Subversões sociais, doações fiscais e materiais de consumo e equipamentos.	2006 a 2009
Assist.Social	Subversões sociais, doações fiscais e materiais de consumo e equipamentos.	2006 a 2009
Assist. social, trabalho e renda.	Vencimentos e vantagens, civil, obrigações, patrimoniais, despesas variáveis, diárias pessoa civil, materiais de consumo, serviços de terceiros, equipamentos.	2006 a 2009

Fonte: Secretaria Municipal de Ação Social

6.2.4 SEGURANÇA

O município de Guaraqueçaba conta com um destacamento policial localizado na sede que atua com uma equipe de 12 policiais, os quais atendem chamados da linha 190 e realizam patrulhas nas áreas de maior concentração da população, nas vilas da Ilhas e no continente, e esporadicamente nos locais de festas e mais afastados.

O destacamento policial, localizado no final da avenida Marechal Carolina de Lisboa, está equipado com computadores, uma viatura da Polícia Civil, uma Viatura do Tipo Jipe e um Barco com motor de 25 HP. Os equipamentos, em sua maioria com mais de 7 anos de uso, carecem de reparos e manutenções constantes. Há a necessidade da aquisição de uma viatura e um novo motor para o barco, e da construção de uma Delegacia.

Dentre as atividades do Destacamento Policial estão programas como a Polícia Comunitária que procuram envolver os policiais na comunidade: Projeto PROED: um policial participa diretamente nas escolas de ensino fundamental do município dando aulas e orientando sobre o combate ao uso de drogas; Conselho Comunitário de Segurança: que

permitirá a participação da comunidade diretamente nas questões relacionadas à segurança, promovendo a interação entre o poder de polícia e a sociedade.

Dentre as principais ocorrências registradas entre o período de 2002 / 2005 destaca-se o patrulhamento, que representa 25% das atividades policiais, seguido pela assistência e encaminhamento de enfermos. A Tabela 48 evidencia o baixo registro de ocorrências de violência extrema (homicídios, porte de armas, lesão corporal, furto e roubo) e focaliza as atividades do policiamento na complementação da prestação de serviços municipais como o atendimento à saúde. As ocorrências, aqui apresentadas, concentram-se 90% na sede e os 10% restante nas demais localidades do município.

TABELA 48 - Principais Ocorrências Registradas Durante os Anos de 2002 / 2005.

Ocorrência		Total de Ocorrência por Natureza e % do Total.
1º	Policiamento em Festa/Presença/ Abordagens de pessoas	308 = 25%
2º	Solicitação de Assistência/ Encaminhamento de enfermos/feridos	204 = 16,55%
3º	Ameaça	105 = 8,52%
4º	Perturbação do Sossego	100 = 8,11%
5º	Vias de Fato	61 = 4,95%
6º	Apoio a Outros Orgãos	53 = 4,30%
7º	Furto	53 = 4,30%
8º	Fato não Constatado	49 = 3,97%
9º	Lesão Corporal	41 = 3,32%
10º	Dano	40 = 3,26%
11º	Embriagues	30 = 2,43%
12º	Trânsito	24 = 1,94%
13º	Violação de Domicilio	19 = 1,54%
14º	Homicídio	09 = 0,7%
15º	Provocar Incêndio	09 = 0,73%
16º	Porte de Arma	08 = 0,64%
Demais Ocorrências Estão Abaixo de 0,5% sendo que somadas atingem		34,74%

Fonte: Batalhão de Polícia de Guaraqueçaba 2006

Com relação às reivindicações da comunidade nesta questão, estabelece-se como prioritário o maior número de patrulhamento e a maior presença do policial nas comunidades, tanto no continente com a construção de um posto em Tagaçaba, quanto nas ilhas de Superaqüi e Peças, especialmente durante a temporada de verão para o controle do turismo.

6.2.5 ESPORTE E LAZER

O município de Guaraqueçaba possui poucos equipamentos públicos destinados ao esporte e lazer da população. Na sede urbana do município encontra-se o Ginásio de Esportes, o Estádio Municipal, e duas praças. A praça William Michaud é aberta e não possui equipamentos de lazer. A praça do ginásio possui quadra de areia e parque infantil, além de uma antiga fonte. Na área rural é possível encontrar campos de futebol, porém em condições precárias.

A Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Recreação, Esporte e Lazer atua pontualmente promovendo campeonatos e atividades, entretanto, não dispõe de recursos para novos investimentos. Está prevista a construção de uma pista de skate no Morro do Franco, próximo a escola municipal.

MAPA 24 Urbano – Equipamentos Públicos

MAPA 25 Municipal – Equipamentos Públicos de Saúde e Educação e transporte escolar

6.2.6 HABITAÇÃO

Para tratar do tema de habitação em Guaraqueçaba, torna-se necessário indicar as fontes nas quais foram obtidas as informações. Utilizaremos, num primeiro momento os dados do Censo Demográfico 2000, disponíveis por município. Em seguida as informações foram colhidas em visitas de campo e em fontes diversas.

Guaraqueçaba destaca-se no contexto geral do Estado em função de seus aspectos ambientais, entre os municípios do litoral, Guaraqueçaba detém a menor taxa de urbanização, abrigando na área urbana abriga 913 domicílios e na área rural possui 3.275, o indicando a predominância de 70% de domicílios na área rural.

No que diz respeito à distribuição da população residente por situação de domicílio (U/R) e sexo, o município de Guaraqueçaba apresenta, proporcionalmente, uma maior concentração de mulheres que homens na zona urbana, fato explicável pela facilidade que as mulheres têm de inserir-se no mercado de trabalho de baixa qualificação (empregos domésticos, por exemplo). Todavia, tendencialmente, há mais mulheres nas faixas etárias mais altas, acima de 60 anos, idade em que muitas vezes estão viúvas e residindo com familiares na cidade.

No que diz respeito à distribuição dos domicílios, a população de Guaraqueçaba reside predominantemente em domicílios particulares permanentes do tipo casa. O volume de pessoas que residem em cômodos, domicílios improvisados ou então em domicílios coletivos percentualmente não tem valor representativo¹⁴ (Tabela 49).

TABELA 49 - - Informações sobre População e Domicílios - Guaraqueçaba – 2000

População	Absoluta	Percentual
População total	8.288	100,0
População residente em domicílios particulares - PRDP	8.263	99,6
PRDP Permanentes	8.253	99,2
PRDPP – Casa	8.248	99,2
PRDPP – Apartamento	0	0
PRDPP – Cômodos	5	-
PRD Improvisado	10	-
Unidade de habitação em domicílio coletivo	25	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico –2000 Resultados do universo.

Outro indicador importante para se avaliar a qualidade das habitações, é o número médio de habitantes por domicílio. Conforme Tabela 50, verifica-se que Guaraqueçaba apresenta uma média ligeiramente mais alta que a do Paraná, da Mesorregião e a do Litoral. Este dado pode ser indicativo de uma baixa qualidade de vida da população, apontando para altas densidades habitacionais em bolsões de pobreza, situação confirmada na pesquisa qualitativa. Embora não tenhamos estas informações quantificadas, nas visitas técnica observou-se que em áreas de habitações irregulares há maior concentração de pessoas por

¹⁴ Cabe lembrar que se trabalha, aqui, com a população residente e não a população presente. Portanto, trata-se dos moradores permanentes e não os casos de ocupantes de moradias de veraneio, por exemplo.

domicílio. Ou seja, somada à precariedade da moradia e à baixa renda, há uma concentração maior de pessoas por habitação, o que piora o quadro de qualidade de vida nestas áreas.

TABELA 50 - Média de Moradores por Domicílio Particular Permanente – 2000

Região	Média de moradores por domicílios		
	Total	Urbana	Rural
Paraná	3,56	3,50	3,81
Metropolitana de Curitiba	3,50	3,48	3,76
Litoral Paranaense	3,63	3,62	3,73
Guaraqueçaba total	3,87	3,92	3,85

Fonte: IBGE - Censo Demográfico –2000 Resultados do universo.

Mais que a estrutura física dos domicílios, os indicadores mais importantes no que tange as condições de habitabilidade, são as formas de abastecimento de água e o sistema de esgotamento sanitário. A disponibilidade ou não das redes e a ligação do domicílio a elas, bem como a existência das ligações no interior dos domicílios, apontam para a combinação entre ações concretas do Estado no tocante a política eficiente de Saneamento básico, com o nível de renda dos moradores. Em outras palavras, por mais necessário que seja ter fornecer o serviço universal de rede geral de água e esgoto a todos os habitantes, será o nível de rendimentos dos moradores que garantirá sua efetiva instalação no interior do domicílio, com a extensão da rede para a cozinha e o banheiro. A necessidade da existência da rede geral, combinada com a possibilidade de sua ligação torna-se o principal indicador de habitabilidade, principalmente por se tratar de um município litorâneo, com baixa capacidade de escoamento natural de dejetos, alta concentração populacional em determinadas regiões e existência de mangues, em que a presença de esgotos não tratados implica na alta possibilidade de contaminação dos moradores com doenças.

É possível avaliar como positiva a oferta de serviços de rede geral de água tratada para o município de Guaraqueçaba, cuja oferta para 2000 já cobria 70,74% dos domicílios particulares permanentes, percentual ligeiramente mais alto que o observado para o Litoral Paranaense (84,72%) e o do Paraná (83,62%), mas inferior ao da Mesoregião, o qual ultrapassa 90%.

As áreas rurais (vilas e ilhas), onde se concentram mais de 70% da população e residem a população de mais baixa renda, apresentam o maior déficit no fornecimento de água tratada. Como se sabe, a qualidade da água interfere diretamente na saúde, ainda mais numa área com baixa salubridade, temperatura quente e úmida. O não acesso à água tratada é a porta de entrada para doenças, principalmente aquelas que afligem as crianças no primeiro ano de vida.

A situação se complica quando se observa o esgotamento sanitário. A maioria dos domicílios da cidade de Guaraqueçaba apresenta banheiro ou sanitário. No entanto, os percentuais apontam uma situação de 90,50% da população municipal que não tem sistema de esgoto sanitário. A situação se agrava considerando-se as características de permeabilidade

do solo e profundidade do lençol freático, e o fato de 2019 domicílios (IBGE 2000) utilizarem-se de fossa comum, vala ou do mar e rios como local de disposição final do escoamento sanitário.

Guaraqueçaba é um município com grandes ocupações nas áreas de proteção permanente, rios e manguezais que banham a cidade, e com saneamento básico ineficiente, com coleta de esgoto disponível somente para o centro da cidade e bairros próximos, prejudicado pela falta de conscientização da população que corta os canos da rede, e da ação da natureza. Ilhas e área rural, que são distantes não dispõem desse serviço, os dejetos domésticos, mesmo quando coletados pela rede, são lançados nos córregos, rios e no mar, sem receber tratamento.

TABELA 51 - Domicílios Particulares Permanentes, por Existência de Banheiro ou Sanitário e Tipo de Esgotamento Sanitário

Região		Tinham banheiro ou sanitário								Não tinham banheiro nem sanitário
		Total	Tipo de esgotamento sanitário							
			Total	Rede geral Esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa Comum	Vala	Rio, lago ou mar	outro escoadouro	
Paraná	Nº	2.664.276	2.608.207	1.003.340	409.701	1.095.661	50.123	33.318	16.064	56.069
	%	100,00	97,89	37,66	15,38	41,12	1,88	1,25	0,60	2,10
Metropolitana de Curitiba	Nº	864.853	851.139	504.943	201.911	97.820	24.142	17.172	5.151	13.714
	%	100,00	98,41	58,38	23,35	11,31	2,79	1,98	0,60	1,59
Litoral Paranaense	Nº	64.367	62.554	29.030	22.623	6.002	1.535	3.146	218	1.813
	%	100,00	97,18	45,10	35,15	9,32	2,38	4,89	0,34	2,82
Guaraqueçaba	Nº	2.134	1.770	115	558	795	78	187	10	364
	%	100,00	82,94	3,63	31,52	44,91	4,40	10,56	0,56	2,05

Fonte: IBGE - Censo Demográfico –2000 Resultados do universo.

Tais condições de moradia são provocadas principalmente pela situação econômica vivida pela população local, que enfrenta graves problemas de desemprego e baixa renda, e restrição ocupacional da região, levando-os a procurar áreas sem infra-estrutura.

6.2.7 RENDA

As principais variáveis que compõem este item são: População de 10 anos e mais de idade, denominada como População em Idade Ativa (PIA); destas, o percentual das que estão trabalhando ou procurando trabalho compõem a População Economicamente Ativa (PEA) e, por último, das que estão economicamente ativas tem-se as que estavam efetivamente ocupadas no momento da pesquisa.

Conforme Tabela 52, a distribuição da população ocupada, PEA e PIA segue a mesma tendência, por sexo, no Paraná, na Mesorregião, no Litoral e na cidade de Guaraqueçaba. No entanto, observando-se mais detalhadamente, verifica-se que embora haja mais homens que mulheres em idade ativa, entre os economicamente ativos e os ocupados esta posição se inverte. Mesmo havendo menos mulheres em idade de trabalhar, estas são maioria entre a população efetivamente ocupada.

TABELA 52 - Pessoas de 10 Anos e Mais de Idade, Total, Economicamente Ativas e Ocupadas na Semana de Referência, por Sexo – 2.000 – Números Absolutos

Local		Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo			Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, por sexo			Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	Nº	7 753 440	3 813 123	3 940 317	4 651 832	2 806 546	1 845 286	4 055 739	2 522 870	1 532 869
	%	100,00	49.18	51.82	100,00	60.33	39.67	100,00	62.20	37.80
Metropolitana de Curitiba	Nº	2 480 048	1 206 798	1 273 249	1 508 843	877 066	631 778	1 286 981	770 865	516 117
	%	100,00	48,66	51,34	100,00	58.14	41.86	100,00	59.80	40.10
Litoral Paranaense	Nº	185 734	93 241	92 493	100 625	63 668	36 957	85 864	55 821	30 042
	%	100,00	50.20	49.80	100,00	59.92	40.08	100,00	65.01	34.99
Guaraqueçaba	Nº	6.372	3.428	2.944	3.067	2.345	723	2.833	2.241	593
	%	100,00	53,79	46,20	100,00	76,45	23,57	100,00	79,10	20,93

Fonte: IBGE – Censo Demográfico –2000 Resultados do universo

Tomando-se a população ocupada como variável central, podemos analisá-la pelo número de horas semanais trabalhadas. De acordo com a tabela 53, mais de 38% dos ocupados trabalham mais que o número máximo de horas legais e, destes 26,47% trabalham mais de 49 horas semanais. Isso indica que, entre os trabalhadores com carteira assinada, o cumprimento de um volume considerável de horas-extras e entre os sem carteira assinada, uma das possibilidades de informalidade, uma longa jornada de trabalho para obtenção de baixos rendimentos. Esta jornada de trabalho extensa está associada à baixa remuneração, fechando-se o círculo vicioso da pobreza: baixa remuneração → alta jornada → desqualificação → baixa remuneração.

TABELA 53 - Pessoas de 10 Anos e Mais De Idade, Ocupadas na Semana de Referência, por Grupos de Horas Habitualmente Trabalhadas por semana em todos os trabalhos - 2.000 – Absolutos e Percentuais

Local		Total	Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos					
			Até 14 horas	15 a 29 horas	30 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais
Paraná	Nº	4 055 739	109 824	331 637	349 099	1 487 877	668 933	1 108 369
	%	100,00	2.71	8.18	8.61	36.68	16.49	27.33
Metropolitana de Curitiba	Nº	1 286 981	31 713	94 719	124 231	506 196	209 112	321 011
	%	100,00	2.46	7.36	9.65	39.33	16.25	24.24
Litoral Paranaense	Nº	85 864	3 262	7 331	9 488	24 171	16 803	24 808
	%	100,00	3.80	8.54	11.06	28.15	19.57	28.89
Guaraqueçaba	Nº	2.833	88	389	412	834	346	765
	%	100,00	3,10	13,73	14,54	29,43	12,21	26,47

Fonte: IBGE – Censo Demográfico –2000 Resultados do universo.

Com relação aos rendimentos familiares a partir da Tabela 54 verifica-se que é alto o número de domicílios com renda de até dois salários-mínimos, tanto para o Estado (41,81%), o Litoral Paranaense (36,41%) e Guaraqueçaba (70,52%). Em números absolutos, em Guaraqueçaba dos pouco mais de 2.134 domicílios, 1.505 tem seus responsáveis ou sem rendimento ou recebendo até dois salários-mínimos mensais. Se tal dado, por si só já revela o volume de domicílios e população que devem ser objeto das políticas de assistência social, de emprego e de geração de renda, vale observar que mais de 1.214 domicílios têm seus responsáveis situados nas categorias dos sem rendimentos ou com rendimentos de menos de um salário-mínimo.

TABELA 54 - Domicílios Particulares Permanentes, por Classes de Rendimento Nominal Mensal de até 2 Salários-Mínimos da Pessoa Responsável pelo Domicílio

Local	TOTAL	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1	Mais de 1 a 1 1/4	Mais de 1 1/4 a 1 1/2	Mais de 1 1/2 a 2	Sem rendimento (3)
Paraná	1 286 040	7 511	33 697	57 031	422 856	52 340	148 009	392 896	171 700
Metrop. Curitiba	301 458	1 020	3 804	7 788	77 568	9 471	32 079	106 157	63 571
Litoral	22 980	146	539	938	7 595	916	3 106	8 352	4 494
Guaraqueçaba	1,695	74	145	166	643	23	156	298	186

Fonte: IBGE – Censo Demográfico –2000 Resultados do universo.

Como o Litoral tem uma estrutura econômica heterogênea - cidades de veraneio, porto, cidade de porte médio e municípios rurais ao lado de outros de alta urbanização - as taxas de dependência revelam situações díspares. De um lado a pobreza decorrente de atividades econômicas altamente concentradas, como as existentes em Paranaguá com atividades portuárias e indústrias de grande porte. Por outro lado, um contingente populacional muito pouco integrado a essas atividades modernas, vivendo das “sobras” da atividade econômica principal, ou totalmente excluído delas, mantendo formas de sobrevivência tradicionais como a pesca artesanal em suas diferentes modalidades, como é o caso de Guaraqueçaba.

A proximidade e o acesso por Paranaguá, cria para Guaraqueçaba uma dependência direta em relação à economia e aos serviços públicos, bem como uma dinâmica de migração de Guaraqueçaba do município em direção à Paranaguá em busca de trabalho.

Outra questão importante é o grau de formalidade no trabalho, que, à falta de informações mais precisas, pode-se deduzir das informações contidas na Tabela 55, que diz respeito à existência ou não de carteira de trabalho assinada pelo empregador ou, a estabilidade, no caso dos servidores públicos estatutários.

TABELA 55 - Pessoas de 10 Anos e Mais de Idade, Empregadas no Trabalho Principal da Semana de Referência, por Subgrupo e Categoria do Emprego no Trabalho Principal – 2.000 – Absolutos e Percentuais

Local	Total	Subgrupo do emprego no trabalho principal							
		Trabalhadores domésticos				Demais empregados			
		Total	Categoria do emprego no trabalho principal			Total	Categoria do emprego no trabalho principal		
Total	Nº	2 694 963	302 840	77 731	225 109	2 392 124	1 565 868	134 619	691 637
	%	100,00	11.24	2.88	8.35	88.76	58.10	5.00	25.66
Metropolitana de Curitiba	Nº	919 029	90 845	30 861	59 984	828 184	601 401	51 340	175 443
	%	100,00	9.88	3.36	6.53	90.12	65.44	5.59	19.09
Litoral Paranaense	Nº	57 903	6 737	1 559	5 178	51 167	33 220	2 652	15 295
	%	100,00	11.63	2.69	8.94	88.37	57.37	4.58	26.41
Guaraqueçaba.	Nº	1 184	104	22	82	1 080	598	63	419
	%	100,00	8,78	0,18	6,92	91,21	55,37	5,83	38,79

Fonte: IBGE – Censo Demográfico –2000 Resultados do universo.

Dos empregados não domésticos do Paraná, 1 em cada 4 não tem registro em carteira e, em Guaraqueçaba, em que pese ser uma economia predominantemente rural, este percentual chega a pouco mais 6,92%. Some-se a estes os trabalhadores domésticos sem carteira, que reconhecidamente têm o vínculo mais precário e os números são alarmantes:

34,01% para o Paraná; 25,62% para a mesorregião; 35,35% para o Litoral e 45,71% para Guaraqueçaba.

Na escala salarial em Guaraqueçaba, os estatutários têm uma remuneração mediana de R\$ 900,00, o que significa quase quatro vezes mais que o dos outros assalariados formais e quase cinco vezes a dos empregados sem carteira assinada e semelhante ao rendimento dos empregadores, notadamente com os maiores salários. (Tabela 56).

TABELA 56 - Valor do Rendimento Nominal Mediano Mensal do Trabalho Principal das Pessoas de 10 anos e mais de idade por posição na Ocupação e Categoria do Emprego - 2000

Local	Total	Posição na ocupação no trabalho principal					
		Empregados				Emprega- dores	Conta própria
		Total	Categoria do emprego no trabalho principal				
			carteira de trabalho	Func. públicos estatutários	Outros sem carteira		
Total	300,00	300,00	350,00	649,00	180,00	1 500,00	302,00
Metropolitana de Curitiba	400,00	400,00	410,00	800,00	250,00	2 000,00	480,00
Litoral Paranaense	302,00	300,00	370,00	650,00	210,00	1 500,00	300,00
Guaraqueçaba.	160,00	230,00	272,00	900,00	151,00	1 000,00	150,00

Fonte: IBGE – Censo Demográfico –2000 Resultados do universo.

6.3 LEITURA COMUNITÁRIA

6.3.1 PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO

De acordo com as determinações do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor Municipal deve contemplar em sua elaboração, a Gestão Democrática da Cidade, com a participação da população em todas as etapas do projeto, na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos. Ainda, segundo o Estatuto da Cidade, essa participação deve ocorrer em todas as decisões de interesse público, garantindo a gestão democrática.

Seguindo essas diretrizes, o Plano Diretor de Guaraqueçaba foi desenvolvido a partir de uma **metodologia participativa** apoiada na realização de quatro Audiências Públicas, duas Oficinas de Capacitação, cinco reuniões de leitura e propostas comunitárias. Ainda foram realizadas reuniões com as secretarias municipais para a Leitura Técnica, reuniões de Formulação Pactuada de Proposta com os representantes da Comissão de Acompanhamento do Plano e/ou Núcleo do Plano Diretor e reuniões com órgãos estaduais e federais.

As **audiências públicas** tiveram por objetivo a mobilização da comunidade, a publicidade do PDM, a participação direta da comunidade no reconhecimento da realidade municipal, a consolidação das diretrizes e propostas, e o acompanhamento do processo de discussão e aprovação pela Câmara Municipal. Foram realizadas audiências públicas na fase de mobilização, na fase de leitura técnica e comunitária, na fase de diretrizes e propostas e na fase de instrumentos do Estatuto da Cidade e legislação. Todas as Audiências Públicas foram divulgadas com no mínimo 15 dias de antecedência, pela mídia local e por meio de cartazes, convites, carros de som e faixas. Os registros das Audiências Públicas - atas, listas de presença, gravação de áudio, fotografias e material de divulgação - encontram-se com a Prefeitura Municipal e fazem parte do Plano Diretor de Guaraqueçaba.

As **reuniões técnicas** realizadas ao longo de todas as etapas do PDM tiveram por objetivo a fiscalização, a discussão, o aprimoramento e o acompanhamento do PDM pelos agentes públicos, especialmente aqueles que compõem o Núcleo de Acompanhamento do Plano Diretor - NPD, buscando ainda o início de um processo de interação destes agentes que conduzirão a política urbana municipal.

As **reuniões regionalizadas** foram realizadas com a comunidade e/ou a CAP e objetivavam a participação direta da comunidade na construção do PDM, agregando demandas e propostas locais. Foram realizadas na fase de leitura técnica e comunitária e na fase de diretrizes e propostas, antecedendo as audiências públicas, sendo organizadas em três grupos principais: área urbana, área rural e insular.

O enfoque metodológico das reuniões regionalizadas voltou-se à “construção de consenso”, um método de tomada de decisões que não é limitado à votação a partir do direcionamento de um orientador, mas é um processo que exige que os participantes enxerguem os outros como iguais, mesmo discordando de suas idéias. Nesta metodologia os participantes ouviram as demandas alheias, e desta forma, estimulados a superar a propensão de defender apenas os seus interesses individuais e expor suas demandas particulares, em prejuízo da construção comum de um pacto para melhorar as condições de todos.

O quadro a seguir detalha as datas, horários e locais das reuniões comunitárias.

Quadro 1 - Agenda das Reuniões Regionalizadas

Etapa	Data	Horário	Local	Sede / Ilha / Rural
Audiência Pública	26/01/06	13:30	PUC	Sede
Capacitação	08/02/06	18:30	PUC	Sede
Capacitação	08/02/06	18:30	Restaurante local	Tagaçaba
Leitura Comunitária e Proposições	14/03/06	19:00	Clube da cidade	Transferida para dia 18/03/06
Leitura Comunitária e Proposições	15/03/06	18:30	Igreja	Tagaçaba
Leitura Comunitária e Proposições	16/03/06	16:00	Associação de Moradores	Ilha Rasa
Leitura Comunitária e Proposições	17/03/06	16:00	Restaurante local	Ilha de Superaquí
Leitura Comunitária e Proposições	18/03/06	19:00	PUC	Sede
Formulação Pactuada de Propostas	08/04/06	14:00	PUC	Sede
Audiência Pública	06/05/06	14:00	Ginásio de Esportes	Sede
Formulação Pactuada de Propostas	29/05/06	-	Prefeitura Municipal	Sede
Formulação Pactuada de Propostas	30/05/06	-	Prefeitura Municipal	Sede
Formulação Pactuada de Propostas	31/05/06	-	Prefeitura Municipal	Sede
Audiência Pública	07/07/06	14:00	PUC	Sede
Audiência Pública	18/08/06	14:00	Câmara dos Vereadores	Sede

6.3.2 SÍNTESE DA LEITURA COMUNITÁRIA

Neste item abordaremos a síntese da leitura comunitária apresentada e aprovada na terceira e última etapa das reuniões regionalizadas. Esta síntese é resultado da identificação das demandas e das propostas expostas pela comunidade durante os dois momentos anteriores: (1) reunião regionalizada de capacitação e demandas, e (2) reunião regionalizada de demandas e propostas.

As duas primeiras fases das reuniões regionalizadas foram realizadas a partir de três grupos de discussão: sede, área rural e ilhas. Cada grupo apresentou demandas e propostas segundo sua realidade, configurando a leitura comunitária por setor. Esta leitura foi

apresentada na terceira fase das reuniões regionalizadas com a presença dos representantes dos três setores (sede, rural e ilhas) e principalmente da Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor, promovendo-se assim a integração das demandas e propostas. Da terceira reunião foram eleitas as prioridades do Plano Diretor de acordo com a comunidade e estabelecidos os atores envolvidos no detalhamento e implantação das propostas.

O quadro 2 a seguir apresenta a síntese das demandas por setor (sede, rural e ilhas), levantadas durante as duas fases das reuniões regionalizadas. Na seqüência, o quadro 3 expõe a síntese propostas das comunidades apresentadas durante a segunda fase das reuniões regionalizadas.

Quadro 2 Reuniões Regionalizadas – Quadro Geral de Problemas

SEDE	RURAL	ILHAS
Dificuldades de Acesso.	Condições ruins da estrada estadual e das municipais.	Falta de transporte.
Educação falta escola municipal.	Falta de regras claras quanto ao uso do solo.	Falta Trapiche.
Falta atividade de geração de renda.	Deficiências dos serviços de saúde, educação e segurança.	Não há coleta de lixo e saneamento básico.
Saúde serviços precários, emergências, odontológico especialidades (ginecologia, pediatria).	Problemas de comunicação, Prefeitura, Correio e Telefonia.	Deficiência dos serviços de Saúde e Educação.
Comarca Cartório.	Falta de organização entre as comunidades.	Problemas de comunicação.
Lixo: Coleta seletiva e atividade educacional.	Falta de saneamento Básico.	Falta de organização dos pescadores.
Uso do solo & Leis Ambientais.	Coleta de lixo.	Falta de suporte técnico.
Saneamento básico.	Falta atividade de geração de renda.	Falta atividade de geração de renda.

Quadro 3 Reuniões Regionalizadas – Quadro Geral de Propostas

SEDE	RURAL	ILHAS
Pavimentar estrada.	Parcerias entre PMC e Org Ambientais para desenvolver a pequena produção local.	Coleta Seletiva do lixo, construção do barracão, e cooperativa de pescadores.
A construção de uma escola municipal.	Elaboração de propostas para obter recursos para a pavimentação da estrada estadual.	Jornal e radio para o município.
Contratação de profissionais de saúde.	Sub-sede da PMC em Tagaçaba.	Fortalecimento do Conselho da APA.
Capacitação profissional ampla.	Modulo policial em Tagaçaba. Melhorar a capacitação para operar o sistema da Sanepar.	Integração PMC, IBAMA, IAP definindo as competências.
Atividades de estímulo ao turismo.	Ampliação do corpo de médicos em Tagaçaba e equipe para fazer visitas nos domicílios.	Definição do uso do solo.
Criação de sede para protocolo em Guaraqueçaba.	Centralização do Ensino em comunidades mais populosas para melhorar a integração das crianças e eliminar o ensino multisseriado.	Construção de trapiches Linhas de transportes regular de acesso às ilhas.
Aterro Sanitário	Melhoria no transporte escolar.	Melhorar as condições básicas de vida: com água, luz que falta em algumas ilhas e sistema de esgoto (ou fossa séptica).
Criar e estimular projetos na área de pesca.	Sistema de coleta seletiva e armazenamento do lixo.	Criar e estimular projetos na área de pesca.
Inclusão do ensino de educação ambiental no currículo permanente de educação do município e das escolas estaduais que existem no município.	Inclusão do ensino de educação ambiental no currículo permanente de educação do município e das escolas estaduais que existem no município.	Inclusão do ensino de educação ambiental no currículo permanente de educação do município e das escolas estaduais que existem no município.

O quadro 4 apresenta as ações prioritárias estabelecidas pelas comunidades das ilhas, área rural e sede na terceira fase das reuniões regionalizadas.

Quadro 4 Reuniões Regionalizadas – Quadro Geral de Prioridades

Prioridades
1. Pavimentação e melhorias das estradas e do transporte marítimo.
2. Política de desenvolvimento econômico (agricultura, turismo e pesca) com a integração entre PMC, IBAMA, IAP e COLIT.
3. Serviços Saúde e Educação:
4. Construção de escola municipal capacitação profissional melhoria no serviço básico de saúde.
5. Gestão do uso do solo municipal – Plano de Manejo.
6. Saneamento Ambiental.
7. Política de Cultura esporte lazer.
8. Desenvolvimentos de atividades voltadas para o turismo.
9. Regularização das propriedades de imóveis (cartório).
10. Criação do conselho do Plano Diretor integrando ações no município.

6.4 SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA

Apresenta-se a seguir a matriz síntese de análise temática dos aspectos sociais de Guaraqueçaba em âmbito regional e municipal (continental, insular e urbano).

MATRIZ 5 Análise - Social

7 ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES

7.1 ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

Neste item serão abordadas a infra-estrutura de transporte rodoviário, ferroviário, portuário e aeroportuário do Litoral paranaense, procurando relacionar os municípios litorâneos, estes com a RMC e os estados adjacentes. As informações ora apresentadas baseiam-se na publicação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, em 2004, intitulada Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Metropolitana de Curitiba.

7.1.1 RODOVIÁRIO

Considerando a mesorregião composta pela RMC e Litoral destacam-se as rodovias: BR-116, BR-277, BR-376 e BR-476.

A BR-116, que corta o País longitudinalmente na direção norte-sul, de Fortaleza (CE) a Jaguarão (RS), e integra o Corredor Mercosul. Suas condições de tráfego são classificadas como muito boas, conforme critérios do Departamento de Estradas de Rodagem - DER (PARANÁ, 2004).

A BR-277 corta o Paraná no sentido leste-oeste, conectando o oeste do Estado ao Litoral paranaense e à BR-376, possibilitando que Paraguai e Argentina tenham acesso a portos brasileiros no Atlântico e configurando-se como um importante eixo comercial e turístico do Paraná. Constitui-se no eixo central de um sistema composto por derivações que levam aos municípios de Morretes e Antonina (PR-408), na baía de Paranaguá, e aos municípios de Matinhos (PR-508) e Pontal do Paraná (PR-407 e PR-412), atendendo aos balneários adjacentes. Dessas, considera-se em boas condições de tráfego a PR-508, conhecida como Alexandra-Matinhos, de pista dupla, e a PR-412, ao longo da orla entre Pontal do Paraná e Praia de Leste.

A BR-376 cruza diagonalmente o Estado do Paraná em direção a sudeste rumo a Joinville e às demais aglomerações urbanas do Litoral catarinense, e em direção a noroeste, na fronteira com o Mato Grosso do Sul. Encontra-se parcialmente duplicada e em boas condições de trafegabilidade. Constitui-se em alternativa para o acesso ao litoral paranaense, já que possibilita a utilização da rodovia PR-412, de Garuva à Guaratuba.

Ainda quanto ao acesso ao Litoral paranaense, existe a PR-410, denominada Estrada da Graciosa, que atravessa um trecho urbano dos municípios de Curitiba e Pinhais na direção das cidades históricas de Morretes e Antonina, no qual adquire um caráter diferenciado, de valor histórico, cultural e turístico, inserida num dos últimos remanescentes da Floresta Atlântica.

Observa-se que o sistema viário da mesorregião Metropolitana de Curitiba penaliza sedes de municípios mais afastados do pólo, como Guaraqueçaba, cujos acessos não são pavimentados. Esta situação os submete a problemas tanto de abastecimento quanto de escoamento de sua produção, especialmente nos períodos de chuva. Além do não

atendimento das sedes desses municípios, não existem trechos pavimentados que atinjam as inúmeras sedes de distritos e povoados neles instalados, o que demonstra que, a mesorregião não possui uma malha rodoviária totalmente condizente com suas necessidades.

7.1.2 SISTEMA FERROVIÁRIO

A mesorregião Metropolitana de Curitiba abriga importantes vias férreas, conformando um sistema que faz parte da malha sul da Rede Ferroviária Federal, desde 1997, operada pela empresa América Latina Logística do Brasil (ALL). Esse sistema recebe ramais ferroviários provenientes do Norte Central e de Ourinhos (SP), este passando pelo Norte Pioneiro, seguindo em direção a Ponta Grossa, Curitiba e Paranaguá.

Destaca-se a linha que une Curitiba a Morretes e Paranaguá, complementada pelo ramal de Morretes a Antonina. A estrada de ferro Curitiba/Paranaguá foi construída no século XIX e oficialmente lançada em 1880, em Paranaguá. Escoa hoje uma extensa gama de produtos ao porto de Paranaguá. Além do transporte de carga, a Estrada de Ferro Curitiba/Paranaguá transporta passageiros, e consiste na mais famosa linha turística de trens do Brasil (ABPF-PR, 2004).

7.1.3 SISTEMA PORTUÁRIO

A mesorregião Metropolitana conta com dois portos, o de Paranaguá e o de Antonina, configurando uma condição logística diferenciada.

O porto de Paranaguá passa de antigo ancoradouro a porto em 1872, e atualmente ocupa a segunda colocação no País em termos de movimentação de mercadorias, com maior destaque para produtos do complexo soja (grãos, farelo e óleo). Além do atendimento às exportações de produtos do próprio Estado, o porto de Paranaguá atende Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia, São Paulo e Rio Grande do Sul, além de servir a países como Bolívia, Argentina e Paraguai. De modo geral, as exportações têm como destino países da Europa, Ásia e Mercosul.

O porto de Antonina teve sua principal dinâmica associada aos ciclos paranaenses da madeira, café e erva-mate. As mudanças da economia e exigências tecnológicas associadas ao moderno padrão portuário levaram à sua desatualização e relativa desativação. Em fins da década de 90 o porto de Antonina foi revitalizado, o que vem possibilitando a movimentação de granéis sólidos (fertilizantes, sal, trigo, etc.). Em paralelo, crescem as operações do terminal privado Ponta Félix, que se especializa na movimentação de carnes congeladas.

7.1.4 SISTEMA DE AEROPORTOS

A região se distingue pelo aeroporto internacional Afonso Pena, que oferece um serviço de apoio logístico com elevado grau de modernização, que atende às exigências das atividades do Estado e, especialmente da aglomeração metropolitana. O aeroporto do Bacacheri, também sob a administração da Infraero, atende a vôos de aeronaves militares e particulares. Vale destacar, ainda, a existência de 4 aeródromos privados, localizados em Balsa Nova (2), Campo Largo e São José dos Pinhais.

MAPA 26 Regional – Municípios Vizinhos

7.2 ESCALA MUNICIPAL

O sistema viário municipal é formado pela rodovia PR-405, da qual partem as estradas vicinais em direção a Itaqui, Tagaçaba Capivari, Serra Negra, Pedra Chata, Ipanema, Morato e Batuva. A PR-405 não está inteiramente asfaltada. O trecho compreendido entre Cacatu (próximo a Antonina) e a sede, com aproximadamente 77Km, possui revestimento solto e está mal conservada, aumentando o tempo do percurso e tornando o trajeto perigoso. Em condições ideais o trajeto seria concluído em menos de uma hora, porém, nas condições atuais, o percurso dura em média três horas e meia.



FIGURA 25 PR-405 Altura de Tagaçaba

As estradas vicinais encontram-se em condições ainda piores, sendo que a grande maioria fica intransitável em períodos de chuva em função do transbordamento de rios e do solo não compactado. Sem acesso a seus domicílios, os moradores são obrigados a percorrerem grandes extensões a pé enfrentando lama e água.



FIGURA 26 Estrada para o Salto Morato e estrada para Batuva

A infra-estrutura das estradas rurais e das trilhas nas ilhas também é precária. Transposições de pedestres e de veículos estão em péssimas condições, com problemas de erosão do solo, estruturas comprometidas ou inexistentes e falta de segurança.



FIGURA 27 Tagaçaba de Cima



FIGURA 28 Ponte no Itaqui e ponte em Bertioga

O sistema viário urbano de Guaraqueçaba é regulamentado pelos artigos 30 ao 32 da lei municipal nº 42/2002, que estabelecem três classes de vias: arterial, coletora e local.

A via arterial é representada pela Avenida Ararapira, continuação da PR 405, trata-se do único acesso a cidade. Segundo esta lei, esta via deve apresentar uma caixa de rolamento de 14m, passeio de 3m, totalizando 20m. (Figura 29)

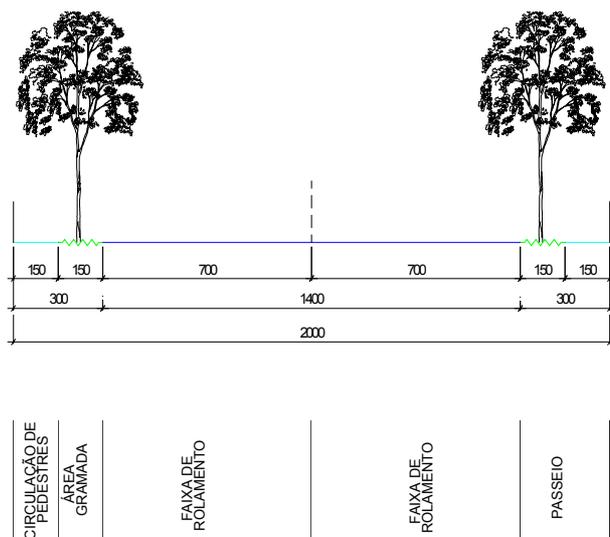


FIGURA 29 Elevação das Vias Arteriais

As vias coletoras são constituídas pelas ruas Maria Carolina de Lisboa, Superagüi, Salim do Carmo e duas vias projetadas, conforme explicitado pelo mapa do sistema viário, tem

a função de coletar e distribuir o tráfego de veículo da via arterial para as vias locais e vice-versa. Estas vias devem apresentar 10m de caixa de rolamento e 3m de largura das calçadas, totalizando 16m, conforme observa-se na Figura 30.

As vias locais são as demais vias, com dimensões de 6m de caixa de rolamento e 3m de largura das calçadas, totalizando 12m.

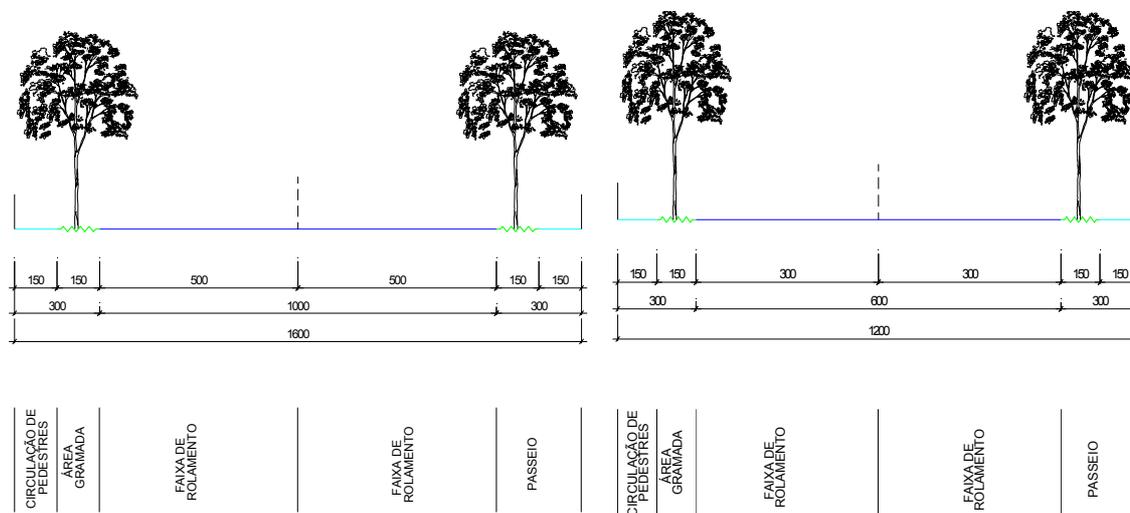


FIGURA 30 Elevação das Vias Coletoras (esquerda) Elevação das Vias Locais (direita)

A sede de Guaraqueçaba possui 17 Km de vias, sendo 3,5 Km pavimentados com blocos sextavados de concreto e 1 Km de pavimento asfáltico, totalizando 27% de vias pavimentadas. As vias em sua maioria não possuem calçadas nem arborização. A área central, setor mais antigo da cidade, é a que apresenta o maior número de problemas: falta de drenagem, calçadas com inclinação elevada, presença de escadas e material não padronizado.

Os mapas a seguir apresentam o sistema viário urbano segundo a classificação da Lei nº 42/2002 e as vias pavimentadas de acordo com o material.

MAPA 27 Municipal - Sistema Viário Municipal

MAPA 28 Urbano - Sistema Viário – Lei nº 42/2002

MAPA 29 Urbano - Pavimentação

7.2.1 TRANSPORTE

O acesso regular ao Município de Guaraqueçaba pode ser realizado por via terrestre ou marítima, sendo o marítimo o mais utilizado por moradores e visitantes em função das péssimas condições da única rodovia de acesso, a PR-405.

O transporte terrestre é realizado diariamente pela empresa Graciosa, com destino aos municípios de Curitiba, Antonina, Morretes e Paranaguá. A rodovia PR-405 conecta o município a Antonina pela PR-340 e desta a Morretes pela rodovia PR-408, ou para Curitiba através da PR-410, conhecida como Estrada da Graciosa. A BR-277 conduz a Paranaguá, a Curitiba e aos demais municípios do Litoral paranaense.

Ao longo da PR-405, no trajeto compreendido entre Antonina e a Estação Rodoviária da sede, existem paradas secundárias e apenas em Tagaçaba de Cima o ônibus desvia do trajeto da rodovia. A Tabela 64 a seguir apresenta os horários de acordo com seus destinos.

TABELA 57 - HORÁRIOS DE ÔNIBUS

GUARAQUEÇABA - CURITIBA				
Horário	Serviço	Preço	Período	Tempo de viagem
08:30	Intermediário	R\$ 24,77	Todos os dias	05:30
17:00	Intermediário	R\$ 24,77	Todos os dias	05:30
GUARAQUEÇABA - ANTONINA				
Horário	Serviço	Preço	Período	Tempo de viagem
06:30	Intermediário	R\$ 14,48	Todos os dias	03:40
08:30	Intermediário	R\$ 14,48	Todos os dias	03:40
17:00	Intermediário	R\$ 14,48	Todos os dias	03:40
GUARAQUEÇABA - MORRETES				
Horário	Serviço	Preço	Período	Tempo de viagem
06:30	Intermediário	R\$ 15,24	Todos os dias	04:10
08:30	Intermediário	R\$ 15,24	Todos os dias	04:10
17:00	Intermediário	R\$ 15,24	Todos os dias	04:10
GUARAQUEÇABA - PARANAGUÁ				
Horário	Serviço	Preço	Período	Tempo de viagem
06:30	Intermediário	R\$ 20,16	Todos os dias	05:05

Fonte: www.viacaogradosa.com.br (01/03/2006)

O transporte marítimo é realizado pela empresa Abaline, com saídas diárias às 9 horas e 30 minutos e às 15 horas de Paranaguá. O trajeto tem duração de 3 horas, e custa R\$ 15,00 (quinze reais), passando pela Ilha das Peças antes de chegar a sede. Para as demais ilhas e em horários diferentes, é necessário contratar barcos particulares que em geral comportam 4 pessoas a um custo médio de R\$ 200,00 (duzentos reais).

O embarque e o desembarque em Paranaguá é feito na rua da Praia ao lado do Terminal Rodoviário, e nos trapiches em frente à Estação Náutica (Posto de Informações Turísticas do Ecoparaná), local recentemente construído e com uma boa estrutura de atendimento ao turista.

Na sede de Guaraqueçaba, o embarque e desembarque turístico ocorre no trapiche flutuante localizado próximo ao Centro de Informações Turísticas do município, na praça central William Michaud. No lado oposto da mesma praça existe um trapiche e um posto de abastecimento de combustíveis utilizado por moradores (Figura 31). Para o ano de 2006 estão

previstas as reformas da praça e do trapiche turístico, obra que será financiada pela SEDU Paranacidade.



FIGURA 31 Trapiche de desembarque turístico e trapiche de desembarque moradores

Nas demais comunidades insulares o embarque e o desembarque são precários. Não há segurança nas estruturas instaladas, sendo comum o desembarque na areia. Mesmo as ilhas de maior circulação, como Superagüi e Peças, não possuem estrutura adequada (Figura 32).



FIGURA 32 - Trapiche de embarque no Superagüi e Ilha Rasa

Em Guaraqueçaba não existe transporte urbano, por isso são comuns o uso de bicicletas e a presença de caroneiros. O transporte marítimo é realizado por meio da contratação de barcos particulares.

7.2.2 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A Sanepar opera em toda a área urbana com capacidade de tratamento, recalque e produção de 864 m³/dia e capacidade de adução é de 3.110 m³/dia, a demanda, entretanto, fica em torno de 340m³/dia. A população atendida estimada para 2006 é de 2326 pessoas, correspondendo a 557 economias domiciliares (ver mapa 31).

A Tabela 58 apresenta a série histórica do abastecimento de água em Guaraqueçaba bem como as estimativas para 2007.

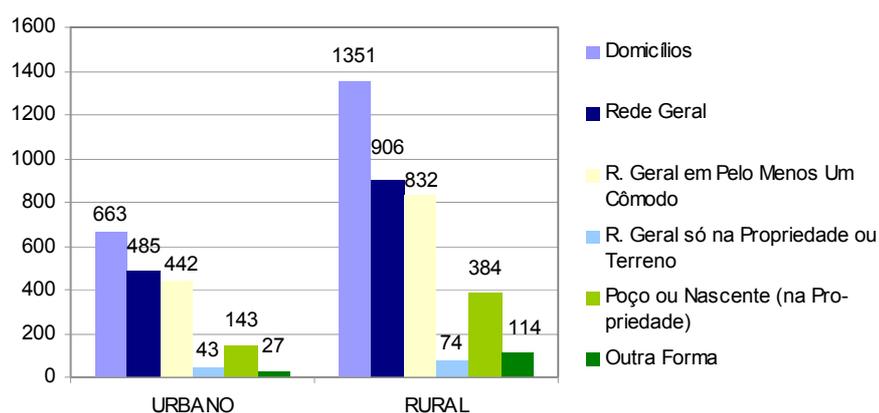
TABELA 58 - Abastecimento de Água Sanepar 2004

GUARAQUEÇABA Código Contábil: 114	Valores Históricos					Metas / Previsões		
	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez
	2.000	2.001	2.002	2.003	2004	2005	2006	2007
População Urbana	1954	2173	2192	2262	2327	2326	2326	2326
Economias Domiciliares Existentes	521	528	532	571	558	557	557	557
Taxa de Crescimento Urbano (%aa)	c	1,34%	1,05%	3,10%	1,73%	0,00%	0,00%	0,00%
Índice de Atendimento (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Taxa de Ocup. (hab/ economia dom.)	3,75	4,12	4,12	3,96	4,17	4,17	4,17	4,17
Economias Domiciliares Abastecidas	521	528	532	571	558	557	557	557
Economias Totais Abastecidas	588	598	599	636	628	626	626	626
Econ. Total Abast. / Econ. Dom. Abast.	1,129	1,133	1,126	1,114	1,125	1,125	1,125	1,125
Ligações Totais Abastecidas	576	589	596	634	625	623	623	623
Volume Micromedido Anual	81486	78010	76854	83615	78968	77989	77919	77919
Ligações Totais / Econ. Dom. Abast.	1,106	1,116	1,120	1,110	1,120	1,120	1,120	1,120
Consumo Médio (m3/Econ. Dom.Xdia)	0,429	0,407	0,397	0,415	0,383	0,383	0,383	0,383
Demanda Média Micromedida (m3/dia)	223	215	211	237	214	213	213	213
Volume Produzido Anual	114887	118210	110848	118261	126873	100579	100450	99960
Perdas do Sis. Distribuidor (PSD-12)	29,07%	34,01%	30,67%	29,30%	37,76%	22,46%	22,43%	22,05%
Vazão de Perdas (m3 / dia)	92	111	93	98	130	62	62	60
Demanda Média (m3 / dia)	315	326	305	335	344	275	275	274
Extensão de Rede de Água	15263	15623	15623	15623	15625	15625	15625	15625
Extensão de Rede / Ligações Totais	26,50	26,52	26,21	24,64	25,00			
Reservatórios: Volume Útil Total => VR	425	425	425	425	425	425	425	425
Balço de Reservaço (m3)	425	425	425	425	425	425	425	425

Fonte: Sanepar 2004

Embora a rede de distribuição esteja implantada em toda a extensão urbana, muitos domicílios não estão conectados a ela, e continuam captando água de poços artesianos, principalmente os localizados na região do Costão. Estudos realizados pela Sanepar e Prefeitura Municipal indicam que a água dos poços artesianos encontra-se imprópria para o consumo, pois está contaminada com elevados índices de coliformes fecais.

O gráfico a seguir demonstra que dos 663 domicílios situados na área urbana, 66% estão efetivamente conectados à rede.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Outro indicativo do mau uso da infra-estrutura instalada é a constante perfuração da tubulação do Costão. Neste local, a saída dos barcos das residências para a baía cruza a linha de recalque da Sanepar, que se encontra implantada acima do nível do mar, dificultando a transposição e danificando constantemente a infra-estrutura.

Na área rural, a Sanepar em parceria com a Prefeitura Municipal e a comunidade, por meio do programa Paraná Rural, implantou sistemas de abastecimento em 31 comunidades, sendo 13 executados exclusivamente por moradores. Neste programa, a Sanepar capacita moradores durante seis meses para implantação e gerenciamento do sistema.

Todas as comunidades estão situadas em regiões de topografia adequada para a implantação do sistema de captação superficial, apresentando mananciais protegidos e com vazão suficiente para a demanda. Nem sempre a comunidade utiliza mananciais de serras ou um único manancial para abastecimento, algumas famílias recorrem aos rios da região, que não são protegidos.

TABELA 59 - Sistemas de Abast. de Água executados pela Sanepar, Prefeitura e Comunidades

Sistemas	Nº Resid.	Região	Sistema		Cap. do Reserv.
Barra do Ararapira	51	Ilha	Não cascata	Paralisada	
Ilha Rasa	134	Ilha		Paralisada	20m ³
Ipanema	43	Continente	Sim cascata	Sem condições de reparos	20m ³
Itaqui	84	Continente	Não cascata	Paralisada	7m ³
Massarapuã	23	Ilha	Não cascata	Paralisada	10m ³
Medeiros	42	Ilha	Não cascata	Paralisada	10m ³
Serra Negra	70	continente	Sim cascata	Paralisada	20m ³
Poruquara Ilha das Peças	113	Ilha	Não cascata	Paralisada	3m ³
Poruquara Vila da Peças	253	Ilha	Não cascata	Paralisada	42m ³
Potinga	71	Continente	Não cascata	Paralisada	7m ³
Superagüi	273	Ilha	Não cascata	Paralisada	30m ³
Tagaçaba de Baixo	284	Continente	Não cascata	Em obra	7m ³
Tagaçaba de Baixo	284	Continente	Sim cascata	Em obra	50m ³
Tagaçaba de Cima- A	63	Continente	Não cascata	Paralisada	7m ³
Tagaçaba de Cima- A	63	Continente	Sim cascata	Paralisada	20m ³
Tagaçaba de Cima-Capivari	50	Continente	Não cascata	Sem condições de reparos	7m ³
Tromomô	38	Ilha	Sim cascata	Paralisada	20m ³
Vila Fátima	14	Ilha	Não cascata	Paralisada	Não construído

Fonte: Sanepar 2006

TABELA 60 - Sistemas de Abastecimento de Água Executados Pela Comunidade

Comunidade	Nº de residências	Região	Sistema
Açungui	30	Continente	Água comunitário
Barbados	25	Ilha	3 nascentes
Canudal	09	Ilha	Água de cachoeira
Pacutuva	07	continente	Nascente próxima
Pedra Chata	20	Continente	Água de barragem
Rio das Canoas	03	Continente	Nascente próxima
Rio Verde	48	Continente	Água de barragem
Saco do Morro	05	Ilha	Água de cachoeira
Sibui	25	Ilha	Água de cachoeira
Tacunduva	08	Continente	Nascente próxima
Utinga	21	Continente	Água comunitário
Varadouro	15	Ilha	Nascente próxima
Vila Rita	06	ilha	Nascente próxima

Fonte: Sanepar 2006

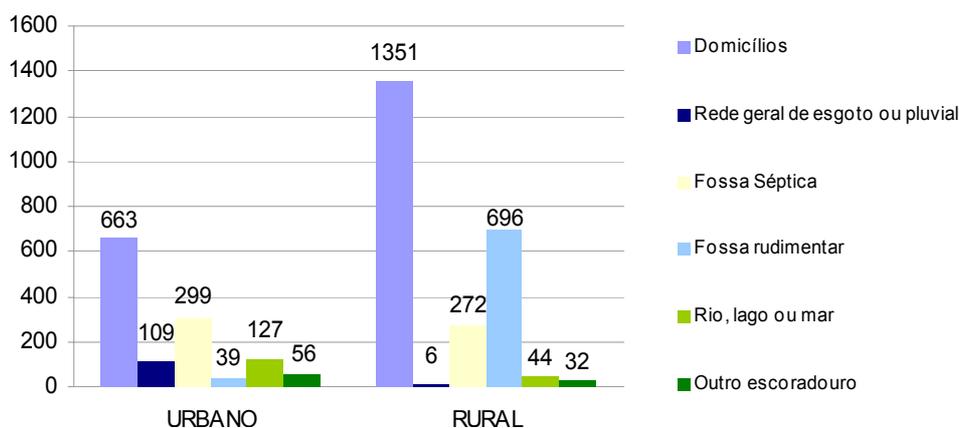
Dos sistemas apresentados nas Tabelas 59 e 60, apenas Açungui e Rio Verde possuem condições para operação, as demais comunidades apresentam incompatibilidade com o sistema convencional proposto pela Sanepar (tubulações, peças, obras civis e equipamentos). Embora a água não seja tratada em nenhuma destas comunidades, a canalização foi implantada e abastece regularmente a população, o que possibilita a ocorrência de doenças de transmissão hídrica como cólera, verminoses e diarreia.

MAPA 30 Urbano - Abastecimento de Água

7.2.3 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O sistema de coleta de esgoto está implantado em toda a área urbana da sede, mas não existe nas comunidades rurais e insulares. Nestas áreas os efluentes são lançados em fossas sépticas, rudimentares ou escoadouros em rios e mar. Este sistema não é eficiente, já que todas as ilhas e grande parte das comunidades rurais possuem problemas de infiltração do lençol freático e contaminação do solo.

O Gráfico apresenta o número de domicílios atendidos e o destino do esgotamento sanitário por situação (urbano e rural). Verifica-se que 33,4% dos domicílios urbanos e 57,1% dos domicílios rurais em 2000, apresentavam sistemas precários de coleta de esgoto e apenas 16% possuíam tratamento de efluentes. A coleta, entretanto, não apresenta tratamento em nenhum dos casos.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

O sistema instalado possui uma estação de tratamento situada no entroncamento da Avenida Ararapira com a PR-405 e cinco estações elevatórias, como se pode observar no mapa de esgotamento sanitário. Com uma vazão média de 5 l/s, os efluentes tratados são lançados no rio Cerquinho que margeia a área urbana. Dados da Sanepar para 2006, informam que a população atendida em 2005 era de 2041 pessoas e o sistema projetado para 2020 pretende atender 4470 pessoas.

Na praça central, ponto turístico importante da cidade, encontra-se uma estação de tratamento que será desativada e retirada, em função da freqüente reclamação dos moradores do odor exalado, além do fato da construção contrastar com o entorno da paisagem.

O mapa a seguir apresenta a rede de esgotamento sanitário implantada na sede.

MAPA 31 Urbano - Esgotamento Sanitário

7.2.4 RESÍDUOS SÓLIDOS

A coleta de lixo na sede de Guaraqueçaba ocorre diariamente em 980 unidades domésticas, 135 unidades comerciais, 2 unidades industriais e 6 unidades públicas, de acordo com informação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Agropecuário e Pesca (2003). A caliça de construções é coletada cinco vezes por semana com um trator do tipo Tabatta, enquanto o lixo hospitalar é coletado uma vez por semana através de um caminhão da vigilância sanitária. As ilhas e comunidades rurais não são atendidas por este serviço. Nestas localidades os resíduos são enterrados ou queimados. O serviço de limpeza das vias é realizado por quatro funcionários de segunda a sábado na zona urbana.

Um volume diário de 4m³ (aproximadamente 1 ton/dia), é depositado numa área localizada a 6Km da sede na PR-405 a 200 metros do mangue. Com dimensões de 25m x 200 m, o que corresponde a 0,5 Km², este local não foi preparado para receber a coleta de resíduos sólidos, contaminando gradativamente o solo da região. O resíduo hospitalar também é queimado neste local.

Atualmente, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Agropecuário e Pesca em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná está desenvolvendo o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, o qual prevê a instalação de um aterro sanitário a 2 Km da sede e a coleta seletiva em todo o município.

No Plano está prevista a coleta e o tratamento dos resíduos sólidos e a coleta seletiva dos resíduos da sede, 27 comunidades rurais e 26 comunidades insulares. A coleta seletiva será realizada por um reciclo (motocicletas com cesto acoplado) na sede, uma barca do tipo chata nas ilhas, e um caminhão coletor nas comunidades rurais. O depósito do lixo orgânico será feito no Aterro Sanitário e o tratamento poderá ser in-loco ou em parceria com a Sanepar.

O depósito e separação serão feitos em um Centro de Processamento e Transferência de Materiais Recicláveis CPTMR, que será administrado por uma cooperativa, responsável

pela venda e/ou transformação dos resíduos.

O mapa a seguir localiza a área do novo aterro municipal e do atual lixão.

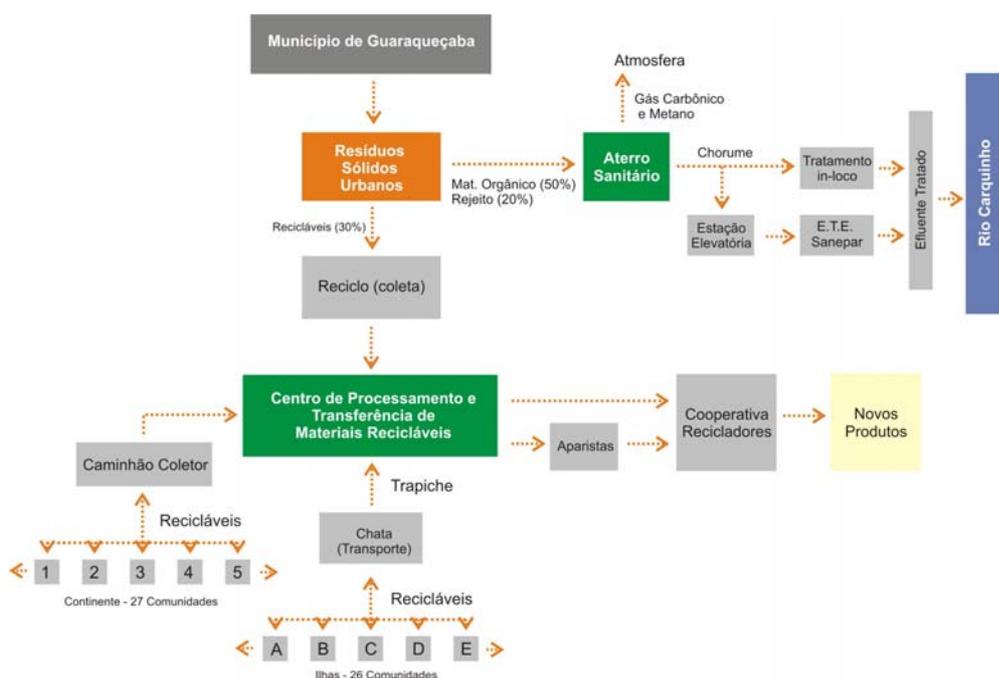


FIGURA 33 Fluxograma do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

MAPA 32 Urbano – Resíduos Sólidos

7.2.5 DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O município de Guaraqueçaba integra o sistema de distribuição da Copel, sendo alimentado pela subestação de 34,5/13,8 kV Guaraqueçaba (2,0 MVA), que está interligada a subestação 230/138/34,5/13,8 kV Governador Parigot de Souza (588,4 MVA). Freqüência: 60 Hz. O atendimento da Copel cobre 214 Km de rede primária e 13 Km de rede secundária na zona rural (Acungui, Cachoeira de Baixo, Ipanema, Itaqui, Salto Morato, Serra Negra, Tagaçaba e as ilhas de Superagüi, Peças e Rasas), e 7 Km de rede primária e 13 Km de rede secundária na zona urbana.

Nas ilhas e nas localidades mais isoladas a energia é proveniente de placas solares, distribuídas gratuitamente pela Copel. Estas placas atendem às necessidades destas comunidades, porém durante longos períodos de escassez de iluminação solar é comum a falta de energia, prejudicando principalmente o resfriamento e a conservação dos alimentos.

O consumo de energia em Guaraqueçaba apresentou crescimento entre 2001 e 2005 de 2,98%, e o número de ligações 3,53% no mesmo período. O crescimento do consumo de energia, entretanto, apresentou grandes oscilações (Tabela 61). Entre 2001 e 2002 apresentou um decréscimo de 12,44%, e entre 2002 e 2003 um acréscimo de 15,39%. Isso pode ser explicado pelas políticas de redução de consumo estimulas pelo governo durante o “apagão”.

TABELA 61 - Consumo MWH e Número de consumidores do Município 2001 - 2005

CONSUMO MWH									
Ano	Residen- cial	Industri- al	Comer- cial	Rural	Poderes Públicos	Iluminação Pública	Serviços Públicos	Próprio	Total
2001	1.649	46	412	1253	167	439	2	3	3.971
2002	1.250	39	402	1184	159	439	2	2	3.477
2003	1.028	36	455	2.062	190	237	3	1	4.012
2004	1.026	35	473	2.104	218	225	23	2	4.106
2005	1.082	6	492	2.229	205	364	28	2	4.466
NÚMERO DE CONSUMIDORES									
Ano	Residen- cial	Industri- al	Comer- cial	Rural	Poderes Públicos	Iluminação Pública	Serviços Públicos	Próprio	Total
2001	977	3	106	863	69	7	3	1	2.029
2002	682	4	102	1.220	69	7	1	3	2.088
2003	714	4	104	1.244	69	7	1	2	2.145
2004	756	4	102	1.326	70	7	3	2	2.270
2005	805	5	124	1.315	70	7	3	2	2.331

Fonte: Copel 2006

A demanda máxima estimada para o Município em 2005 foi de 1100 kW. Pelos estudos elétricos elaborados pela Copel e em função do crescimento da demanda deste Município, estão caracterizadas obras de transferência de circuitos em meados de 2010.

As faixas de domínio da rede de distribuição são regulamentadas pela NBR 5434/82 - Redes de Distribuição Aérea Urbana de Energia Elétrica; NBR 5433/82 - Redes de Distribuição Aérea Rural de Energia Elétrica; NTC 903100 - Fornecimento em Tensão Primária de Distribuição; NTC 856000 - Montagem de Redes de Distribuição Aérea. A Rede de Distribuição Rural (até 34,5kV) tem largura da faixa de 6 metros e a Rede de Distribuição Urbana (até 34,5kV) tem afastamento mínimo horizontal entre condutores e edificações entre 1 e 1,70 metros (conforme a situação).

MAPA 33 Urbano – Iluminação Pública e Energia Elétrica

7.3 ANÁLISE TEMÁTICA

Do ponto de vista da infra-estrutura, um dos temas mais importantes relaciona-se ao sistema viário e transporte. Este aspecto tem impacto sobre todos os demais, influenciando diretamente as questões ambientais, econômicas e físico-territoriais.

Os dados levantados e as visitas de campo explicitaram a precariedade do sistema viário municipal, que sofre com a constante interrupção de tráfego prejudicando a economia, o trânsito e a acessibilidade entre as comunidades, além da falta de segurança.

No que diz respeito a estrutura viária, uma questão que deverá ser enfrentada pelos órgãos públicos responsáveis é a situação da infra-estrutura da PR-405. A falta de pavimentação da única via de acesso para Guaraqueçaba, tem historicamente significado o isolamento do município e seus habitantes, causando impactos sobre a economia, a vida social, o acesso da população aos equipamentos públicos e os serviços especializados, e até mesmo o ambiente natural. Neste aspecto, a análise ambiental apresentada no item 4.2.6 demonstrou que, na situação em que esta rodovia se encontra o seu potencial de degradação ambiental é alto, contribuindo para o processo de erosão do solo e o assoreamento dos rios e complexo lagunar.

A dificuldade de acesso não está restrita às comunidades localizadas no continente, mas também àquelas situadas nas ilhas. A ausência de transporte marítimo regular prejudica o acesso, a comunicação e o contato entre as comunidades, e destas com os locais onde estão disponíveis os serviços e equipamentos públicos. Esta carência é especialmente sentida para os serviços de saúde e educação, e para o abastecimento da população. O transporte marítimo é ainda prejudicado pela precariedade dos locais de embarque e desembarque de passageiros e pela ausência de sinalização na baía, prejudicando e restringindo o trânsito não apenas da população residente como também dos turistas.

Em relação ao saneamento básico, os maiores desafios estão relacionados ao sistema de esgotamento sanitário e à coleta e disposição final de resíduos sólidos. No que tange ao sistema de esgotamento sanitário (rede de captação e tratamento de efluentes), apesar da rede de coleta estar implantada em toda a superfície urbana ocupada, grande parte dos domicílios não estão conectados a ela. Esta situação é piorada pelo fato da estação de tratamento não se encontrar em operação, prejudicando as condições sanitárias gerais da cidade. Nas comunidades rurais e ilhas não há atendimento por rede, e a localização inadequada de fossas tem resultado na contaminação do lençol freático e do solo.

Quanto aos resíduos sólidos, cabe ressaltar o esforço da Prefeitura Municipal no sentido de planejar e implementar ações visando a melhor solução técnica para a coleta e disposição final, por meio do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, elaborado através de um convênio junto a Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Apesar disso, os desafios nesta área ainda podem ser considerados grandes, ressaltando-se entre eles a solução e execução do aterro sanitário pondo fim ao “lixão” existente, e a ausência de coleta nas ilhas. Além disso,

a falta de um programa de coleta seletiva e a disposição inadequada dos resíduos hospitalares, prejudica ainda mais as condições sanitárias gerais, resultando na contaminação do solo, mangues e rios.

A rede de distribuição de água tratada, fornecida pela SANEPAR, abastece praticamente toda a área urbana ressaltando-se que a qualidade da água captada é uma das melhores do litoral paranaense. Os problemas relacionados à sua infra-estrutura são pontuais e de fácil solução, registrando-se a necessidade de revisão da instalação da linha de recalque, próxima ao Costão, que cruza a saída dos barcos para a baía e é constantemente danificada, bem como a implementação de um programa de educação ambiental para a população que mesmo tendo possibilidade de acesso à água tratada utiliza-se de poços que se encontram poluídos.

Na zona rural apesar de não existir fornecimento de água tratada pela rede da SANEPAR, o Programa Paraná Rural possibilitou na maioria das comunidades a instalação de sistemas de tratamento, gerenciado pelos próprios moradores. A principal questão a ser enfrentada relaciona-se aos problemas de manutenção deste sistema, que sem o apoio e envolvimento da comunidade no processo de tratamento prejudica a qualidade da água para consumo. Em menor número, mas igualmente importante, observam-se casos na zona rural e nas ilhas, de consumo de água de rios impróprios para abastecimento, favorecendo a ocorrência de doenças de transmissão hídrica.

No que diz respeito à energia elétrica, o atendimento é praticamente universal em todas as áreas ocupadas do município. Nas ilhas e comunidades isoladas o fornecimento de placas solares é gratuito. Cabe observar que em alguns casos registram-se o uso inadequado do equipamento, por parte dos moradores, e a ocorrência de interrupção ocasional no fornecimento da energia, prejudicando a conservação de alimentos. Na área urbana a cobertura é completa e o diagnóstico não identificou nenhum problema.

Apresenta-se a seguir o mapa síntese de análise e a matriz de análise dos aspectos de infra-estrutura e serviços nas escalas regional, municipal e urbana.

MAPA 34 Municipal – Análise Infra-estrutura municipal

MAPA 35 Urbano – Análise Infra-estrutura urbana

MATRIZ 6 Análise - Infra-estrutura e Serviços

